



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ RIVALDO MACHADO LEITE

**DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL SALVINO JOÃO PEREIRA, JURIPIRANGA-PB, POR UMA
ESCOLA SEM PRECONCEITO (2015-2023)**

João Pessoa - PB.

2024

JOSÉ RIVALDO MACHADO LEITE

**DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL SALVINO JOÃO PEREIRA, JURIPIRANGA-PB, POR UMA
ESCOLA SEM PRECONCEITO (2015-2023)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges.

Coorientadora: Dra. Ana Maria Veiga.

João Pessoa - PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L533d Leite, José Rivaldo Machado.

Diversidade sexual e de gênero na Escola Municipal de Ensino Fundamental Salvino João Pereira, Juripiranga-PB, por uma escola sem preconceito (2015-2023) / José Rivaldo Machado Leite. - João Pessoa, 2024.

117 f. : il.

Orientação: Claudia Cristina do Lago Borges.

Coorientação: Ana Maria Veiga.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Práticas pedagógicas. 2. Diversidade de gênero - Contexto escolar. 3. Gênero e sexualidade - Combate do preconceito. I. Borges, Claudia Cristina do Lago. II. Veiga, Ana Maria. III. Título.

UFPB/BC

CDU 37.013(043)

JOSÉ RIVALDO MACHADO LEITE

**DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ESCOLA MUNICIPAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL SALVINO JOÃO PEREIRA, JURUPIRANGA-PB,
POR UMA ESCOLA SEM PRECONCEITO (2015-2023)**

Esta Dissertação foi julgada adequada para
obtenção do título de Mestre em Ensino de
História da Universidade Federal da Paraíba
– Campus João Pessoa – PB.

Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Cristina do Lago Borges
Orientadora – UFPB – Campus João Pessoa-PB.

Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Veiga
Coorientadora – UFPB – Campus João Pessoa -PB.

BANCA EXAMINADORA

Prof^º. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro
(Examinador Externo)

Prof^º. Dr. Fabrício de Sousa Morais
(Examinador Externo)

Prof^º. Dr. Guilherme Queiroz de Souza
(Suplente Interno)

João Pessoa – PB.
2024

Agradecimentos

Em meio a escuridão que permeia o mundo, que amores foram inflamados? Que ausências foram choradas e celebradas? Que horizontes utópicos foram propostos? Que caminhos foram percorridos? Quais medos foram vencidos? Quais incertezas foram debatidas? Que carapuça foi jogada fora? Feitas respectivas indagações, quero primeiramente agradecer à Deus por tudo; ao meu pai Tanzinho, minha mãe Carmélia e minha irmã Rosélia *in memória*, estariam felizes se estivessem aqui. Aos meus queridos familiares Rávilla, Rinaldo e Natália por compreenderem a minha ausência e incentivarem a minha busca por crescimento intelectual e profissional. Ao amigo/irmão Robson pela torcida e ajuda em vários momentos de minha vida.

A direção, professores, alunos e funcionários da Escola Municipal de Ensino Fundamental Salvino João Pereira, por mostrarem-se disponíveis e serem colaboradores. Também, a Secretaria Municipal de Educação por disponibilizar dados e informações imprescindíveis para realização desta pesquisa.

Agradeço principalmente, a todas as energias positivas que me rodearam e que me conduziram para que eu tivesse capacidade de terminar respectivo trabalho, mesmo nos momentos difíceis quando o desânimo me cercava.

Pela amizade de vários amigos, os que permaneceram, os que chegaram e os que já se foram. Notadamente, meus agradecimentos aos colegas de turma que fizeram relevantes sugestões, e com quem dividimos momentos de aprendizagens, desconcentração, aperreios e angústias naqueles inesquecíveis cafezinhos na praça de alimentação.

Ao corpo docente do PPGH como um todo, ao professor Dr. Guilherme Queiroz de Souza por ter iniciado a jornada de orientação e posteriormente a professora Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges que deu finalização a esse trabalho. A atual orientadora conhecemo-nos pessoalmente durante as aulas da disciplina Tópicos Especiais em História e Ensino de História I. Sua leitura atenta, zelosa e criteriosa, foi imprescindível para que este trabalho fosse possível. Pelo seu pensamento, pelas indicações de leituras que embasaram minha vida acadêmica e pessoal. Enfim, sou grato pelo modelo exemplar de atenção e leitura, capaz de identificar rapidamente problemas e buscar soluções.

Também, a coorientadora a professora Dra. Ana Maria Veiga, pelas indicações de leituras específicas para a abordagem da temática, uma vez, possuir vasto conhecimento sobre gênero e sexualidades. Ministrou em nossa turma a disciplina Seminário de Dissertação com competência e objetividade.

Assim, esse percurso no Mestrado em História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, *campus João Pessoa*, será inesquecível na minha trajetória intelectual, devido respectivo grupo de profissionais. Agradeço ao professor Dr. Hélio Chaves Flores, quanto a escolha da metodologia a ser trabalhada, pois quando nos ministrou a disciplina Metodologia da História procurou mostrar o que cada pessoa escolhe para “ver” depende da sua história pessoal, e principalmente de sua abordagem cultural. A professora Dra. Telma Cristina Delgado Dias Fernandes, trabalhou sobre Teoria da História, usando linguagem clara, simples e competente, ou seja, descomplicando a teoria. Ao professor Dr. Damião de Lima, por nos preencher de esperanças nas aulas da disciplina Tópicos Especiais em História e Ensino de História I, sempre nos emocionando com suas competentes colocações. Atento e preocupado quanto a importância de fazermos um bom trabalho.

A professora Dra. Claudia Engler Cury, uma das pessoas mais inteligentes com quem convivi. Nos ministrou a disciplina Tópicos Especiais em História Cultural I, tentava extrair o máximo possível do seu domínio teórico e metodológico. Além disso, estava sempre disponível a colaborar com nossos trabalhos. Trata os estudantes em situação de respeito e igualdade, sem as conhecidas hierarquias acadêmicas.

Ao professor Dr. Guilherme Queiroz de Souza, pela humildade e ética com que conduziu a disciplina Tópicos Especiais em História e Cultura Histórica II, sem fugir das suas convicções envolto da multiplicidade de leituras que podemos fazer de determinados momentos históricos. Meus agradecimentos por tudo.

Agradeço ainda, aos professores Dr. Fabrício de Souza Moraes - IFPB, e Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro – UFPB, que participaram da banca de qualificação fazendo leituras atenciosas e críticas, oferecendo sugestões que procurei seguir para a redação final. Alertaram quanto a ausência de algumas questões que estavam passando despercebidos, foram essenciais para conclusão da pesquisa.

Também, a professora Dra. Surya Aaronovich Pombo de Barros, coordenadora do PPGH, pela atenção dada a nós estudantes desse Mestrado nos momentos difíceis, principalmente durante a pandemia da COVID-19.

Meu muito obrigado para Geraldo, secretário do PPGH, pela atenção, paciência e espírito colaborativo, facilitando e orientando a vida de professores e alunos, ou seja, sempre disponível a ajudar.

Por fim, ao amigo e doutorando em Letras Luís Carlos Paulino da Silva, responsável direta e indiretamente pela realização desse mestrado. Sua insistência e incentivo me encorajaram, mostrando desejar o meu bem e sucesso.

A sexualidade é aparentemente a coisa mais proibida que se pode imaginar; passamos o tempo proibindo as crianças de se manifestarem, os adolescentes de fazer amor antes do casamento, os adultos de fazer amor desta ou daquela maneira, com tal ou tal pessoa. O mundo da sexualidade é um mundo altamente sobrecarregado de interdições.

(Foucault, 2017, p. 74)

RESUMO

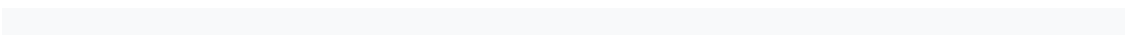
A respectiva pesquisa tem o escopo de analisar práticas pedagógicas adotadas pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Salvino João Pereira, localizada em Juripiranga, cidade interiorana do Estado da Paraíba, alusivas ao combate do preconceito contra questão de gênero e sexualidade. Estes problemas serão abordados a partir dos estudos de Michel Foucault, Stuart Hall e Zygmunt Bauman, por aumentar o foco para além dos eventos parecidos consolidados, poder contar histórias sob outras perspectivas, histórias que há muito são narradas, mas acabam silenciadas pelas histórias únicas, universais e irreversíveis. Priorizar procedimentos pedagógicos educacionais voltados contra práticas preconceituosas veiculada naquela instituição de ensino. Motivo dessa preocupação, verificamos existir entre os profissionais da respectiva escola o silêncio tácito e/ou atitudes preconceituosas naquele ambiente, sem levar em consideração os danos causados ao aprendizado e a vida de crianças, jovens e adolescentes. O método eleito para tanto foi o qualitativo etnográfico sob a abordagem da observação, por caracterizar-se com descrições detalhadas de ações, eventos, pessoas, interações e comportamentos observáveis no ambiente escolar. Também, por incorporar o que os participantes dizem, suas experiências, atitudes, crenças, pensamentos e reflexões, tal como são vividas e expressadas por eles, suscitando, portanto, uma série de questões éticas decorrentes da interação do pesquisador com os sujeitos pesquisados. Para tanto, daremos prioridade a diversificadas fontes com destaque para análise de documentos oficiais, a Constituição Federal Brasileira de 1988, Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento Interno da Escola – (RIE) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quando observaremos se existem lacunas entre o que está prescrito e o que ocorre de fato naquele ambiente de convivência e aprendizagem múltiplas.

Palavras-chave: Diversidade. Gênero. Preconceito. Sexualidade.

ABSTRACT

The respective research has the scope of analyzing pedagogical practices adopted by the Municipal Elementary School Salvino João Pereira, located in Juripiranga, in the state of Paraíba, which alludes to the fight against prejudice against gender and sexuality. These issues will be carried from the studies of Michel Foucault, Stuart Hall and Zygmunt Bauman, by increasing the focus beyond similar consolidated events, being able to tell stories from other perspectives, stories that have long been narrated, but end up silenced by single stories, universal and irreversible. Prioritizing pedagogical procedures aimed at prejudice practices conveyed in that educational institution. Due to this concern, we found that there is tacit silence and/or prejudiced attitudes in that environment among the professionals of the respective school, without taking into account the damage caused to the learning and lives of children, young people and adolescents. The method chosen for this purpose was qualitative ethnography under the observation approach, as it is characterized by detailed descriptions of actions, events, people, interactions and behaviors observable in the school environment. It also incorporating what the participants say, their experiences, attitudes, beliefs, thoughts and reflections, as they lived and express it, raising, therefore, a series of ethical issues from the interaction of the researcher with the researched subjects. To this end, we will priority to diverse sources with emphasis on the analysis of official documents, the Brazilian Federal Constitution of 1988, the Law of Guidelines and Education Basis (LDB), National Curriculum Parameters (PCNs), the Common National Curriculum Basis (BNCC), the Pedagogical Political Project (PPP), the Internal Regulations of the School – (RIE) and the Statute of Children and Adolescents (ECA), which will be used to observe if there are gaps between what is prescribed and what actually occurs in that environment of multiple coexistence and learning.

Keywords: Diversity. Gender. Prejudice. Sexuality.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Grupo de danças da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Teonas da Cunha Cavalcanti (Juripiranga-PB) em uma apresentação na II Semana Cultural – 2014.....	14
Figura 2 - Vista frontal da Escola Municipal de Ensino Fundamental Salvino João Pereira, Juripiranga - PB.....	80
Figura 3 - Roda de conversas entre pesquisador e grupo de alunos (as) do 8º e 9º anos da escola.....	86

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB: Associação Atlética Banco do Brasil.

ABGLT: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

ADIN: Ação Direta de Inconstitucionalidade.

ADO: Associação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

ADPF: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

AEE: Atendimento Educacional Especializado.

AIDS: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

BNCC: Base Nacional Comum Curricular.

COVID-19: Síndrome Respiratória.

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente.

EJA: Educação de Jovens e Adultos.

ES: Espírito Santo.

ESP: Escola Sem Partido.

FPE: Frente Parlamentar Evangélica.

FEPRAIN: Feira de Práticas Interdisciplinares.

GGB: Grupo Gay da Bahia.

GLS: Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

HSH: Homens que Fazem Sexo com Homens.

IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IFPB: Instituto Federal de Educação da Paraíba.

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

IST's: Infecções Sexualmente Transmissíveis.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

LGBTQI+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

LGBTQIA+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer e Intersexuais.

MEC: Ministério da Educação e Cultura.

MPL: Movimento Passe Livre.

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais.

PE: Pernambuco.

PEE: Plano Estadual de Educação.

PL: Partido Liberal.

PME: Plano Municipal de Educação.

PMJ: Prefeitura Municipal de Juripiranga.

PNE: Plano Nacional de Educação.

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PPP: Projeto Político Pedagógico.

PT: Partido dos Trabalhadores.

RE: Recurso Extraordinário.

RIE: Regimento Interno da Escola.

STF: Supremo Tribunal Federal.

SP: São Paulo.

UEPB: Universidade Estadual da Paraíba.

UPE: Universidade de Pernambuco.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
2 PROBLEMATIZAR A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO.....	22
2.1 A diversidade sexual e de gênero no discurso político e religioso.....	24
2.2 Concepções sobre identidade, gênero e sexualidade.....	31
2.3 Panorama da história LGBTQIA+ no Brasil.....	44
3 DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO.....	52
3.1 “Ideologia de Gênero”: o que é isso?.....	55
3.2 Combate ao preconceito sexual e de gênero segundo os documentos oficiais.....	60
4 A DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SALVINO JOÃO PEREIRA.....	75
4.1 Escola, práticas e vivências.....	79
4.2 Um mundo de sujeitos descentrados.....	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	108

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. (Foucault, 2010, p. 165).

A rigor, viver em sociedade exige tolerância, tomar decisões - muitas vezes difíceis, mas necessárias - silenciar quando preciso, pois são regras básicas para boa convivência neste mundo em ebulição, cheio de dúvidas, incertezas e contradições.

A vida cotidiana faz exigências determinando aos indivíduos que assumam a labuta de interagir com seus semelhantes, pois somos seres de relação. A partir dessas interações, o indivíduo assume o desafio de vivenciar o processo de construção de sua identidade.

Em particular, identidade cultural, oriunda da representação, diferença, discurso e fala. Determinando relações entre eles, neste caso, especialmente das relações entre identidade cultural e representação a partir do aprofundamento das questões envolta da contemporaneidade, pois com base nesse pressuposto não existe identidade em virtude da instabilidade e fluidez.

Vê-se nesse contexto a possibilidade em podermos evitar permanecer isentos e/ou neutros de participar frente a determinadas demandas, pois somos frutos de experiências sociais, políticas, religiosas etc., passadas e presentes, complexa engrenagem que nos construíram em toda dimensão constituindo o que somos hoje/agora.

Como ente social, não podemos ser indiferentes aos ataques de ódio direcionados a escola formadora de cidadania que envolve de uma forma ou de outra, vasto tecido social composto dos mais variados pensamentos exigindo do professorado e demais profissionais da educação atenção constante.

A partir dessas constatações, os indivíduos acolhidos pela escola abrangem o mais variado conglomerado de expectativas, e são em sua grande maioria composto de crianças, jovens e adolescentes que buscam resolver seus mais variados tipos de problemas e ansiedades, preparação para enfrentar a vida e seu público, principalmente, na escola pública é constituída de pessoas com vulnerabilidades econômicas e sociais desprotegida pelo sistema político como um todo.

Nessa perspectiva, é necessário imaginar a construção de novos horizontes para o exercício da sexualidade e diversidade de gênero, numa sociedade não mais fraturada pelo antagonismo de classe, não mais coagulada numa relação antagônica entre os sexos, não mais

dilacerada pela subordinação étnico-racial ou a opressão contra as minorias participantes da população LGBTQIA+ passando a ser observado sob a perspectiva de movimento político que reivindica direitos, equidade e respeito.

Por questão de desconforto, no respectivo trabalho não será utilizado o recurso às notas de rodapé, preferimos realizar respectivas citações, no corpo do texto, a referência bibliográfica, bem como os comentários pertinentes de jornais, livros e outras obras, de forma não interromper a leitura, também não a tornar cansativa.

Para início de discussão, abro parênteses para discorrer o meu caminho. Nego-me a dizer ter sido o cabo da enxada o meu lápis, também, meu caderno a terra dura, sou filho de nordestinos, cabra da peste dotado de esperanças, de raízes fincadas igual bambu entorta e não quebra, também igual juá, quando a terra é só torrão, serve suas folhas verdes de sombra para animais de criação. Tareco e mariola não nos deixaram passar inanição, portanto, para chegar até aqui na Universidade Federal da Paraíba, o percurso foi cheio de percalços, mas meus saudosos pais ambos falecidos nunca desistiram tampouco desacreditaram na possibilidade de formar seus filhos, para isso não negaram esforços sequer deram bolas ao destino, não acreditaram em fatalidade nem buscaram socorro aos políticos. A partir daqui fecho os parênteses que descreveram o meu percurso, minhas motivações e minha luta até aqui. Início a minha inquietação objeto de pesquisa, e meu direcionamento científico, atrelado às apresentações sobre o panorama escolar descrito acima.

Inicialmente, para Max Weber (1991) as fases que antecedem qualquer objeto de pesquisa são entusiasmadas vigorosamente por pressuposições subjetivas, as quais estão presentes até mesmo na preferência e demarcação da própria análise, pois rigorosamente a ciência não pode se comparar ao comportamento do senso comum tampouco enquanto meta de estudo tornar-se desacreditada em virtude de sua vulnerabilidade, ou seja, assim, tem sido nas últimas décadas a discussão sobre integridade em pesquisa e rigor científico com destaque, especialmente, no âmbito da produção científica e desafios associados. Dentre os vários, estão aqueles de natureza ética e metodológica que confrontam a confiabilidade de resultados. Por isso, “todo ato de pesquisa é um ato político”, já disse muito bem Rubem Alves (1984, p. 73). Não existindo, portanto, possibilidade de se estabelecer separação nítida e asséptica entre o pesquisador e o que ele estuda e também dos resultados provenientes desses estudos (Ludke, 2017, p. 5).

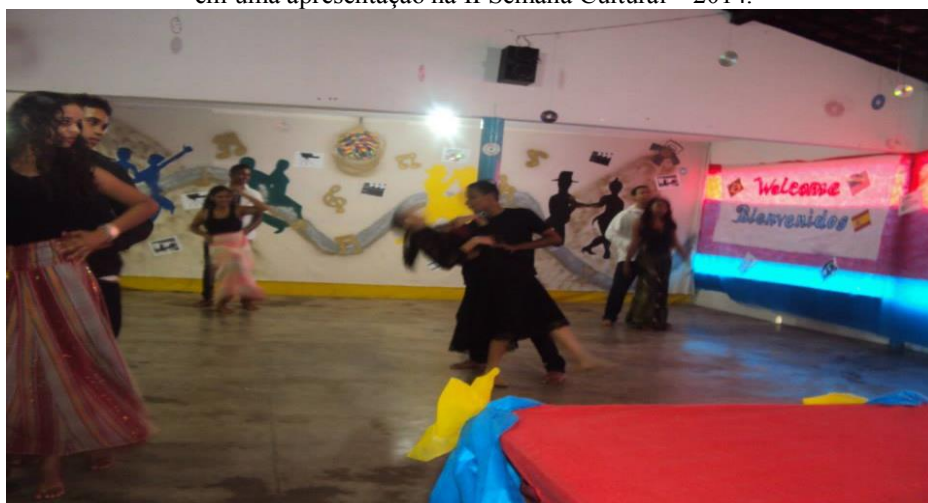
Essa proposta faz parte de nossas inquietações profissionais quando da prática docente com alunos do Ensino Fundamental das séries finais e convivência escolar, espaço de emoções diversas, enquanto condição humana de ser e estar no mundo social, pois a cultura não consiste em receber, mas em realizar o ato, pelo qual, marca aquilo que os outros lhes propõem para

viver e pensar (Certeau, 2005, p. 09), o que configura um ato de mão dupla dialógico de confluir aprendizagem juntos.

Sendo assim, vale registrar, nunca nos pareceu confortável presenciar nesses ambientes e fora dele atitudes desrespeitosas envolvendo pessoas em estado de vulnerabilidade, muitas vezes representadas por vozes silenciadas, sem vez e vítimas de preconceitos diversos.

Para tanto, a minha inquietação e motivação central para a iniciação da pesquisa aconteceu em 2013, quando em uma apresentação na *Semana Cultural*, no ambiente da Escola Estadual Teonas da Cunha Cavalcanti na cidade de Juripiranga, localizada na zona da mata do Estado da Paraíba, alunos regularmente matriculados na série inicial do ensino básico noturno, foram ridicularizados na ocasião da exposição dos trabalhos por participarem do grupo de danças e apresentarem comportamento “diferente” do heterossexual considerado “normal”, sem que, portanto, professores e direção presentes no evento tomassem posição de combate em prol dos atingidos e ridicularizados (Leite, 2014, p. 10).

Figura 1 - Grupo de danças da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Teonas da Cunha Cavalcanti (Juripiranga-PB) em uma apresentação na II Semana Cultural – 2014.



Fonte: acervo pessoal.

Depois do evento, segundo colocação de um colega de profissão, também presente na ocasião, isso acontece corriqueiramente nas escolas Brasil afora sem que providências fossem tomadas, dessa forma, grande parte de nossas instituições escolares ignora uma realidade cruel e que deixa marcas profundas na vida de crianças, jovens e adolescentes, porém a história nos ensina que o recurso mais difícil de ser posto em ação é a força para começar (Certeau, 2005, p. 14), ou seja, os grupos que compõem as minorias, historicamente estão quase sempre na contramão da vida, correndo sobre corda bamba, invisível e oprimida pelo tempo, as vezes

motivados outras não, porém é preciso não se acomodar avançar sempre, pois cada sociedade constrói seu tempo.

Após esse acontecimento no qual presenciamos, trabalhamos a temática da homofobia no ambiente escolar num curso de especialização em Fundamentos da Educação ministrado pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, campus Campina Grande – PB, facilitadora na aquisição de novos conhecimentos, através de práticas educativas dialógicas, pautadas no respeito às diferenças na escola e fora dela. Na respectiva escrita monográfica, abordamos como o preconceito de maneira sutil ocupa o ambiente escolar, espaço constituído de identidades diversas, apesar de que exista pessoas que percebam, mas silenciam perante uma realidade cruel e violenta.

Por tudo quanto presenciado naquele ambiente quando da respectiva apresentação, causou estranheza que nenhum educador ou educadora, ou até mesmo algum colega, não tenha se posicionado quanto ao evento e/ou se propor a discutir o assunto ou temáticas próximas a ele.

Quando optamos pelo curso de Licenciatura em História, primeiramente tínhamos como objetivo passar pelo processo de reorganização do pensamento, aquisição de novos valores movidos pelo despertar do saber, ou seja, aprender mais para servir melhor. Segundo entender a construção de conceitos, culturas, sociedades, também, compreender o indivíduo, suas diferenças e, por fim conhecer a função social do professor de História.

Passado, portanto, parte considerável do tempo, aprendemos que muito do que acreditamos é construído socialmente e somente a partir desse processo, foi possível entender nossa construção e o quanto é difícil o trabalho de desconstrução de alguns (prê)conceitos.

Assim, na respectiva escola procuramos proporcionar aos colegas a oportunidade de refletirmos sobre a problemática a partir de nossa aproximação com os alunos, através de propostas renovadoras, pois pensar é causar e enxergar é diferente de ver, logo, os educandos começarão a perceber que são motivo de preocupação para o professorado além dos seus familiares.

Para tanto, é necessário, refletir sobre como trabalhar culturalmente o respeito e a tolerância quanto a diversidade sexual. Propomos iniciar o trabalho, a partir da construção de espaços participativos e dialógicos, os quais possibilitem docentes e alunos refletirem em conjunto sobre diversas experiências vividas nesse contexto histórico atravessado pela diferença.

Nessa seara, primeiramente, o professor precisa investigar o que o aluno conhece e daí prosseguir, procurando levá-lo a novos horizontes (Ianni, 1985), pois a abordagem sociocultural

leva em consideração o indivíduo como ser que constrói a sua própria história, mas não a fazem como querem, e menos ainda como os outros querem fazê-la em nome dos quais sem legitimamente representá-los.

Segundo, para que essa relação se estabeleça, é preciso que o professor e os alunos se entendam minimamente, e essa compreensão perpassa momentos de vivências e discussões de situações diárias (Tardif, 2002), em caminhos que cruzam/entrecruzam como forma de intercâmbio, cada qual buscando realizarem-se através da troca de saberes onde não exista hierarquia, pois a sala de aula é dinâmica, se renova todos os dias.

Sendo assim, como o ambiente escolar é um espaço intercambiável e múltiplo para Mantoan (2001), as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos, e como entendemos o mundo e a nós mesmos, pois o mundo diverso, pelo qual nos é apresentado, requer leitura crítica profunda, forma que pode evitar sermos acolhidos pelas armadilhas de um mundo líquido e fugaz (Bauman, 2007).

A partir de então, por motivos os mais variados, chegamos a construir amizades no ambiente da escola com aqueles alunos que se sentiam quase sempre rejeitados devido à sua condição sexual. Respectiva aproximação nos possibilitou a compreensão da dinâmica do preconceito e as marcas por ele deixadas nesses corpos. Procurar entender melhor essa situação é primordial para que possamos ter posição de combate contra essa mazela que atravessa todo o tecido social, inclusive, marcando presença no ambiente escolar.

Muitas vezes em silêncio, nos perguntamos por que os chamados “diferentes” são tão perseguidos e hostilizados, quando não nos compete decidir sobre a sexualidade do outro e/ou sua forma de sentir prazer.

Ao passar do tempo, foi possível averiguar em relações mais próximas a coisa fluir espontânea, cordial, aparentemente sincera, alegre, havendo um engajamento do grupo quando sentem-se à vontade para discutir sobre variados assuntos. Em algumas ocasiões questionamos por que pessoas não encontram visibilidade e respeito num espaço que é de todos, pois ser diferente não significa ser inimigo tampouco apresentar comportamento conforme a heterossexualidade considerada “normal”.

Desta forma, verificamos que estamos ainda longe de compreender inteiramente os impactos dos estudos sobre diversidade no mundo da cultura sexual (Seffner, 2016, p. 25), pois para o senso comum, falar sobre sexo ainda é uma dificuldade.

Assim, foi possível compreender a partir das leituras de Certeau conceitos de História Cultural (2005); Hall (2011) – e sua contribuição no que diz respeito às ideias de identidades fragmentadas e sujeito histórico; A civilização líquida, como tão bem percebeu Bauman (2007) – quando afirma que a sexualidade não possui estabilidade definitiva; e, por último, das contribuições de Foucault e suas noções de biopoder, dispositivo de sexualidade, hipótese repressiva, que todas essas premissas teóricas seriam importantes para desenvolver a presente pesquisa, aplicadas ao universo da diversidade sexual e de gênero no contexto escolar.

Desse ponto de vista, a finalidade da pesquisa é combater o preconceito no ambiente escolar sob a perspectiva da diversidade sexual e de gênero. Explorar a diversidade significa em muitos casos que a pesquisa precisa ignorar padrões gerais e focar no todo das circunstâncias que possa vislumbrar caminhos e alcançar metas que ajudem chegar ao objeto de estudo. Cabe considerar, estudar a diversidade na compreensão e análise a partir da convivência humana em espaços públicos, pois a pesquisa sobre grupos diversos contribui para o entendimento dos historiadores e da vida em sociedade.

Nesse contexto, essa pesquisa é, sobretudo, um convite à ação política e à luta por igualdade, diversidade e democracia, portanto, restando-nos uma esperança: se o preconceito é aprendido socialmente, ele pode ser desconstruído – um movimento essencial para que conquistemos formas diversificadas de vida harmoniosa com espaços de convivência pacíficas em que todos sintam-se convidados e acolhidos para viver bem.

Assim, optamos pela pesquisa qualitativa enográfica sob a abordagem da observação por pretendemos adquirir conhecimentos sobre formas como questões relacionadas a sexualidade, gênero e diversidade vêm sendo vivenciada nas séries finais do Ensino Fundamental da escola pública Salvino João Pereira e como estão sendo trabalhadas pela disciplina de História.

Para tanto, essa modalidade de pesquisa oportuniza diversas técnicas para coletar dados, mediante a complexidade do problema. Por isso, acreditamos ser a técnica da observação participante fundamental para observarmos o relacionamento e comportamento do professorado, discentes e funcionários em relação ao desafio de conviver com a diversidade sexual nesse espaço escolar.

E por que da pesquisa qualitativa? Porque pareceu-nos pertinente o posicionamento de Watson (1985), quando a caracteriza com descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos que são observáveis. Ademais, ela incorpora o que os participantes dizem, suas experiências, atitudes, crenças, pensamentos e reflexões, tal e como é expressa por eles mesmos na escola, espaço imbricado de conflitos.

Possibilita também, realizar exame cruzados dos dados obtidos, angariar informação através do processo de triangulação, chegar a contrastar e validar as informações obtidas por meio de fontes diversas sem perder a flexibilidade (Gomez, 1999).

Ainda justificando o tipo de pesquisa, é visível que o imaginário do sujeito pesquisado não pode ser quantificado, pois seu universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes correspondem a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (Minayo, 1994).

E porque, da abordagem na modalidade da observação? No campo da educação, pesquisar do ponto de vista dessa ênfase vêm ganhando crescente aceitação, devido principalmente, ao seu potencial para estudar as questões relacionadas à escola. Sendo importante envolver preocupações em pensar o ensino e a aprendizagem a partir do contexto cultural que construa entendimentos diversos. Nessa busca utilizaremos a observação direta, pois segundo Ludke e Marli (2017, p. 31), a mesma permite que o observador chegue mais perto da “perspectiva dos sujeitos”, das atividades do grupo estudado e do ambiente escolar propriamente dito.

Assim, as técnicas mais importantes da educação são empregadas na pesquisa de campo que pode definir-se como a indagação dos fenômenos sociais com o objetivo de resolver um problema, comprovar uma hipótese ou descobrir relações desconhecidas entre os fatos examinados.

Dessa forma, as técnicas de observação constituem o primeiro passo em um trabalho de campo, por oferecer o contato inicial com o grupo social que se quer estudar, portanto, ampliando o campo de objetivo e possibilidades da pesquisa, assinalando assim, que nessa técnica, alguns elementos são significativos da situação que se observa, por exemplo: os participantes, o ambiente e o comportamento são imprescindíveis.

Frente a estas colocações, compete também ao pesquisador integrar-se ao grupo selecionado como um participante, envolvendo-se nas atividades: sendo observador e, ao mesmo tempo ator, ou seja, participar do grupo é de suma importância.

Apesar da importância dada a essa modalidade de pesquisa, algumas críticas são feitas ao método,

[...] primeiramente por provocar alterações no ambiente ou no comportamento das pessoas observadas. Outra crítica é de que este método se baseia muito na interpretação pessoal. Além disso, há críticas no sentido de que o grande envolvimento do pesquisador leve uma visão distorcida do fenômeno ou uma representação parcial da realidade (Ludke, 2017, p. 31).

Consubstancialmente, destaca-se que os métodos qualitativos são humanistas e utilizados para estudar as pessoas, influenciando sobre o modo como as vemos, ou seja, se estudamos as

pessoas qualitativamente, chegamos a conhecê-las no pessoal e experimentamos o que elas sentem em suas lutas cotidianas.

Assim, esperamos entender melhor essa engrenagem, a partir da análise dos documentos oficiais: Constituição Federal, Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento Interno da Escola (RIE), quando verificaremos se existem lacunas entre o que está prescrito e o que ocorre de fato naquele ambiente de convivência e aprendizagem.

Resumindo a respectiva pesquisa tem o escopo de estudar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Salvino João Pereira, localizada na Rua Espírito Santo, nº 82, Centro, Juripiranga-PB, e seus problemas quanto ao combate do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, levando em consideração aspectos da história cultural, quando os envolvidos no dia-a-dia dessa instituição serão chamados a participar do respectivo processo para que possa fluir significativas mudanças.

Ainda por assim dizer, desenvolver-se-á na Linha de Ensino de História e saberes históricos do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, *campus* João Pessoa. A temática abordará sobre diversidade sexual e de gênero na Escola Municipal Salvino João Pereira: por uma escola sem preconceito (2015-2023). Por que do marco teórico? Nesse período, a respectiva escola atravessou momentos conturbados de convivências, com considerável número de educandos envolvidos com drogas, álcool e prostituição, ainda, o período pré-pandemia da COVID-19, fazendo cair o índice de aprovação conforme o resultado da segunda etapa do Censo Escolar de 2022.

A proposta tem como objetivo estudar medidas pedagógicas possíveis, e desenvolvê-la no sentido de preparar os professores para combater atitudes preconceituosas que circulam naquele ambiente de convivência múltiplas, a partir das aulas de História dos anos finais do Ensino Fundamental. Ainda, trabalha sob a possibilidade em saber qual o entendimento dos docentes quanto a essa temática e como estavam (ou não) sendo trabalhadas com seletor público.

Sendo assim, a presente dissertação se apresentará dividida em três capítulos, incluindo as considerações iniciais e finais. No primeiro capítulo elegemos o espaço propício para problematizar a diversidade sexual e de gênero. No campo da política e religião, o assunto requer conhecimento específico, desvinculado de sentimentos de paixão e de posição radical que não ofereça ao outro a possibilidade de participação dialógica para construção da convivência pacífica entre os cidadãos.

Requer despojamento das práticas radicais, que impeçam a emancipação do outro, cidadão portador de direitos e obrigação, respaldado em princípios jurídicos e constitucionais sob a perspectiva da lei, com pretexto de ressaltar que, a política nacional nos últimos tempos se viu tomada por políticos que se dividem em grupos de cristão católicos e evangélicos, representações altamente conservadoras, atuando em frente ampla de combate às pautas emancipadora de direitos.

Dessa forma, sob o manto sagrado do falso moralismo, o discurso religioso se torna perigoso porque ele é perpassado por via de mão única, através da compreensão que a vida de muitos precisa passar pelo processo de subordinação de poucos indivíduos por meio de complexas regras de comportamento que invadem a vida privada, colocando na berlinda as diferentes formas de viver e ser feliz.

No segundo capítulo abordaremos “A diversidade sexual e de gênero na educação”, em que propusemos abordar essa tríade por considerarmos assuntos portadores de mesma natureza e/ou correlatos, vinculados aos comportamentos e atitudes sociais e humanas que se encaixam muito bem nessa relação de combate ao preconceito ancorado nos princípios constitucionais, procurando entender identidade e diferença sob a perspectiva da história cultural, por não tratar-se de descoberta ou invenção nova e, porque a história cultural usa e estuda as vidas coletivas no contexto social, pelo qual, os indivíduos não se desvinculam.

No terceiro capítulo abordaremos a diversidade sexual e de gênero na Escola Municipal de Ensino Fundamental Salvino João Pereira, na cidade de Juripiranga na Paraíba, mostrando que pretendemos construir conhecimentos sobre as formas como questões relacionadas à sexualidade, gênero e diversidade vêm sendo vivenciadas e trabalhadas a partir das práticas escolares sob o ponto de vista pedagógico.

Conhecimentos que, por sua vez, possam contribuir com questões relativas à sexualidade e com a diversidade na escola pública, de forma mais específica, com a diversidade sexual e a população LGBTQI+, pois essa temática requer de nós atenção para as bruscas e aceleradas mudanças que nos últimos tempo tem ocorrido.

Para tanto, seria ingenuidade imaginar a educação fora dessa realidade, pois a educação é a finalidade última da própria sociedade. Diante disso perguntamos: Compete a escola trabalhar sexualidade e gênero? Muitos pais são contra, pois entendem que respectiva abordagem vai incitar a homossexualidade e o lesbianismo.

A priori debater gênero e sexualidade no ambiente escolar não significa promover a diversidade sexual, porque não escolhemos condição; mas combater o preconceito e respeitar a

diversidade sexual, em nítida consonância com o que determina nossa Constituição e demais ordenamentos jurídicos pátrio.

Acontece, porém, que grupos conservadores de extrema direita através do uso de variadas manobras impedem que essa discussão chegue até a escola, espaço público de convivência. Continuemos à jornada.

2 PROBLEMATIZAR A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Cada um de nós é, sucessivamente, não um, mas muitos. É essas personalidades sucessivas, que emergem umas das outras, costumam oferecer os contrastes mais estranhos e assombrosos entre si.

*José Enrique Rodó
Motivos de Proteu*

Têm sido objeto de debates e discussão as temáticas sobre gênero e sexualidade a partir de diferentes enfoques, abordagens de pensamentos e concepções, colocando em evidência a importância de estudos sobre elas. Portanto, a polêmica não é nova tampouco esteja próximo de findar-se, pois desde os tempos mais remotos a mitologia serviu de fonte de primeiro recurso de linguagem simbólica como propósito de explicar a realidade feminina, a partir da condição de sua inoperância no contexto da realidade masculina, conforme aponta Rukeyser (2013, p. 41):

Há tempo, Édipo, velho e cego, vagava pelas estradas. Ele parou ao sentir um cheiro familiar. Era a Esfinge. Édipo disse: gostaria de te fazer uma pergunta. Por que eu não reconheci minha mãe? “Porque você deu a resposta errada”, lhe disse a Esfinge. Mas foi tal resposta que tornou tudo possível, disse Édipo. “Não”, ela disse. “Quando eu perguntei ‘O que caminha com quatro pernas pela manhã, duas à tarde e três à noite’, respondestes ‘Homem’, você não disse nada sobre a mulher”. Mas, “Quando você diz Homem” Édipo falou isso inclui também as mulheres. “Todo mundo sabe disso”. Isso é o que você pensa. Essa prática discursiva desconhece a importância feminina por causa da considerada inferioridade perante o homem conforme a visão masculina.

Nessa passagem, o confronto discursivo entre o homem e a mulher é recusado e reduzido à repetição da violenta alteração entre corpos masculinos, silenciando o discurso da mulher através da ideia que ganhou considerável força, na medida, em que conversam, ampliando as barreiras da forma tradicional, ambos enfrentando o *modus operandi* recebido.

Considerando tal direcionamento, o mundo se encontra de portas abertas para diferentes interpretações para a diversidade sexual e de gênero também, pois fazem parte dessa complexa engrenagem humana constituída de incertezas e dúvidas engendrada de poder. Afinal, os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas (Scott, 1995, p. 88), ou seja, os parâmetros determinados por lei e/ou convenções sociais que enumeram tipos de comportamentos sexuais compatíveis para ser vivido em sociedade, nem sempre são levados em consideração, pois são carregados de variantes.

Assim, Scott relaciona gênero com a noção de poder sem designar, portanto, entre mulheres e homens, fronteiras fixas, definitivas e imutáveis, pois não somos iguais e tampouco seremos. Consciente dessa relevância, a sexualidade é intrínseca ao ser humano. O desejo, peça dessa engrenagem aflora independentemente de nossa vontade, pois o corpo fala e os instintos respondem de formas diversas sem respeitar fronteiras, uma vez, que os seres humanos são diferentes entre si.

Neste cenário, Joan Scott (1995, p. 21) compreende gênero como um “[...] elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e gênero uma forma primeira de significar as relações de poder.” Do que se pode depreender já para Judith Butler “[...] o gênero é uma identidade tenuemente construída no tempo, instituído num espaço externo por meio da repetição estilizada de atos” (Butler, 2003, p. 200).

Como é de se observar, sexo e gênero são temáticas polêmicas, logo, não podemos deixar de estudá-los para conhecer melhor e combater o preconceito oriundo do obscurantismo e da ignorância que desrespeita os diferentes e desiguais, pois a sexualidade faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir. A sexualidade é, obedece a uma historicidade cultural de convivências diversas, legítimas e também frágeis.

Segundo Scott (1992), uma vez que o gênero foi definido como pertencente aos contextos sociais e cultural, tornou-se possível pensar em diferentes sistemas de gênero e das relações desses sistemas com outras categorias (como raça, classe ou etnia), além de considerar as “diferenças dentro da diferença” (Scott, 1992, p. 63-96). Dessa forma, os estudos de gênero acabaram contribuindo para o aparecimento nos campos dos estudos, principalmente, na academia de uma História transversalizada e fragmentada por inúmeras análises e percepções que passaram a ser lentamente introduzidas nas escolas, através de processos que avançam e recuam.

Nesse ponto, precisamos defender as mudanças sociais necessárias diante da compreensão de que as classes sociais e a construção de raças, do gênero e da sexualidade não são naturais, mas fatos históricos (Nogueira, 2020, p. 184), construídas ao longo do tempo em espaços e momentos diferentes.

As pesquisadoras fundadoras dos estudos de gênero, Joan Scott e Judith Butler, vêm incessantemente trabalhando no sentido de desnaturalizar o feminino e o masculino, mostrando os estratos como construtos sociais e culturais. Na hipótese, ninguém nasceria masculino ou feminino, mas se tornaria conforme as definições e os modos que respectiva sociedade e cultura dão para estes conceitos, para a própria materialidade do corpo em determinada época.

Diante de tal situação, assumir a pauta da diversidade sexual e de gênero se trata, antes de tudo, de um posicionamento político e de um entendimento da sexualidade e do gênero como categorias históricas (Nogueira, 2020, p. 185). Para tanto, o trabalho da escola nesse sentido é decisivo para o entendimento sobre sexualidade e gênero, devendo, portanto, iniciar essa discussão a partir das políticas curriculares, das disciplinas em seus conteúdos e formas, dos códigos produzidos nesse panorama de construção histórica e social dos corpos, nas relações de poder organizadas inicialmente pelas diferenças existentes entre eles.

Envolta dessa problemática, profundamente diversificada e até mesmo divergente sob muitos aspectos teórico-metodológicos, a sexualidade afirma-se sempre mais, como um elemento fundamental na busca da compreensão dos possíveis significados das relações humanas, em consideração aos seus mais diversos e complexos sentidos. Dessa forma, passando, conseqüentemente, a adquirir lugar de destaque na história a partir do surgimento de novas possibilidades para abordagens da sexualidade como objeto de estudo da História.

A partir desse entendimento, o primeiro caminho a ser tomado deve ter como base os discursos sobre o sexo, na qual Foucault é um representante fundamental, pois questiona entre outras coisas, características puramente repressivas de respectivos discursos. Segundo, indica para uma história das vivências e do cotidiano da sexualidade, priorizando estudos sobre comportamentos que tratem de mostrar aspectos reveladores dos diversos usos do corpo.

2.1 A diversidade sexual e de gênero no discurso político e religioso

O mundo vem atravessando tempos sombrios de grande intolerância e desrespeito. As religiões, de certa forma, confluem para a ebulição que desestabiliza as relações sociais contaminadas pela veiculação de discursos de ódio e violência, que nos surpreendem cotidianamente, proliferando-se cada vez mais. Sendo assim, a religião que por tanto tempo significou ponto de apoio em busca de novos caminhos, correção, conversão, tem se tornado zona de desconforto, conflitos, desentendimento e aflição.

O Brasil grita por paz, respeito, entendimento, porém essas pautas não convergem para acontecer sem diálogo respeitoso, oferecedor de novas perspectivas sem compromissos com extremismos e desinformações prejudiciais ao processo democrático. Política e religião são assuntos polêmicos e requer conhecimento específico, desvinculado de sentimento de paixão e de posição radical que não ofereça ao outro a possibilidade de participação dialógica para construção da convivência pacífica entre os cidadãos. Dessa forma, quando tratamos de

religião, em particular do Cristianismo, religião nascida em meio à cultura judaica, não podemos deixar passar despercebidas regras e costumes negativos envoltos da sexualidade.

A veiculação de discursos em volta da sexualidade tomou conta das instituições médicas e religiosas durante o século XIX, quando através de normas rígidas buscavam controlar os indivíduos. Convém ressaltar, que tal forma de controle, em nossa percepção, fragiliza o discurso defensor da naturalidade heterossexual que para manter-se nessa postura, precisa ser vigilante, não atravessar fronteiras, colocando-se sob constante pressão e respeitando rígido código de conduta, ou seja, não é fácil ser “macho” tampouco manter-se. Ora, o masculino, o macho, define-se, justamente, por uma relação de profundo controle, de censura, de apagamento do corpo (Albuquerque Júnior, 2010, p. 25).

Portanto, desmistificar esse discurso predominantemente hegemônico, pelo qual, é colocada a heterossexualidade como fato natural, é envolver-se em discussão, dispor-se a enfrentar um batalhão de defensores aptos à luta sem medir consequências, baseados apenas em estudos superficiais sem constância de defesa.

Assim, deduzimos pelo exposto acima, que a sexualidade deve ser vivenciada e praticada, pois todos os indícios que levam a realização de práticas fora do padrão heterossexual prejudicam por impossibilitar a reprodução humana divinamente sagrada. Acontece, porém, não ser a heterossexualidade única forma dos humanos sentir prazer, tampouco nem todos querem reproduzir. Dito isso, o processo de aceitação da condição sexual é permeado por embates e discursos religiosos que afirmam ser um grave pecado a prática dos atos sexuais cometidos fora dos padrões.

Com fulcro nas preditas colocações, para Foucault (1979) tudo é histórico, portanto, é de suma importância compreender a influência que os discursos ocasionam através do tempo na formação das subjetividades dos indivíduos. Nesta seara, não podemos transportar conceitos de uma época para outra, pois muitas vezes eles distanciam-se das novas realidades, pois as verdades se modificam, transformam-se.

Assim, estes discursos que produzem regime de verdade são, muitas vezes, apoiados e apresentados como incontestável, irretocável e são legitimados por instituições de poder-saber, é o caso da Igreja responsável por criar e estabelecer verdades sobre a experiência sexual dos indivíduos e a forma como estes a praticam. Acontece, porém, que as verdades do passado podem não significar no presente contexto histórico a partir dos novos sentidos, pois

[...] o sentido de uma palavra ou de um conjunto de palavras não está em si mesmo, mas é o resultado das posições ideológicas presentes no processo

sócio histórico: “as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que os empregam” (Pêcheux, 1988, p. 60).

Nessa perspectiva, embasado nas prerrogativas de discurso-poder referenciadas por Foucault (1988), observamos ser a política e a religião institutos controladores de indivíduos a partir da construção de corpos, quando modelados numa forma padrão de sexualidade, para atingir a dimensão contemporânea do exercício do poder, não apenas no sentido da punição, mas normalizando e regulamentando a vida das pessoas. Ressalte, contudo, que a análise da sexualidade se situa no campo das *práticas sociais* que, por sua vez, para Foucault (1988, p. 8), vincula-se à formação de *domínios de poder-saber*. Essas práticas, especificamente a sexual, mantêm estreitas relações com as diferentes formas de ser e de agir das pessoas, e não apenas com o Estado, com a Educação e com a escola.

Assim, conforme Foucault (1988), saber e poder estão estritamente relacionados. A ciência que combatemos é hétero, misógina, patriarcal, masculinizante, de classe média, etc., em larga escala, finca-se no apagamento e cancelamento de culturas, de outros saberes. Nossa epistemologia é um competente instrumento compressor, enquanto parte do sistema colonial é marcado por saberes e poderes, de apagamento de diversidades de opiniões, de subjetividades, de afeto, de vidas.

Dessa forma, padres, bispos, pastores, etc., responsáveis pela difusão desses conteúdos são portadoras do aval adquirido do público cristão, constituídos de base formada no catolicismo tradicional e no protestantismo fundamentalista rigoroso, e, portanto, elevado ao caráter de autoridade religiosa. Desse modo, são indivíduos que se transformam em personagens formadoras de opinião.

Considerando tal prospectiva, as palavras se impõem, lançam raízes na nossa memória contra a nossa vontade (Hooks, 2013, p. 223), portanto, terreno fértil para alienação, não oferecedor de oportunidade para formação de leitura crítica da realidade.

No campo da política, não tem sido diferente nos últimos tempos, pois a mesma passou a ser envolvida por atuação de grupos parlamentares cristãos católicos e evangélicos se constituindo em representações altamente conservadoras e atuando em frente ampla de combate às pautas emancipadora de direitos.

Não bastasse os impasses causados pelas respectivas bancadas contra as temáticas voltadas para sexualidade e gênero indicadas nos temas transversais e apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, quando o documento trata basicamente de preocupações contemporâneas, como a igualdade de direitos, a dignidade do ser humano e a

solidariedade, cujo propósito é ajudar o aluno a enfrentar o mundo atual com mais respeito e sem discriminar quem quer que seja (Brasil, 1997). Dessa forma, respectiva conduta conservadora prejudica ao seletor público juvenil merecedor de atenção e cuidados específicos.

Assim, projetos de leis voltados para questões que envolvem assuntos sobre sexualidade e gênero, tramitam no Congresso Nacional através de agitadas discursões, sempre acompanhadas de provocações, desrespeito e insultos, oriundos dos(as) deputados(as) conservadores(as), que se colocam portadores(as) da moral e bons costumes, aumentando ainda mais o fosso que rodeia os vulneráveis e diferentes.

Essa ofensiva conservadora teve efeito devastador no Congresso Nacional a ponto de reprovar a inserção da temática sobre gênero no Plano Nacional de Educação (PNE). Do mesmo modo, parte considerável dos(as) Deputados(as) Estaduais sancionaram seus Planos de Educação retirando a referência sobre gênero do texto. Também muitos prefeitos(as) e vereadores(as) distante do foco da imprensa posicionaram-se contrário a implantação da temática no Plano Municipal de Educação (PME), representando um atraso para a vida de nossos jovens, crianças e adolescentes.

Esses fatos são corriqueiros no mundo político brasileiro, transformando-se numa estratégia silenciosa e perversa, por desviar a rota principal da discussão e confundir a opinião pública, principalmente, quando não estão em jogo seus interesses particulares.

Pelo exposto, as temáticas envolta da sexualidade tornaram-se difíceis de ser trabalhadas no âmbito das escolas públicas, com isso, o discurso de vigilância propagado nos meios de comunicação por meio desses grupos religiosos infiltrados nos quadros da política, se contrapôs as tão fadadas liberdades emergentes, colocando em risco a vida de muitas pessoas que vivem as margens, principalmente a população LGBTQIA+, em pleno alvorecer do século XXI.

A partir deste cenário, o que se acreditou impossível se tornou realidade e na legislatura iniciada em 2001, grupos conservadores de fundo moral, passaram a reivindicar da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) posição contra pautas emancipatórias em favor das famílias, não titubearam e logo abraçaram a causa. Assim, a respectiva bancada articulou alianças com deputados(as) católicos(as), através de diálogo historicamente impensável em épocas passadas, principalmente, por parte dos grupos pentecostais, quando a estes não era permitida sequer participação e envolvimento com política partidária.

Através de tal articulação e diálogo entre lideranças evangélicas e católicas, este processo reacionário teve como alvo os direitos da população LGBTQIA+, segmentos a serem combatidos por significar uma ameaça às famílias fincadas numa base religiosa, heterossexual e patriarcal, acabaram, portanto, identificados contundentes inimigos relacionais.

Não bastasse, consideraram como inimigo número um o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT) quando chegou ao poder em 2003 por apoiar pautas reivindicatórias desses movimentos, tais como: construção de programas de políticas públicas de garantia de direitos LGBTQIA+, que envolvam ações em diversas áreas de políticas públicas; e inclusão ou exclusão de ações orçamentárias específicas para políticas LGBTQIA+ no orçamento das pastas de direitos humanos; mudanças em conselhos e em conferências de políticas públicas dedicadas exclusivamente a políticas LGBTQIA+, etc.

Assim, relacionada a esta dinâmica, a construção imaginária dos grupos religiosos conservadores em torno da categoria “gênero”, baseia-se na cultura do patriarcado, pois nele a organização da vida coletiva sustenta-se através do poder masculino que determina a base de organização social no poder do homem, líder, reprodutor e provedor da família, sendo essas características justificadas em virtude de sua força física, inteligência e capacidade de administrar processos coletivos.

Com isso, a população LGBTQIA+ tem, neste modo de vida, consagrado seu papel de insignificância social, além dos afazeres domésticos por ser considerados frágil e possuidor de menor inteligência, submisso ao homem, sem perspectiva de emancipação em volto ao silêncio que toma conta de si apesar dos significantes avanços.

Dessa forma, levando em conta as considerações abordadas, pode-se afirmar ser a travessia um caminho espinhoso, porém não assombroso que venha impedir de avançar quanto aos nossos objetivos, ou seja, tornar visíveis os invisíveis, pois a questão não é da ciência, mas a sociedade através da educação. O campo da ciência é da análise e estudo.

Assim, parte do poder de explicação das ciências sociais deve-se a afirmação que mostram a verdade sobre nossa sociedade, cultura, crença, tradição – verdade que pode ser compreendida por explicação realizadas através de profissionais especializados como professores, sociólogos e antropólogos. Tendo em vista serem profissões interpretativas, que buscam reflexões profundas, elas parecem determinadas a confirmar as estratégias de poder numa sociedade predominantemente conservadora, que abraça a manifestação linguística religiosa num contexto marcado pelo cristianismo.

É fato existir relatos de historiadores de culturas antigas que evidenciam datar o relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo tanto quanto a própria existência humana. Motivo pelo qual não existe linearidade, pois a mesma muda de acordo com o tempo e conforme os valores de cada sociedade. Sabe-se, porém, que sempre existiu. Em algumas sociedades era considerada natural, para outras era sinônimo de prestígio, iluminação espiritual, conforme a romana, a grega e a asiática.

Na Grécia, a prática homossexual era tão popular que ainda hoje é comum alguns chamarem de “amor grego” ou “amor socrático”. Portanto, esse era considerado ritual de transmissão de conhecimento, sabedoria e integração do jovem na sociedade daquela época, ou seja, uma prática considerada normal, sendo comum homens mais velhos ser o parceiro ativo e um jovem, o passivo, modelo que refletia a relação entre deuses e mortais. Na cidade-estado de Esparta, segundo Dieter (2012), o amor entre homens era incentivado especialmente entre os militares, pois respectivo sentimento faria o guerreiro lutar não só pelo exército, mas também por seu companheiro. Motivo pelo qual levou respectivo exército a ser considerado exemplo de organização na antiguidade.

Em Roma, no fim do Império, a aceitação da homossexualidade começou a mudar através das punições impostas por Justiniano contra essa prática. Em virtude dessa repressão, tornou-se comum a bissexualidade, pois os homens casavam-se com mulheres para reproduzir, porém, vivia a homossexualidade com seus parceiros prediletos (Moreira; Madrid, p. 5, 2008).

Ainda conforme Moreira e Madrid (2008), na Índia o motivo dos deuses serem bissexuais e hermafroditas facilitava a prática homossexual naquela civilização, pois consideravam que por meio dos orgasmos seria possível os enigmas dos deuses.

Na China e no Japão, a homossexualidade era tida como natural e influenciada pelas autoridades máximas, ou seja, pelos imperadores, que evidentemente tinham seus preferidos e merecedores de riquezas e prestígio. Assim, nessas civilizações, alguns homens ingressavam nos mosteiros exatamente por causa de seu amor por outros homens – o budismo e a homossexualidade masculina eram intrinsecamente conectados no Japão (Endjso, 2014, p. 156), portanto, não é correto generalizar ser o budismo uma religião em geral positiva quanto a homossexualidade, consistindo em dizer, ser não apenas tolerado, mas por vezes até considerado sagrado. Entre as mulheres era geralmente visto de forma negativa.

Assim, dependendo do contexto, o casamento nem sempre era obrigatoriamente heterossexual. Entre os Nuer, povos do Sudão meridional, as mulheres mais velhas “casavam” com mulheres mais novas. E entre os indígenas norte americano, em grande parte de suas regiões era permitido o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo biológico. Por exemplo, entre os sauk e fox, os jovens precisavam fazer sexo com um homem para ser aceitos nos rituais da sociedade masculina (Endjso, 2014, p. 168), assim, não se tornara homem sem antes passar por essa prática, ou seja, sem ela não acontecia o amadurecimento essencial para tanto.

Entre nós, essa prática atravessou regiões em distintas épocas, conforme verificaram os antropólogos Estevão Rafael Fernandes e Barbara Arisi, através de refinada pesquisa intitulada “*Índios gays do Brasil: História não contadas da colonização das sexualidades indígenas*”,

encontraram diversidade de práticas sexuais que datam de antes dos processos de colonização: homossexualidade, poliginia e até mesmo semelhante a transgeneridade e ao não-binarismo.

Ainda conforme esses pesquisadores, é possível afirmar que a liberdade sexual não costumava ser motivo de preconceito entre os próprios indígenas até a chegada dos colonizadores. Dessa forma, o combate à nudez, o casamento heterossexual, a poliginia, a recusa às práticas homoeróticas e as noções de parentesco foram elementos introjetados pelos portugueses via coerção e consenso (Nogueira, 2020, p. 87). Assim, as variadas formas de expressão afetivo-sexual presentes na vida de muitos povos indígenas eram (e continuam a ser) consideradas imorais e incivilizadas.

Mas essa prática não fica só por aí, pois acontece também em outros espaços sociais do país, por exemplo na região do Nordeste brasileiro, o fato da existência homossexual é notório, inclusive entre os cangaceiros, território dominado pelo machismo exacerbado, chegando ser tratado por José Lins do Rego em sua obra *“Cangaceiros”*, da seguinte maneira:

Tinha lá um tal Laurentino, rapaz branco, de calibre de tigre, um sujeito muito esquisito. Pois não é que este cachorro deu para cair com os quartos! A princípio se amigou com o Teté e era uma amigação sem vergonha. Não havia mulher no grupo Laurentino podia servir de mulher dama. Mas se deu que Teté só queria para ele. E ficava com o diabo no corpo quando via outro cabra se engraçando de Laurentino (Rego, 2022, pp. 67-68).

Nas lavouras do corte de cana, ambiente rigorosamente masculinizado, alguns cortadores apreciam a prática, embora, sob o mais rigoroso sigilo e silêncio, para não despertar curiosidade entre os companheiros de labuta, e conseqüentemente, evitar discriminação, uma vez que o ambiente de trabalho é marcado pela predominância do discurso machista e preconceituoso. A descoberta e/ou desconfiança de quem nesse local supostamente serve de “mulher” para outro, tem a masculinidade ignorada e acaba qualificado como “fresco”, carregando supostamente essa mácula para o resto da vida. Essa “frescura”, conforme Bortolozzi (2023), remete a uma das “depravações da modernidade”: homens afeminados ou supostos pederastas (Bortolozzi, 2023, p. 182), termo usado desde a antiguidade para se referir às relações homossexuais.

Com base no exposto, segundo Beauvoir,

[...] percebemos que nessa dimensão, o vocabulário dos homens inspira-se no vocabulário militar; o amante tem ímpeto de soldado, seu sexo retesa como um arco, quando ejacula “descarrega”, é uma metralhadora, um canhão; fala de ataque, de assalto, de vitória. Há em seu ato sexual um sabor de heroísmo (Beauvoir, 1967, p. 113).

Para Tomaz Silva (2013, p. 83), esses padrões de referências das identidades históricas marcam as outras identidades como sendo variantes da própria identidade: “a força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade”.

Através dessas narrativas, entendemos ser a sexualidade transversal, fazendo-se presente nos corpos em todos os lugares independentemente de convenções, estando, portanto, incorporadas entre nós, embora, não tratamos com a atenção merecida e/ou quando levamos em consideração, é pelo prisma das brincadeiras e chacotas, por vezes discriminatórias.

Segundo Louro (2014, p. 28), “através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas”. Esses estereótipos especificam os comportamentos esperados para homens e mulheres; e aqueles que não se enquadram nessa expectativa, terminam por ser marginalizados, discriminados e invisibilizados.

2.2. Concepções sobre identidade, gênero e sexualidade

Atualmente, podemos encontrar nas Escolas do Brasil um público igual épocas passadas, porém constituídos de diferentes comportamentos, embora haja uma característica inclusiva apesar das práticas preconceituosas veiculadas nesse ambiente propagador de saber. Atualmente considera-se que os educandos trazem consigo valores conflitantes com os oferecidos pela escola, por conviverem em ambientes diversificados, exigindo dessa instituição habilidades pedagógicas específicas para lidar com essa nova realidade.

Por esse motivo, o que importa aqui não é o fato de o jovem ser ou não gay, importa saber o quanto é doloroso e complicado viver com a sexualidade fora do esquema da heteronormatividade, numa sociedade machista e preconceituosa.

Em virtude desse cenário, a escola por sua condição própria funcional é um lugar de padronização, de normatização, de homogeneidade e ao mesmo tempo, um espaço de lutas constantes, de resistência, de mudança, de transformação, de diferenças sexuais e de identidades de gêneros múltiplos ou não binários.

Para que aconteçam avanços com relação à discussão sobre gênero no espaço escolar, é preciso capacitação contínua dos profissionais engajados no trabalho de orientação dos educandos, pois pela minha vivência enquanto docente, o despreparo para trabalhar respectiva temática nesse ambiente privilegiado de construção do saber, precisando a partir de novos caminhos, pensar o que se chamou num primeiro instante “relações de gênero”. A subjetividade e a fragilidade deste sujeito considerado fora do padrão sexual permitido, também foram

expostas como elementos omitidos na performance social de uma heteronormatividade aprendida desde a infância e cobrada a partir dela (Veiga; Pedro, 2015, p. 306), representando as relações sociais que atravessam o tempo, chegando à atualidade através de tensões ainda não conciliáveis.

Em face disso, ninguém nasce feito, a gente se faz, a gente se constrói, social e historicamente. O mundo se põe para nós como possibilidade constituída de variantes e formado por grupos humanos diferentes, portanto não há espaço para o engessamento das identidades tampouco impedir a propagação do respeito a diversidade sexual.

Com vistas a isso, devemos parar de olhar o outro a partir do nosso projeto, ou seja, querendo que as pessoas sejam e/ou façam o melhor conforme nossa vontade e anulem-se como seres independentes. Nessa seara, precisamos trabalhar urgentemente a possibilidade de tornar eficaz o diálogo, o respeito e a tolerância com quem é diferente, pois a palavra gênero está muito relacionada a identidade, o que somos e queremos ser.

Essas densidades tão heterogêneas se misturam e entrelaçam, fazendo flutuar e repousar simultaneamente o tempo, os sentidos, tornando assim possível a experiência do visível e do invisível sob a perspectiva da possibilidade social.

Portanto, a nível de discussão no Ocidente, geralmente gênero e sexualidade aparecem imbricados ao conceito de identidade, sendo a partir desta identidade sexual que outras construções identitárias do sujeito se contemplam e põem-se em ordem. Porém, vale lembrar Foucault (1988, p. 100), quando afirma que

[...] a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas é grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Dessa forma, entendemos que ao trabalharmos a identidade fincada na sexualidade, analisando e compreendendo processos desenvolvidos em espaços sociais, culturais e simbólicos, cada um coloca em dúvida um conjunto de “certezas” sobre o qual estrutura sua identidade sexual, ou seja, o poder simbólico, é com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 2011, pp. 7-8).

Nesse sentido, é Foucault no terreno das ciências sociais, que mostra como o poder organiza o disciplinamento envolta da sexualidade, não apenas quando cala, mas também quando discursa.

Assim, para Seffner (2016, pp. 145-147) a sexualidade diz respeito ao modo como os indivíduos organizam e valorizam as questões relacionadas à satisfação do desejo e do prazer. Outrossim, para ele no terreno da sexualidade, temos aqui homens que vivem prazeres e desejos sexuais que contrastam fortemente com os desejos e prazeres sexuais associados à masculinidade hegemônica heterossexual, mas que também se distanciam dos desejos e prazeres que usualmente constituem a masculinidade homossexual. Como é o caso dos indivíduos de identidade bissexual, categoria não pensada para essa discussão.

Sendo assim, a problemática sobre gênero e sexualidade surge a partir de uma das formas que proporcione facilitar a nossa comunicação em qualquer grupo social. Todas as vezes que dispomos de pessoas que envolvam os dois gêneros, ou seja, masculino e feminino, considerando-se a regra gramatical da língua Portuguesa quanto ao uso, e emprego dos gêneros na sua pluralidade, forma de certificação e refinamento da língua, o masculino que se caracteriza numa verbalização do tipo machista ou feminista ou priorizando o sexismo, por ser um conjunto de diversas manifestações de comportamento discriminatório, que favorece um gênero em detrimento de outro (Souza, 2009, p. 09), ou seja, esta regra da gramática da língua portuguesa, a certo ponto, fortalece a ideia de que seja natural que os homens dominem a relação de poder diante ou sobre o sexo feminino.

Para tanto, entendemos a questão da identidade e da diferença como um problema social, e, ao mesmo tempo um problema pedagógico e curricular. É um problema social porque, perante a heterogeneidade do mundo, o encontro com o estranho, com o diferente, é inevitável. É um problema pedagógico e curricular não apenas porque crianças e jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem no próprio ambiente da escola, mas também porque a questão da diferença não pode deixar de ser considerada assunto que envolve questões de preocupação pedagógica e curriculares.

Com base nesses argumentos, para Santos (2018), educação e currículo atestam a importância política que constitui a escolha dos assuntos e disciplinas a serem trabalhados na escola (Santos, 2018, p. 17). Para tanto, a questão é saber qual conhecimento deve ser ensinado e/ou qual conhecimento e saber é considerado importante ou válido ou essencial para ser considerado parte do currículo?

Dessa forma, convém considerar nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos que o componente do currículo

está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade.

Nesse contexto, é particularmente problemática a ideia de diversidade, uma vez que a identidade não é uma essência; não é um dado ou fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental (Tomaz Silva, 2013, p. 96), ela é construção constante em via de flexibilidades fluídas e líquidas, pois a construção de nossas identidades é resultado inacabado e continuamente em evolução de intensa e complexa experiência social, influenciada por inúmeros outros fatores (biológicos, geográficos, temporais e culturais, dentre outros) que se somam e atravessam durante nossas vidas (Silva, 2021, p. 37), por não sermos únicos, tampouco vivermos isoladamente, nossa característica é de seres de relação em processo de mudanças e construção.

Sendo assim, de acordo com Hall (2011, p. 7) “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e, portanto, fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. Dessa forma, o autor delimita a chamada “crise de identidade” como parte integrante de um processo mais amplo de mudanças que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades, contemporâneas, repletas de inúmeros eventos provocadores de mudanças nas formas de pensar e agir das pessoas.

Nessa perspectiva, este problema de (des)conhecimento sobre gênero e sexualidade em nosso processo histórico remete-se às investidas do poder que se encontra encravado (entre os indivíduos) em nossa sociedade, e que foi originalmente investigado por Foucault (1979) e reforçado na possibilidade de supor que o poder é exercido pelos sujeitos, e que tem efeitos sobre suas ações (Louro, 2014, p. 42), ou seja, é o poder o ponto de desequilíbrio nas relações entre pessoas de identidades consideradas diferentes e desiguais.

Assim, a partir do estudo de Foucault (1979), podemos ser levados a identificar o poder usado pelos “normais” como imposição sobre os “diferentes”. No entanto, ao identificar as táticas do poder, podemos sempre nos rebelar contra o mesmo, denunciando seus agenciamentos e suas manobras, porque onde há poder, há resistência. E nessa relação poder/resistência, tudo o que está em disputa pode ser negociado, refletido e/ou aceito.

Nessa dimensão, o poder, na visão foucaultiana, não atua sozinho quando de suas investidas. O poder mantém uma estreita relação com as noções de saber, logo, a palavra tem poder para mobilizar e transformar realidades através do ato linguístico, porque o discurso não

é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual quer nos apoderar (Foucault, 2014, p. 10).

Dito isso, questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam, pois fixar uma determinada identidade como norma é uma das formas de hierarquização das identidades sobre as diferenças (Silva, 2013, p. 83), que se constrói através de épocas históricas diferentes, caracterizadas de uma prática discursiva existente num ambiente conhecido igual a escola, por constituir-se de realidades sociais diversas.

Assim, o novo olhar da História sobre a diversidade e suas múltiplas manifestações é um processo muito novo e “as recentes preocupações da historiografia com a descoberta de ‘outras histórias’ vem favorecendo a inclusão das mulheres e a incorporação da abordagem de gênero nos estudos históricos” (Matos, 1997, p. 85).

Segundo Stuart Hall (2011), a partir dessa nova visão da História aparece a política de identidades, que atribui visibilidade a novas identidades até então despercebidas. Essa nova dinâmica histórica permitiu o deslocamento da masculinidade, do poder do homem sobre a mulher através do trabalho das várias ciências, que buscaram participar do processo de construção do conhecimento para que se tornem verdadeiros, com história e agentes históricos que dela participam e/ou participaram.

Nesse sentido, se num determinado momento era possível manter a multiplicidade de sujeitos sob o rótulo de “homossexuais”, a exemplo das primeiras entidades brasileiras desse tipo, como o primeiro grupo Somos, de São Paulo, quando se “partia do princípio de que a humanidade estaria dividida entre heterossexuais e homossexuais (e talvez alguns bissexuais)” (MacRae, 1990, p. 40), ou mesmo LGBT, sigla que passou a ser utilizada na virada do século com a capacidade de se atualizar a cada ano, num apanhado de letras e significados reivindicatórios, assim os movimentos lidam agora com as demandas por um tipo de política e mesmo de sociabilidade em que tais divisões identitárias não impliquem novas exclusões (Lopes; Silva, 2023, p. 251).

A partir de então é, necessário fazer uma análise dos saberes e poderes, quando da manifestação de preconceitos das pessoas tidas como “normais” contra as pessoas consideradas “diferentes” e que poderiam empreender uma análise do poder, que significa o desmascaramento em seu exercício, quando das piadas e estereótipos externados não somente nas instituições escolares, mas em todos os espaços públicos de convivências múltiplas. Nessa perspectiva, segundo Maia (1995),

O que caracteriza o poder que estamos analisando é que traz à ação relações entre indivíduos (ou entre grupos). Para não nos deixar enganar, só podemos falar de estruturas ou mecanismos de poder na medida em que supomos que certas pessoas exercem poder sobre outras [...]. Há nas relações de poder um enfrentamento constante e perpétuo, não poder sem liberdade e sem potencial de revolta... Sem a possibilidade de resistência o poder seria equivalente à determinação física (Maia, 1995, p. 83-103).

Acompanhando tal raciocínio, Foucault (1979, p. 183) se posiciona dizendo: o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Com isso o poder é, portanto, um instrumento de persuasão intrínseco aos seres humanos de formas diversas no espaço e no tempo, dificilmente não verificável nas relações entre nossos pares.

O poder produz uniformidades, que narra o “outro” como o anormal, o exótico, conseguindo em alguns casos, salvo as resistências, que esse outro se encaixe, isto é, se adestre nas perspectivas do “eu”, ou seja, o normal, portanto, o poder pode ser visto também como algo que permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber.

Pelo exposto, a discussão nos leva a refletir sobre nossa Constituição Brasileira de 1988, que procurou combater o preconceito ao decretar que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, ou seja, não há discriminação (sexo, origem social, cor/raça, escolha religiosa, filosófica ou política), acontece, porém, que essas garantias não vão se efetivar, exclusivamente, por estar inserido no corpo da lei, é preciso trabalho, organização e luta. Tendo por base essa possibilidade, Santos (2018) afirma que:

Ao postular no inciso IV, do art. 3º, o “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. A Constituição Federal de 1988 deixa implícita, entre os princípios constitucionais fundamentais, a redução das desigualdades, considerando a diversidade sexual (Santos, 2018, pp. 30-31)

Portanto, através desse ditame, os diferentes grupos se tornariam iguais por sua comum humanidade, e é em nome dela que o multiculturalismo “humanista” ou “liberal” apela para o respeito, a tolerância e a convivência pacífica entre as diferentes culturas. Já a perspectiva mais crítica, mostra que as relações de poder estão na base da produção das diferenças, que estão sendo constantemente reproduzidas através dessas relações.

Com relação ao exposto anteriormente, Tomaz Tadeu da Silva (2013) em seu trabalho *Identidade e diferença*, discorda dessa comum humanidade e rebate do outro lado não satisfeito

com esta imposição de celebração, ou seja, o outro clama uma teoria da identidade e da diferença que busque problematizar esses dois conceitos ao invés de celebrá-los.

Para ele, o apriorismo desses conceitos multiculturalista “humanista” ou “liberal” encerra-os em uma questão pedagógico-liberal de respeito e tolerância com diversidade e diferença, quando, na verdade, esses próprios conceitos têm implicações políticas importantes merecedoras de observação, em outras palavras, o autor diz ser necessário, compreender a identidade e a diferença como resultados de produção social e relações de poder nunca de imposição; assim, não são entidades preexistentes que estão aí a partir de algum momento fundador, elas são elementos passivos de cultura, mas têm que ser criadas e recriadas, sendo a escola seu aparelho reprodutor que tem a ver com a atribuição de dar sentido ao mundo social com disputa e luta em torno dessa atribuição (Silva, 2013, p. 96).

Sendo assim, esses conceitos precisam deixar de ser levados à luz do sentimento nobre da tolerância, mas de transgredir realidades, pela qual conhecemos bem como funciona no ambiente escolar atravessado pela diferença sexual, etnia, gênero, religiosa etc. De modo geral, a crítica de Silva nos aponta que a identidade e a diferença não são enxergadas em práticas pedagógicas do multiculturalismo, como produções sociais e como partes integrantes de relações de poder, mas estabelecidas por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades (Silva, 2013, p. 13).

Para o autor, essas pedagogias com fulcro no multiculturalismo “humanista” ou “liberal” acusam o preconceito somente como uma questão psicológica ou retificam o outro como curioso e exótico. Para ele, faz-se necessário trabalhar estratégias pedagógica e curricular através das recentes teorias culturais, levando em consideração que a “identidade e diferença” são entendidas como questão de políticas, produzidas socialmente (Silva, 2013, p. 99) no espaço e no tempo, pois transitamos por vários mundos marcados através de corpos constituídos de identidades diferentes.

Dito isso, parece ser preciso repetir que as diferenças de identidade, de gênero e orientação sexual também são direitos humanos a serem reconhecidos (Torres, 2010, p. 60). Portanto, nunca despercebidos e negligenciados para que a Constituição Brasileira de 1988 se materialize sob a perspectiva de Constituição Cidadã, ou seja, essa discussão não pode ser esquecida e/ou deixada de lado, pois é complicado explicar a identidade e a diferença sob o contexto da contemporaneidade, motivo pelo qual, Santos (2021) se posiciona da seguinte forma:

A discussão da identidade e diferença perpassa por estratégia pedagógica que envolve problematizações e reivindicações capazes de explicar como as identidades e diferenças são socialmente produzidas. Além disso, esta abordagem pedagógica deve ter o intuito de criar alternativas de diálogos sobre currículos, dado ao estímulo da multiplicidade que é transitória e transgressora diante das fronteiras e contornos pré-existentes (Santos, 2021, p. 23).

Desse modo, acreditamos tratar-se de estratégias inteligentes buscando sobressair de situações discriminatórias e sufocamento social, quando questionado o fato em não poder preservar identidades, pois sendo rígidas vivem em conflito com a modernidade líquida, e aqueles que ainda as veneram, não foram capazes de entender as mudanças que estão ocorrendo em suas vidas e na sociedade que os rodeia, aceleradamente, encurtando espaços de masculinidade, pelo qual, os diferentes são quase sempre vistos e interpelados por práticas preconceituosas.

Nessa seara, os homens que não dominam mais os códigos de masculinidade do mundo que os rodeia, distantes de realidades sociais de um mundo em desordens, segundo os padrões de linguagens, não estão sendo entendidos pelos que vivem à sua volta, ou seja, são abalados por essa crise de valores. As identidades, até então engavetadas, saem do anonimato e começam a conquistar espaços antes imagináveis socialmente, tornando-se uma ameaça ao *status quo*, passada ser consideradas, portanto, um indício de que as normativas construídas pela heterossexualidade, tão propagadas como naturais, estão em declínio. Vejamos a explicação de Prado:

Se a sexualidade é tão natural quanto o ar que respiramos, as identidades sexuais e as práticas das sexualidades não são nada naturais. Construídas através das relações sociais e políticas de um tempo histórico, são caracterizadas como processos históricos que não estão sob a égide da lógica da naturalidade, mas sim da moral e da política (Prado, 2008, p. 19).

Ao considerar a heterossexualidade natural, então por que a preocupação em vigiar? Diferentes sujeitos vivem de vários modos seus prazeres e desejos sexuais, colocando em risco a masculinidade e as relações homoafetivas deles, podendo envergonhar socialmente a categoria, e ser considerado conforme Bourdieu (2014, p. 144) “Traidor” de sua virilidade. Assim, para Albuquerque Júnior (2019, p. 439) “a masculinidade parece ser um atributo raro”, que não pode deixar rastros para questionamentos duvidosos.

Dessa forma, podemos considerar que nesse jogo, as regras, pelas quais se compõem de astúcias, as máscaras sociais estão sujeitas a desmoronar a qualquer momento por

circunstâncias diversas, pois ninguém carrega identidade fixa, somos constituídos de momentos históricos variáveis, motivo, pelo qual precisamos observar a necessidade de enxergar uma parcela significativa da sociedade excluída, prejudicada e impedida de alcançar visibilidade social, uma vez que essa parte possui seus direitos negados em virtude de não apresentarem a orientação sexual “padrão” nessa sociedade preconceituosa e falocêntrica, em que a sexualidade é mais flexível aos homens e silenciadora das vozes femininas.

Dessa forma, tal parcela é impedida de alcançar direitos consagrados constitucionalmente, quando na verdade os sujeitos que as constituem são cidadãos iguais a tantos outros pagadores de impostos, portadores de direitos, mas estão excluídos desse rol, ou seja, a condição sexual em nosso país é determinante para a conquista de direitos, mesmo num Estado democrático em que a Constituição apregoa que todos são considerados iguais perante a lei, conforme o Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos em epígrafe:

Art. 5º - todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

Deve ser considerada como a lei (ser) igual para todos (homens e mulheres). Não há discriminação (sexo, origem social, cor/raça, escolha religiosa, filosófica ou política) (Bruno Neto, 2003, p. 11).

Pelo enunciado, concomitantemente, a Constituição Federal de 1988 adotou o princípio da igualdade de direitos, e ao ser desrespeitada em qualquer desses princípios, a justiça deve ser provocada para que aconteça a efetivação e reparação de danos em virtude da mesma ser aviltada.

Sendo assim, a escola é um local marcado por múltiplas convivências e extensão da sociedade, deve apoiar os grupos tidos marginalizados, igual LGBTQIA+ e tantos outros, uma vez que nada pode impedir a circulação de identidades diversas, pois estes classificados como “diferentes” são fruto de construtos sociais. Portanto, estão na escola, estão no mundo, estão na vida. Neste caso, afirmando Santos (2018, p. 53) que “Mais do que nunca nossas vidas privadas e públicas são intrínsecas. Nossos direitos e deveres dizem respeito a todos e o que nos atinge individualmente, normalmente, reflete na sociedade. Essa é a razão de multiplicarem-se as identidades e as minorias e as lutas por direitos”.

Nessa ótica, o silêncio e a indiferença da escola para com um problema que é de todos torna-se um gesto que não condiz com sua função social formativa. Por isso, procuremos pôr em prática o diálogo sincero e respeitoso como possibilidade para construção de convivência pacífica e fraterna em que os “diferentes”, considerados “anormais” se sintam acolhidos e respeitados num ambiente que é de todos. Isto será, portanto, o que passaremos a propor a partir da discussão sobre gênero e sexualidade.

Posto isto, perguntamos qual é a identidade da nossa escola? O que percebemos é a existência de uma ordem hegemônica que ultrapassa os muros das escolas estabelecendo um

[...] Processo de escolarização do corpo e a produção de uma masculinidade, demonstrando como a escola pratica a pedagogia da sexualidade, o disciplinamento dos corpos. Tal pedagogia é muitas vezes sutil, discreta, continua, mas quase sempre, eficiente e duradoura (Louro, 2000, p. 17).

Sendo assim, o preconceito sexual e de gênero encontra-se imbricado num panorama complexo de relações, uma vez que seus componentes sociais e organizacionais se apresentam atravessados pela diferença, desigualdade nem sempre observáveis pelas instituições políticas por serem constituídos de nuances diversas. Conforme observado por Prado (2008):

O preconceito social pode ser entendido como um dos importantes mecanismos da manutenção da hierarquização entre grupos sociais e de legitimação da inferiorização social na história de uma sociedade, o que muitas vezes se consolida como violência e ódio de uns sobre os outros (Prado, 2008, p. 67).

Frente a isto, as condições existenciais dos indivíduos participantes dos grupos sexualmente vulneráveis, seus sofrimentos e alentos estão diretamente implicados pela qualidade das relações sociais e institucionais que se encontram no contexto histórico da vida em sociedade (Prado, 2008, p. 17).

Dessa forma, para Torres a diversidade sexual a partir do contexto sócio-histórico permite-nos reconhecer que, muitas vezes, repetimos formas de discriminação até mesmo sem perceber (Torres, 2010, p. 13). Nessa perspectiva, nosso pronunciamento quando se volta para a diversidade sexual precisa ser visto frente ao estado processual discursivo mais amplo, contínuo, pois não há desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso, pois “um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (Orlandi, 2013, p. 39). No dizer de Hooks (2013, p. 223), as palavras se impõem, lançam raízes na nossa memória

contra a nossa vontade, ou seja, a palavra é poder e, sendo poder, a linguagem fulcra-se como evento que pode libertar e/ou aprisionar os indivíduos.

Assim, as relações de gênero estão atravessadas por discurso quase sempre marcado pelos sinais visíveis e invisíveis de preconceito, portanto, devendo ser combatido em qualquer ambiente que houver circulação de pessoas, não somente na escola, pois o preconceito é fundamental na estruturação das hierarquias e na manutenção das inferiorizações sociais (Prado, 2008, p. 71). Além disso, o preconceito impede que o outro, o diferente, seja impedido de alcançar visibilidade humana passando ser tratado sob a perspectiva da desumanidade.

Sendo assim, as posições de sujeitos se definem igualmente pela situação que lhes é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos (Foucault, 2010, p. 59). Dessa forma, o lugar ocupado pelo indivíduo passa a ser um espaço de construção discursiva marcado de poder, de representação, também inclusão/exclusão que, no entender de Certeau (1998) são marcas cotidianas caracterizadoras de dependência de um conjunto de palavras, difícil de delimitar provisoriamente, podendo ser entendido como procedimentos de regras.

Certeau (1998) continua: um discurso manterá, portanto, uma marca de cientificidade explicitando as condições e as regras de sua produção e, em primeiro lugar, as relações de onde nasce (Certeau, 1998, p. 109-110), ou seja, porque e para quem as preditas regras serão convencionadas, pois antes das mesmas chegarem aos códigos já eram fruto da imaginação e faziam parte de um intrincado campo de observação objetiva; segundo lugar, porque todo discurso é constituído de sentidos, logo não é aleatório e/ou neutro, portanto, está sempre carregado de subjetividades.

A partir dessas constatações, entendemos que a linguagem é cultural e foi construída ao longo da história através do debate social e nas práticas cotidianas diversas e das representações sociais vividas, portanto, não é natural, pois ela é um artifício que se apropria da coisa. A esse respeito cabe considerar que gênero e sexualidade não são categorias que obrigatoriamente requerem violências. Não surgem como marcadores de violência e não significa que todas as pessoas vivenciam suas relações atravessadas por violações. Seria, inclusive, equívoco considerar que estas expressões do ser social são equivalentes a relações isoladas, que só podem expressar-se indicando desigualdades.

Assim, o denominado termo patriarcado, refere-se a um conjunto de características de dada cultura, relacionando-se aos sistemas de crenças, recursos, estilos de vida e padrões de existência social inerentes a cada um deles, podendo ser pensado como identidade social de uma respectiva cultura ou subcultura particular e/ou para amplos contextos sociais. Com o tempo, esses sistemas vão tornando-se favoráveis ou não para o desenvolvimento integral

humano, por ser através deles que ocorrem trocas recíprocas com ampla circulação de conhecimentos, interações de aspectos físicos, sociais e simbólicos.

Com base nestes argumentos, quanto mais experiências culturais passamos, mais desenvolveremos nossa própria identidade, com isso, a sexualidade efetivamente envolve o biológico, podendo ser também qualquer coisa caso queiramos nomear, pois o terreno do sexual constitui-se de agenciamento de símbolos, linguagens e códigos.

Considerando tal direcionamento, o que é denominado de patriarcado, é autorregulado pelo poder masculino e falocêntrico, cujos alicerces são estruturados a partir do fortalecimento de si, da constituição da rede simbólica que confere forças às suas bases e da preservação biológica como movimento para manter a sociedade concebida, a sociedade patriarcal.

Portanto, gênero é uma questão que vem do patriarcado, palavra antiga que teve vários sentidos ao longo da história, inclusive, podendo ser entendido como conjunto de relações sociais complexas em que os homens detêm o poder, ou seja, quando impregnou na sociedade valores de inferioridade contra grupos sexualmente dissidentes que, desde cedo viram-se em condição de dominação pelo poder exclusivamente masculino, detentor de uma superioridade que ainda apresenta-se forte na contemporaneidade.

Daí, reconhecer o gênero como uma construção subjetiva ontológica e sócio-histórica, é uma maneira de entendê-lo para além dos modelos impostos/sacralizados culturalmente, que contribuem para espalhar preconceitos, violências e intolerância em relação aos múltiplos padrões de comportamentos de gênero, principalmente, contra os demais corpos marginalizados, colocados à margem da história.

Sendo assim, nosso propósito é por meio da pesquisa e do debate acadêmico, contribuir para o combate ao preconceito contra os diferentes, construir relações de gênero mais justa e dar um sentido diferente às práticas sociais por meio da construção de uma cultura de paz, tolerância e respeito para com grupos “marginalizados”.

A partir das preditas considerações, muitos teóricos se posicionam a favor e contrários dessa emblemática temática, nesse universo discursivo marcado por enunciados inclusivos que tomam por objeto de causa as minorias sexuais e de gênero e as colocam em verdadeiros leitos de procusto, procurando, através do desejo de harmonia, encontrar motivação para entender mais sobre gênero e sexualidades. Através dessa asserção, é possível observar que o século XX instaura uma nova concepção de indivíduo, desenvolvem-se os processos que constituem, desestabilizam a sociabilidade e se funda os aspectos fundamentais da emergência do sujeito.

Nesse sentido, Joan Scott percebe, então, existir uma noção de poder constituído de fronteiras fluídas ente mulheres e homens, em que nada se configura como fixo e tudo

encontrando-se passível de mudanças marcadas pela fragilidade. Assim, a personalidade marcada pela unicidade, ponto característico do passado, não se sustenta nos tempos modernos, marcado pela “destruição” dessa unidade.

Judith Butler (2003) procurou definir o gênero como uma construção a partir de leis repressivas em corpos que se assumem como pré-discursivos. A autora define a binaridade de gênero como um fator determinante para a construção de uma matriz heterossexual. Para ela, uma heterossexualidade compulsória e naturalizada, de certa forma, exige mecanismos que regulam o gênero como uma relação binária que diferencia a ligação masculina da ligação feminina.

Nessa dimensão, para a autora o gênero é performativo, estando em constante movimento, num determinado tempo e cultura, nunca fixo, estático, uma vez, ser uma de suas características a mobilidade, o fluxo de recebimento e a distribuição de informações, contribuindo para sua vulnerabilidade e consequente renovação.

Com base no exposto, Butler e Scott concordam que essas características não existem antes da vida em sociedade, ou antes da linguagem e dos discursos que as constituem. A teoria butleriana argumenta que toda característica atribuída a um gênero não procede de constância natural, mas de repetidas práticas discursivas amplamente divulgadas.

A construção da identidade de gênero, assim entendido, é uma ruptura com o ideal platônico de unidade, uma vez que é difícil de ser alcançado em virtude das inúmeras circunstâncias que os cerca na vida cotidiana, ou seja, os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos, não estáticos, fixos e definitivos e as relações de gênero implicam que os sujeitos assumam determinados papéis e como eles são mutáveis nesse jogo relacional que envolve o masculino e o feminino (Albuquerque Júnior, 2005, p. 168), caso contrário, torna-se passível de marcação. Temos, então, de assumir uma identidade de gênero, para acessar e/ou contestar direitos e privilégios, inclusive no ambiente escolar, local cravado de diferenças.

Nessa discussão, o Brasil, extremamente conservador e preconceituoso, apresenta-se dividido, embora o respeito para com a diversidade sexual e de gênero seja fundamental para que possamos entender este como nação, pois não somos iguais, e tampouco iremos ser, portanto, faz-se necessário entender a diferença sob o contexto das possibilidades culturais diversas, já que as ideias de liberdade, ascensão de grupos sociais inferiores são intrínsecos da democracia, pois esta não funciona com extremas e gritantes desigualdades sociais conforme conhecemos.

É necessário estar no lugar do outro, do estranho, invisível, anormal, não desejado. Logo, não podemos pensar em uma pauta que se restrinja a dialogar exclusivamente com o restrito grupo, precisamos expandir, na sociedade, formas de pensar eticamente, colocando-nos perante polêmicas.

Sexo e gênero são temáticas polêmicas, logo, não podemos omitir em estudá-los para conhecer melhor e combater o preconceito, fruto do obscurantismo e da ignorância que emergem de profundas marcas passadas que veiculam no presente, através da prática do senso comum igual verdades definitivas, inabaláveis e inquestionáveis, colocando-se em constante confronto com a ciência e seus pares.

Embasado nessa abordagem, Laqueur em seu livro *Inventando o sexo: corpo e gênero dos Gregos a Freud*, enfatiza: enquanto mais estudo os registros históricos, menos clara se torna a divisão sexual; quanto mais o corpo existia com o fundamento do sexo, menos sólidas se tornavam as fronteiras (Laqueur, 2001, p. 8). Então, essa é uma das características marcantes existentes entre corpo *versus* sexo oriundo de realidades sociais diversas das quais os grupos humanos vivem, sendo fundamental destacar a política, quanto luta pelo poder constituinte do sujeito e suas diversas formas.

Continua Laqueur (2001, p. 19): o gênero – homem e mulher – era muito importante e fazia parte da ordem das coisas; o sexo era convencional, embora a terminologia moderna torne essa reordenação sem sentido. Através desse entendimento, pelo menos, o que nós chamamos de sexo e gênero existia em um “modelo de sexo único”, explicitamente ligados em círculo de significados. Nessa hipótese, as convenções sociais e culturais circulantes da antiguidade ao século XVIII destituíam os corpos dessa divisão e visibilidade nos aspectos de mando e poder, ou seja, ser homem ou mulher segundo essa concepção era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou o outro de dois sexos sem medidas.

Portanto, para Laqueur, a história trabalhou claramente para “racionalizar e legitimar” as distinções, não só de sexo, também de raça e classe, com desvantagem para os destituídos de poder (Laqueur, 2001, p. 32), aqueles/as que fazem parte dos grupos dos/as esquecidos/as, invisíveis do mundo, quase sempre compondo as margens.

2.3 Panorama da história LGBTQIA+ no Brasil

Iniciemos lembrando que o Brasil é um dos países do mundo recordista em crimes com motivação homotransfóbica. Segundo o Relatório do Grupo Gay da Bahia, no ano de 2020

ocorreram aproximadamente 273 mortes LGBTQIA+ de forma violenta no país. Assim, o Brasil se constitui como um país extremamente inseguro para essa população e com uma tendência de crescimento nas últimas duas décadas no número de mortes. Mais assustador é verificar os silêncios da História acerca da temática, apesar da ênfase dada pela Antropologia e a Sociologia.

Embora com otimismo verificamos: “todavia, esse silêncio (...) na historiografia brasileira está timidamente sendo rompido” (Pedro; Veras, 2014, p. 92). Essa constatação é possível graças ao relevante número de historiadores e historiadoras que preocupam-se com a temática LGBTQIA+, embora o movimento ainda aconteça disperso de forma regional e institucionalmente, o que nos parece positivamente em virtude das dificuldades a enfrentar. Assim, queremos marcar, em linhas gerais, o percurso dessa área – a história LGBTQIA+.

Aqui no Brasil não aconteceu diferente, médicos e advogados alarmados com provável “epidemia de pederastia”, através de estudos procuraram encontrar as causas e possíveis tratamentos para esse “mal”. Em geral, respectivos estudos não incluíam as mulheres lésbicas, o trabalho era voltado exclusivamente para os homossexuais masculinos, travestis e para os homens e mulheres transsexuais.

Assim, segundo Foucault (1988, p. 43) o discurso médico criou no século XIX o homossexual “uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida (...)”. Respectiva criação integrava o dispositivo da sexualidade que, na modernidade, define os sujeitos a partir de suas práticas e desejos sexuais, separando-os em “normais” e “anormais”, saudáveis e “patológicos”. Divisão sem sentido para os dias de hoje, embora, ainda, presente no imaginário do senso comum.

Portanto, esses estudiosos alarmados com o perigo em volta das famílias, e, por consequência, a proliferação no país, enquadravam a *pederastia*, termo usado na época para designar às relações homossexuais, constituindo assim, por excelência “o” grande pecado contra a natureza. Considera-se nesse sentido

[...] O aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade” (Foucault, 1988, pp. 110-111).

Contudo, suas defesas foram marcadas por preconceitos e estereótipos a título de hoje serem refutáveis – histórias das sexualidades dissidentes escritas por caminhos sinuosos.

Todo esse aparato discursivo, fez surgir o que Michel Foucault chamou de dispositivo de sexualidade, um dispositivo histórico de controle de corpos e comportamentos, elaborado em consequência de estratégias ostensivas de saber-poder (Matos, 2021, p. 48).

Em consideração à realidade brasileira, o início dos estudos dos grupos LGBTQI+ por parte das ciências humanas sofre a interrupção do regime militar de 1964, que assentava suas bases ideológicas numa cultura anticomunista e moralismo retrógado, buscando atingir também os(as) desviantes da cisheteronormatividade (Coman, 2016; Quinalha, 2017). De qualquer modo, somente no final da década de 1970 que reapareceram as pesquisas preocupadas com essa temática, acompanhando a criação do conhecido movimento LGBT (Movimento Homossexual Brasileiro naquele período), o qual apareceu junto a outros movimentos sociais envolto da redemocratização política.

Nesse contexto, a incipiente imprensa homossexual foi um importante instrumento político e intelectual. Conforme Schmidt (2021, p. 22), o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), considerado o primeiro veículo de comunicação de massa voltado a esse respectivo público, apresentou uma pequena nota que evidencia a sua preocupação em conservar o que chamava de “mensagem guei”:

De alguns anos para cá, a imprensa brasileira tem dado um certo destaque à Questão Homossexual. Ensaaios, entrevistas, matérias, reportagens e contos têm sido publicados frequentemente em jornais e revistas de norte a sul do país. Para que todo esse material não se perca no tempo e no espaço, o Jornal Lampião resolveu organizar uma Memória de tudo que tinha sido publicado sobre homossexualismo e as ditas minorias. Para isto, pedimos a colaboração dos leitores, que nos enviem recortes (original ou xerox) desse material com a indicação da fonte e data de publicação (*Lampião da Esquina*, n. 24, mai. 1980, p.11).

Desde então, tornou-se constante na imprensa LGBTQIA+ ser possível encontrar propostas de construção da história dessa categoria. Contudo, o tom apologético dos seus personagens LGBTQIA+ do passado, tiveram importante função política, pois “auxiliaram a transformar a imagem pública do homossexual de um ser biologicamente patológico ou de uma anomalia psicológica em um ser ‘social’ reconhecido” (Weeks, 2016, p. 39). Sob esse aspecto, indivíduos homossexuais não seriam moralmente condenáveis, tampouco considerados criminosos, mas “doentes” a serem diagnosticados e tratados de alguma maneira, para adequarem-se à normalidade da vida social.

Contudo, a década de 1980 foi importante para a consolidação do movimento, com o aparecimento de vários grupos e a realização de diversos encontros nacionais – e com o início

de uma atuação mais institucional. Mas essa época foi também marcada pelo surgimento da AIDS, que afetou muito a população de homens gays e travestis.

Em meados de 1990, há um reflorescimento do movimento, com novas características. Parcerias com os governos federal e estaduais são feitas para fortalecer as organizações não governamentais; o movimento passa a ser majoritariamente institucionalizado; uma rede nacional também é criada em 1995: a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, considerada a maior da América Latina e principal interlocutora nacional do movimento LGBTQIA+ do Brasil. Ao mesmo tempo, abordagens positivas sobre o tema passaram a predominar na grande mídia, através da teledramaturgia, ajudando na desconstrução de estereótipos.

Porém, é importante frisar que o movimento LGBT, bem como os agentes que ele representa, apresentam-se em contínuo processo de mudança. No início da década de 1990 no Brasil, a sigla mais usada era GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes. Acontece, porém que ao longo dos últimos anos desse período, novas demandas por reconhecimento e de sujeitos que se sentem não representados e/ou excluídos contribuiu para que a sigla fosse modificada.

Dessa forma, as letras passam a sofrer alterações de acordo com o momento político de reivindicação e as respostas que respectivos movimentos sociais oferecem para as demandas e questões que surgem nos diferentes contextos históricos.

Assim, na virada do século os movimentos oriundos dos grupos sexualmente vulneráveis, bem como, os indivíduos que eles representam, estão em processo contínuo de mudanças, provocando novas demandas por reconhecimento e especificidades, ou seja, sujeitos que se sentiam invisíveis e excluídos, aparecem com novas pautas reivindicatória, fazendo a sigla ser modificada a cada ano, portanto, segundo Lopes e Marcos Silva (2023, p. 251) os movimentos e as movimentações lidam agora com as demandas por um tipo de política e mesmo de sociabilidade em que tais divisões identitárias não impliquem novas exclusões.

Sendo assim, atualmente, boa parte dos movimentos sociais e do poder público assume a sigla LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer* e Intersexuais), para nominar pessoas do passado com identidade de gênero e orientações sexuais dissidentes da cisheteronormatividade, pois trata-se de uma expressão que apareceu nas últimas décadas, motivo pelo qual, manteremos nessa pesquisa.

Portanto, essas mudanças englobam novas transformações sociais e políticas que alterem a formação das siglas ou o rumo das demandas deste grupo. Por esse motivo, é pertinente lembrar que, embora exista as respectivas categorias e classificações, a mesma pode mudar ao

longo do tempo, prevalecendo dúvidas, mas o que deve prevalecer é a voz dos sujeitos que reivindicam reconhecimento.

Dessa forma, dentre os brasileiros, cabe destacar que a partir de 1996, surgem as Paradas do Orgulho LGBT; rapidamente, a realizada em São Paulo alcançou visibilidade nacional e internacional, e tornou-se a maior do mundo e o Brasil passando a ocupar lugar de destaque com o maior número de paradas.

Porém, a grande preocupação do movimento era com a visibilidade, com o conceito de orgulho de ser, com a liberdade de expressão e manifestação e, consequentemente, com a luta por direitos civis. Segundo Bobbio (1992, p. 32)

[...] Os direitos do homem são direitos históricos, que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem, através de processos longos sem perspectivas de pronto e acabado definitivamente.

Portanto, importante marco nessa luta, foi o enfrentamento a época da Deputada Marta Suplicy, quando da apresentação do Projeto de Lei 1151/95, que instituía a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Muita coisa poderia ter sido dita ou exposta de forma mais elaborada, mas nos pequenos gestos é que se encontram grandes ações. Foi um debate importante, por levar a luz do conhecimento e chamar atenção para necropolíticas que atingem silenciosamente milhares de pessoas LGBTQIA+, todos os dias, e por impulsionar o processo de reconhecimento dos direitos LGBT. Também, nomear as decisões judiciais favoráveis ao reconhecimento de direitos, que começava a alvorecer em primeira instância anteriores ao ano de 2000, chagaram aos Tribunais de segunda instância e consequentemente aos Tribunais Superiores, acalorando ainda mais a discussão.

Em 2004, o Governo Federal lança o Programa Brasil Sem Homofobia, propondo a articulação de política de promoção da cidadania LGBT nas áreas de segurança, cultura, saúde, educação, direitos humanos etc. Na sequência em junho de 2008, foi convocada a I Conferência Nacional LGBT. Reconhecidamente, foi um marco histórico por tratar-se da abertura do Estado Brasileiro para a agenda da cidadania LGBT. Em 2009 e 2010 foi lançado o I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT, criada a Coordenação de Promoção dos Direitos LGBT e também o Conselho Nacional LGBT. Em 2011, aconteceu a II Conferência LGBT, portanto esses eventos sempre ocupando espaços e alcançando repercussão.

Conforme, Maior e Quinalha em seu livro *Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil*, na última década, alcançamos conquistas importantes no processo de cidadanização de pessoas LGBTI+. Dentre os inúmeros avanços, talvez os mais notáveis tenham sido os direitos reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal, tais como

[...] O reconhecimento das uniões homoafetivas em 2011, o direito à adoção por casais de pessoas do mesmo sexo em 2015, o direito à identidade de gênero em 2018, a criminalização da homofobia e da transfobia em 2019 e o fim da proibição de doação de sangue por “homens que fazem sexo com outros homens” (HSH) em 2020 (2023, p. 18).

Ainda, através do portal do Supremo Tribunal Federal, observamos que o respectivo colegiado declarou a inconstitucionalidade de leis que proibam a abordagem sobre questões de gênero em escolas através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

Também, decidiram sobre as condutas homofóbicas e transfóbicas enquadrando-as na tipificação da Lei ao racismo nº 7.716/1989, através do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO 26, em 2019.

Reconheceram ainda por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.275, aos transgêneros o direito à substituição de prenome e sexo no registro civil, independentemente da cirurgia de transgenitalização ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes.

Outrossim, ainda se encontra em pauta nesse mesmo colegiado para análise, uma ação Recurso Extraordinário (RE) nº 1211446, que busca julgar a constitucionalidade da concessão de licença – maternidade para mães não gestantes que estejam em união estável homoafetiva.

Por outro lado, à nível de retrocesso, podemos tratar sobre o projeto do deputado Pastor Eurico (PL-PE), que rejeita todo o projeto de lei nº 580/2007, de autoria do deputado Clodovil Hernandez, que alterava a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil e adotou outro projeto de lei nº 5.167/2009, de autoria dos ex-deputados Paes de Lira (SP) e Capitão Assunção (ES). Pela atual versão, nos termos constitucionais, nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar.

Portanto, a aprovação da respectiva proposta contraria a atual jurisprudência brasileira, pois desde 2011 que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a união entre casais do mesmo sexo como entidade familiar.

Assim, percebemos que apesar dos significativos avanços, o Brasil continua com índice elevadíssimo de práticas homofóbicas e assassinatos de pessoas trans, ou seja, no papel parece-nos haver mudanças, mas a realidade é perversa e cruel.

Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), em seu *site oficial*, a média de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ duplicou na última década, subindo de 143 mortes por ano entre 2000 e 2009 para uma média de 303 mortes por ano entre 2010 e 2019. Esses dados, levantados por monitoramento dos meios de comunicação e, portanto, subnotificados, revelam a falta de uma resposta efetiva do poder público para a segurança da comunidade LGBTQIA+. Assim, não podemos negar que existe um certo olhar diferenciado e/ou preconceituoso de segurança para com essa população, em estado de vulnerabilidade.

Contudo, não nos cabe aqui fazer julgamento ou análise dos caminhos escolhidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) quando da sua chegada ao planalto através do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), mas é impossível entrar na discussão sobre políticas públicas, principalmente no que diz respeito às políticas voltadas às questões LGBT, sem fazer tal paralelo (Sanchez, 2017, p. 165), por que pela primeira vez na história do Brasil foi criado no âmbito do executivo nacional, políticas públicas e sociais voltadas para os grupos vulneráveis (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), as quais demonstram a constituição de uma pujante política de direitos no país voltadas para esses grupos.

Pelo exposto, fica evidente que o movimento LGBT participou ativamente da influência política e das mobilizações para conquista de direitos, tanto no âmbito legislativo, como no âmbito da mídia, do Judiciário e do Executivo, denunciando cotidianamente as mortes, as discriminações, as perseguições, rompendo o silêncio.

Por isso, podemos afirmar que o uso da simbologia LGBT (bandeiras, livros, memória de lutadores(as), poesias e músicas) tornou-se mais frequente nestes movimentos, portanto, alcançando visibilidade e ocupando espaços. Sendo assim, a construção da visibilidade da pauta LGBT, a partir dessas organizações, ajudam na ampliação do estudo e na formação política para compreensão da diversidade sexual.

Para tanto, é importante assegurar a laicidade do Estado. Ela é necessária não apenas para garantir os direitos humanos dessa população, mas para assegurar a neutralidade de todas as políticas públicas, a diversidade religiosa, os direitos sexuais reprodutivos, entre outras questões importantes, pois o princípio da laicidade do Estado é um princípio básico da democracia, herdado das revoluções do século XVIII.

No Brasil, formalmente, desde a Proclamação da República, a Constituição garante a laicidade do Estado. Por sinal, sendo contundente ao estabelecer o poder público, os governantes, os representantes do povo, eleitos democraticamente, não devem estabelecer alianças com representantes de igrejas e com eles manter “relações de dependência”, pois o Estado brasileiro não possui religião oficial.

Conforme o inciso I, no artigo 19 de nossa Carta Magna (1988):

Art. 19- É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
I – Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter, com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. (Bruno Neto, 2003, p. 65).

Sendo assim, assegurar a laicidade do Estado na prática, significa um desafio que está colocado hoje no Brasil, frente ao crescimento do conservadorismo e do fundamentalismo, que trabalha para impedir avanços no campo dos direitos, principalmente, da população LGBTQIA+ vergonhosamente discriminada e aviltada em seus direitos.

Nesse contexto, houve avanços a considerar, a homossexualidade não é mais considerada doença, perversão, desvio, é uma condição sexual e a heterossexualidade orientação. Embora ainda considerada pecado, em variadas regiões do país de características laico, seria importante que as doutrinas religiosas não sobrepujassem necessidades sociais e políticas, pois essa união não tem dado certo, pois em alguns momentos tem atrapalhado o processo emancipatório dos grupos pertencentes as sexualidades dissidentes.

Tentando compreender melhor essa situação, é preciso entender que, as questões culturais relacionadas ao tema mostram o quanto a sociedade e a cultura exercem influências no comportamento do indivíduo, independentemente de suas convicções individuais, tendo relação com a integração do indivíduo com o meio.

Assim, a depreciação oriunda da ofensiva conservadora em curso no Brasil e no mundo, tem atuado diuturnamente contra os grupos sexualmente vulneráveis. Este fato é inequívoco e são diversas as iniciativas levadas pela extrema-direita e pelo fundamentalismo religioso a executar na disputa ideológica dos últimos anos, a exemplo da *fake News* e outras campanhas propagadoras de ódio contra a população LGBTQIA+.

Na contramão desse irracionalismo, é urgente que as lutas sociais e a produção do conhecimento estejam sintonizadas com o objetivo de construir ações e ideias que reflitam na alteração de correlação de forças sociais em favor dos grupos subalternos.

Mais do que nunca, é necessário que os sujeito LGBTQIA+ conscientizem-se e organizem-se para reconstruir sua própria existência, que foi duramente vilipendiada durante o obscuro governo que acabou de sair.

3 A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Não será verdade que o propósito de toda a educação é a domesticação do corpo? Não será verdade que este é um programa de natureza política, e que, como tal, descansa sobre uma ideologia?

(Alves, 1984, p. 36).

A sociedade contemporânea é caracterizada pela diversidade cultural e por diferentes modos de viver. Assim, alguns temas tiveram destaque perante novas categorias sociais: “O novo pluralismo aspira a uma comunidade democrática que reconheça todo o tipo de diferença, de gênero, cultura, sexualidade, que incentive e celebre essas diferenças, mas sem permitir que elas se tornem relações de dominação e de opressão” (Wood, 2003, p. 221), por esse motivo, a democracia, passou a dar ênfase aos assuntos oriundos do contexto plural, existindo consequentemente a necessidade de reconhecer não apenas as diferenças entre classes sociais, mas de identidades diversas.

Nessa esteira, a sociedade preocupada em provocar a reflexão por novas demandas sociais, encontrou nos Movimentos Sociais um jeito de comunicar-se e de reivindicar transformações para atender suas necessidades, as de diferente natureza.

Nesse ínterim, a temática da diversidade e suas múltiplas possibilidades, continuou sendo encarada com resistências e igual epifenômeno do processo comparadas com as questões das desigualdades. Isso mostra quanto os temas relativos à diversidade, bem como sua abordagem em ambientes educativos, incomodam os setores mais conservadores da sociedade.

Porém, o desafio está não somente na abertura de um olhar que enxergue a realidade social a fim de compreender o peso da cultura, das dimensões simbólicas, da discriminação, do preconceito, das desigualdades racial, de gênero e de orientação sexual na vida das pessoas.

Tal desafio está, também, em trabalhar através da escola, métodos que não possibilite hierarquização de desigualdades. Desigualdades que extrapolam as fronteiras e que possuem formas específicas, nelas elencadas questões étnico-raciais, gênero, orientação e diversidade sexual.

Contudo, precisamos que a democracia não se perca na construção de uma cidadania abstrata, mas seja efetiva na construção da igualdade de direitos e, entre esses, o direito à diferença. Portanto, a educação e a escola têm papel imprescindível nessa complicada engrenagem.

Outra preocupação estabelece-se em prol do cidadão quando aviltado perante um direito constitucionalmente reconhecido, sente-se impossibilitado e privado de exercê-lo, em virtude

do descumprimento pelos próprios órgãos do poder público, a quem compete adotar medidas à sua efetivação. Respectiva situação lhes instiga um sentimento de abandono e descaso, que esgota o pouco de esperança, confiança e paciência que ainda trazia e colocara numa Constituição democrática denominada cidadã, oferecedora de processos emancipatórios. Essa situação deve permanecer?

Sendo a Constituição, lei fundamental de um país devidamente democrático, cumpre-se, portanto, ser respeitada em toda sua dimensão, em virtude de tratar-se de norma jurídica maior a ela, subordinado todos os demais dispositivos jurídicos sob pena de descumprimento tornar-se inconstitucional, quando, então o Supremo Tribunal Federal – STF, será chamado ao feito para pronunciar-se, pois só ele tem competência para tanto.

Por isso entendemos que, fazer pesquisa com fulcro ao combate contra o preconceito sexual e de gênero, em desfavor da população LGBTQIA+ no ambiente escolar, requer antes de tudo a inserção do pesquisador naquele ambiente de conflitos e contradições, para que haja interação entre este, o local e quem lá circunda.

Acontece, porém, ser normal o pesquisador escrever sempre de cima, quase não se coloca participante da cena escrita, e o olhar de cima nem sempre revela oportunizar imagem que venha e refletir a realidade.

Sendo assim, ao pesquisador não é aconselhável olhar para escola através do olhar único, pois a visibilidade, como dizia Foucault (2015) está na estética, quando a gente olha a partir de um ponto fixo, perdemos a possibilidade de nos posicionar criticamente melhor, principalmente numa sociedade competitiva e capitalista, em que o liberalismo parte desse princípio de igualdade perante a lei na lógica liberal, descaracterizando uma realidade diferenciada, inoperante conforme a dinâmica social-popular, e embora a lei diga que todos são iguais, a realidade não reflete esse enunciado, tampouco não é o que assistimos.

Então, nessa seara, a Constituição de 1988 ofereceu caminhos muitas vezes não percorridos pela educação brasileira e dar partida pelo caminho da busca da realidade do texto constitucional é primordial para o exercício da sua efetivação e eficácia jurídica no campo da educação.

Sem nenhum exagero, nosso respeitável e competente aparato jurídico respalda a educação brasileira quanto aos princípios organizacionais, sendo a escola pública peça fundamental nesse desenrolar sobre sexualidade e gênero a partir dos princípios democráticos, também através da diversidade cultural compreendida como componente da sociedade brasileira.

A partir dessas constatações, verificamos que a BNCC como documento oficial, apresenta menos especificidade quanto as temáticas de gênero e diversidade. Embora a explicação consista na possibilidade da mesma, ou seja, BNCC apresentar um *conteúdo mínimo* a ser trabalhado, oportunizando as redes de ensino a possibilidade de realizar os desdobramentos conforme as suas realidades.

A rigor na Seção 4.4 da BNCC, denominada *A área de Ciências Humanas*, é apresentada contribuições para o desenvolvimento dos educandos, com ressalvas para os principais grupos da disciplina de História voltados para o tempo, espaço e movimento. Ainda prescreve o documento que

[...] não se pode deixar de valorizar também a crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder e, especialmente, à produção de conhecimento e saberes, frutos de diferentes circunstâncias históricas e espaços geográficos. O ensino de Geografia e História, ao estimular os alunos a desenvolver uma melhor compreensão do mundo, não só favorece o desenvolvimento autônomo de cada indivíduo, como também os torna aptos a uma intervenção mais responsável no mundo em que vivem. (Brasil, 2018b, pp. 353-354).

No espaço destinado à disciplina de História, o texto especifica o que é a ciência História, qual o papel do historiador, quem são os sujeitos históricos e as fontes históricas:

A história não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, consequentemente, suscita outras questões e discussões. (Brasil, 2017a, p. 397).

Assim, ao tratar do “fazer história”, a BNCC reconhece, portanto, a constituição do sujeito e o reconhecimento do “Outro”, constituído nas diferenças ou semelhanças (Brasil, 2017a). Nessa perspectiva observamos que já se encontram fundamentadas as diferenças entre os indivíduos históricos, já situados num determinado tempo e espaço, já formados de saberes, culturas, poderes etc.

Nas páginas vindouras, o documento apresenta as competências, sob a perspectiva da disciplina de História, que devem ser atingidas pelos educandos ao final dos anos finais do Ensino Fundamental. Destacamos para efeito de observação as seguintes competências:

4- Identificar interpretações que expressam visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se

criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solitários.

5-Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações. (Brasil, 2017a, p. 402).

A escrita sobre as competências trata sobre princípios democráticos, diferentes populações, diferentes sujeitos, porém sem especificar esses sujeitos e por quais identidades são formados.

Continuando a análise, não bastasse o silenciamento e o esvaziamento da discussão sobre gênero no Plano Nacional de Educação - PNE, Plano Estadual de Educação - PEE e no Plano Municipal de Educação - PME, a aprovação da BNCC em dezembro de 2017 (Brasil, 2017b) ocorreu nos mesmos moldes. É bom frisar que o documento do governo federal foi construído a partir de várias versões, através de conversações com docentes, especialistas, instituições, organizações não governamentais e a sociedade em geral; porém quanto sua redação final foi negligente com a temática gênero, diversidade e sexualidade.

A partir dessas constatações, cabe frisar que antes da BNCC, nosso documento nacional de referência eram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados na década de 1990, trazendo como referência as modalidades de ensino e as diferentes disciplinas. Tratava com publicações sobre *Temas Transversais*, sendo um deles o PCN sobre Orientação Sexual. Tratavam também de preocupações contemporâneas, como a igualdade de direitos, a dignidade do ser humano e a solidariedade, cujo objetivo é ajudar o educando a enfrentar o mundo atual com mais respeito e sem discriminar quem quer que seja (Brasil, 1997).

Dessa forma, entendemos ser a BNCC um retrocesso, pois além de não contemplar esse debate, o governo federal abafou a discussão com campanhas incentivadoras sobre “abstinência sexual” das jovens. Campanha lançada em 03 de fevereiro de 2020 que buscou diminuir o número de meninas e adolescentes grávidas com o slogan: *Tudo tem seu tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois*.

Percebemos, portanto, tratar-se de uma campanha sexista, tendo como foco principal as jovens e meninas, deslocando do olhar o papel dos meninos e jovens dessa problemática. Assim, discutir sexualidade na escola ou a criação de políticas públicas eficientes, com base na ciência e não em crenças e valores morais e religiosos, não estão em pauta.

3.1- “Ideologia de gênero”: o que é isso?

Ideologia, em sentido amplo, significa aquilo que seria ou é ideal, porém possui diferentes significados a partir de diferenciados contextos. Exemplo: quando participamos de movimentos político partidários, grupos religiosos, associações jurídicas, escola, sindicatos, movimento dos Sem Terra etc., passível de várias interpretações e diferentes significados. Pelo senso comum, conforme Bobbio (1999), geralmente é tido como algo ideal, que contém um conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas ou visões de mundo de um indivíduo ou de determinado grupo ou instituição, orientado para suas ações sociais e políticas.

Em virtude disso, diversos autores, como Bobbio, Foucault, Marx, Hegel, Marilena Chauí, Luís Althusser, usam o termo sob o viés da concepção crítica. Consideram que a ideologia pode ser uma ferramenta de dominação, que age por meio eficaz de convencimento muito bem planejado e trabalhado.

Nessa linha de raciocínio, no século XX, várias ideologias se destacaram: fascista, comunista, socialista, democrática. Por oferecer-se diferentemente das demais, a possibilidade de discussão, diálogo pacífico e/ou tenso no processo de construção da boa convivência e respeito no campo das ideias plurais, com destaque para a democracia, pois embora não seja perfeita, é aquela mais próxima e preocupada em atender os anseios da sociedade politicamente organizada em quase sua totalidade.

A partir dessas preleções, “ideologia de gênero” é um conceito que ficou popularmente conhecido, mas é preciso tomar cuidado ao usar esta expressão quando se fala sobre questões de gênero, pois é importante saber que, nesse caso, a expressão não é a mais adequada.

Do que se pode depreender, não existe talvez nenhuma outra palavra que possa ser comparada à ideologia pela forma repetitiva com a qual é utilizada e, sobretudo, pela quantidade de significados diferentes que lhes são atribuídas em virtude da variedade dos espaços que se apresenta cravada sobre pilares inquestionáveis e absolutos da verdade para uns, e para outros não.

Nessa perspectiva, Bobbio (1999, p. 40) em seu livro *As ideologias e o poder em crise*, assim justifica que num determinado contexto histórico, porém onde existam dominadores e dominados, opressores e oprimidos, exploradores e explorados, os dois sistemas de ideias não são mais indiferentes e equivalentes. A ideologia daqueles que estão no poder é geralmente não-igualitária, enquanto a dos que servem geralmente é igualitária. É o poder ideologicamente constituído que será movido pelo processo de participação mundana, conquanto indivíduos envolvidos de uma forma ou de outra em organizações políticas diversas: sindicatos dos

trabalhadores rurais, associações de catadores de lixo, associação de alcóolicos anônimos, etc., alcançam visibilidade através de forma organizada de fazer política e reivindicar direitos.

Sem fugir da discussão, antes de tudo uma constatação de fato: nossas sociedades são bastantes complexas. Em função de tais considerações e frente a essas possibilidades de ideologias, a pergunta inicial, conforme Bobbio (1999, pp. 16-19), “Estamos certos de saber o que se entende por ideologia?”, pode ser reformulada deste modo: Estamos certos de que, falando de ideologia, somos passíveis do mesmo entendimento?

Em continuidade a seu pensamento, a história independentemente do que pensa seus atores, expectadores avança, porém, é preciso em certos trechos, caminhar em sentido oposto (Bobbio, 1999, p. 20). Daí descobrimos diversas formas de sexualidade possíveis, mas na verdade, queremos provocar os opositores. A questão é que queremos combater o preconceito sexual e de gênero, mas descobrimos a falta de conhecimento específico alimentando a ignorância. Queremos romper a intolerância, mas caímos envolto no discurso de ódio e da violência contra aqueles grupos portadores de identidades sexuais diferentes, propagados pela considerada sexualidade padronizada.

Perante tal problemática, para irmos longe agora, é necessário adentrarmos aos estudos sobre Ideologia de gênero, em parte porque a grande narrativa continua a ser aquela constituída por uma história de homens, feita por eles e para sua própria glória e empoderamento. Nesse construto, para Beauvoir a superioridade masculina é esmagadora: Perseu, Hércules, Davi, Aquiles, Lançarote, Duguesclin, Bayard, Napoleão, quantos homens perante uma Joana d’Arc; e por trás desta perfila-se a grande figura masculina de São Miguel Arcanjo! (Beauvoir, 1967, p. 30).

Nessa seara, precisamos reequilibrar a maneira de contar essa história. Trata-se de superar o silêncio com o qual, uma história exclusivamente masculina, quer tornar invisível as importantes contribuições trazidas ao campo das ideias e discussões as diferentes formas de sexualidades, pois só elas são capazes de explicar melhor suas angústias e marcas sofridas por anos de violência, discriminação, perseguição e silenciamentos.

O conjunto dessas questões pesa sobre todos nós, ainda que não tenhamos consciência disso. Consubstancialmente, assumir a pauta da diversidade sexual e de gênero nesse contexto trata-se de posicionamento político e de entendimento sobre sexualidade e do gênero sob categorias históricas.

Dessa forma, o passo seguinte a descortinar-se, consiste através de breves explicações evidenciar sobre “ideologia de gênero” surgido a partir da gestação no âmbito da Igreja Católica durante a década de 1990 nos pontificados de Karol Wojtyla, o papa João Paulo II e Joseph

Ratzinger, papa Bento XVI (Junqueira, 2019, p. 136), em reação ao propagado conceito de gênero ocorrido em conferência internacional de mulheres. Embora essa temática tenha chegado aqui no Brasil em 2015, quando respirávamos ares das revoltas contestatórias oriundas das jornadas de junho de 2013, que vieram desaguar no impeachment da presidenta.

Desde então, o tratado “ideologia de gênero” passou a pertencer ao nosso contexto político em variados momentos, sendo bastante usada em períodos eleitorais de maiores ebulição, sob a perspectiva do discurso em defender crianças, jovens e adolescentes da suposta temática, dessa forma, causando discriminação e constrangimento contra homossexuais, lésbicas, etc., práticas perversas oriundas de pessoas despreparadas e desprovidas de senso crítico, portanto, políticos mal intencionados, propagadores de ódio e preconceito, que adotam o discurso da moral e bom costume nesses conturbados períodos, restringindo o trabalho amplo referente a sexo e gênero a uma perspectiva normativa.

Assim, essa expressão vaga “ideologia de gênero” funciona como dispositivo para a mobilização reacionária e conservadora da sociedade contra a população LGBTQIA+, constituída de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Busca, também reforçar estreitas convenções sociais e culturais relacionadas a esses indivíduos, colocando-os em um campo de disputa via linguagem, particularmente diante do recrudescimento do conservadorismo que nos últimos anos o Brasil tem vivenciado (Matos, 2021, p. 24). Portanto, colocando-se como norma única o relacionamento afetivo e sexual com pessoas do sexo oposto.

Convém ressaltar que os significados de masculino e feminino e as convenções sobre sexualidade são resultados de complexos processos históricos, sociais e culturais, portanto, a história moderna ocidental faz falar o corpo que se cala. Supõe uma saída entre a opacidade silenciosa da realidade que ela pretende dizer e o lugar onde produz seu discurso (Certeau, 1982, p. 13). A partir de então, respectivos processos são fruto de articulações constantes de normas, convenções e regulações, que variam segundo as sociedades. O mesmo acontecendo em relação às sexualidades que por ser múltiplas e diversas, nem todos são passíveis dessa compreensão.

Apesar de tudo, os estudos têm registrados na área da educação diferentes expressões relacionadas a gênero e a sexualidade no ambiente escolar e à possibilidade de que essas expressões sejam vividas sem violência, de forma a não atentar contra os limites éticos e legais possibilitadores da convivência harmoniosa e pacífica entre os desiguais. Essa postura ajuda educadores a trabalhar e compreender a importância da diversidade no espaço escolar, muitas vezes negados fora dele, principalmente, em ambientes públicos em que predomina a circulação de pessoas.

Dessa forma, os estudos sobre gênero têm atuado em horizontes amplos, sempre valorizando a defesa da pluralidade, dos direitos fundamentais, em especial a dignidade da pessoa humana, a cidadania da igualdade, o princípio da boa convivência, independentemente da condição sexual de cada indivíduo.

Em decorrência, a liberdade de pensamento, ensino e pesquisa nessa trama torne-se fundamental para o desenvolvimento do país, pois através de pesquisas sérias podemos evitar a proliferação de pontos de vistas restritos, sem nexos, querendo implantar verdades absolutas e indiscutíveis, sem discussão teórica pertinente não merecedora de valor científico, atenção e credibilidade, igual o movimento “escola sem partido” que surgiu em 2004, a partir de um grupo de pessoas lideradas pelo procurador de justiça do estado de São Paulo, Miguel Nagib.

O movimento almeja o controle, a vigilância sobre escolas e educadores, bem como sobre currículo escolar. O grupo tem inspiração em movimentos norte-americanos que combatem posições ideológicas e temas do multiculturalismo, principalmente os estudos de gênero, e procura negar o necessário debate sobre sexualidade nas escolas sob a alegação de doutrinação dos alunos.

Pelo exposto, diante do cenário político atual do nosso país, marcado por pautas conservadoras que criminalizam a palavra gênero e promovem a ideia de que esse tema – ou “Ideologia de gênero”, seria o causador da destruição da família tradicional brasileira. Esse temor social foi denominado como “pânico moral”, que pode ser entendido, conforme Cohen, como

[...] uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passar a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por eleitores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradoras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende (Cohen, 1972, p. 9).

Assim, o pânico moral é visto e caracterizado pelo medo, pela insegurança, pela instabilidade decorrida das mudanças ou contestações das normas sociais vigentes, nesse tempo líquido em que quase nada sustenta-se no ar, por isso causam tanto murmúrio, receio,

inquietação. Através desse medo que flutua sobre a sociedade, esses movimentos políticos procuram o controle social, a manutenção da norma cis-heteronormativa, estando na contramão do debate, do livre pensamento e da multiplicidade de ideias, procurando tornar eterna as desigualdades, as injustiças, os preconceitos e as opressões.

Esse discurso oficial institucionalizado, refletiu nas escolas do país, gerando incômodos, medos, inseguranças, porém não coibiu por completo a discussão sobre o tema. Prova disso é o desenvolvimento deste trabalho, iniciado nesse período de obscurantismo (2022) quando tínhamos no comando da nação um governo extremista, altamente conservador. A partir dessas constatações, os pesquisadores não se intimidaram e não recuaram, assim essa pesquisa se soma a tantas outras em andamento em várias universidades Brasil afora.

3.2 Combate ao preconceito sexual e de gênero segundo os documentos oficiais

Mais do que nunca, é preciso diferenciar as concepções de violência da escola, violência na escola e violência à escola, quando agravantes episódios de violência ocorridos nos espaços escolares do País, bem como com o crescente número de ameaças que se multiplicam nas redes sociais. O que se tem chamado de “violência nas escolas” é, na verdade, violência contra as escolas, espaço múltiplo de convivência, privilegiado para a construção do saber e de formação dos seres humanos. Os fatos de violência ocorridos nesses ambientes educacionais parecem-nos tratar-se de um projeto político bem planejado e em tramitação que se aprofundou ao longo da década de 2010, desde a tomada pela extrema-direita, dos movimentos populares que tomaram as ruas a partir da jornada de junho de 2013.

Através dessas premissas, é possível afirmar que vários foram os meios utilizados pelos grupos conservadores recém-chegado ao poder. Assim, repentinamente, nos períodos correspondentes à 2016/2018, os mesmos trabalharam no sentido de restringir a escola como espaço/símbolo de emancipação.

A primeira foi com programa Escola Sem Partido (ESP), pois afirmavam que respectiva instituição tinha se tornado no Brasil espaço de doutrinação, ou seja, local em que nossos jovens eram influenciados pelas ideologias de esquerda, dessa maneira tornavam-se comunistas.

Proposta derrotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), que segue incutindo perseguição, censura, constrangimento, intimidação e criminalização de professores comprometidos com causas emancipatórias que resistiam bravamente, por isso, considerados doutrinadores comunistas.

A segunda foi através do projeto de escolas cívico-militares implantado durante o período 2019/2022, com militares de reserva atuando caracteristicamente sob a condição de monitores para “disciplinar” o comportamento dos estudantes, ou seja, a preocupação era transformar as escolas em espaço múltiplo de aprendizagem em ambientes autoritários e antidemocráticos que, por consequência, formam indivíduos autoritários não simpatizantes do regime democrático, de forma completamente contrária à concepção de uma educação de qualidade, democrática, cidadã e voltada para o respeito aos direitos humanos.

A terceira tentativa de restringir e invalidar o espaço escolar foi o *homeschooling*. O projeto de implementação da educação domiciliar no Brasil, proposta que não avançou, mas a discussão voltou à baila neste momento de proliferação do pânico entre as famílias que têm crianças e adolescentes em idade escolar, e que não estão imunes à indústria de *fake News* proliferadora de discursos de ódio, que se desenvolveu como política de governo de 2018 até o final de 2022, e mesmo tendo sido derrotado, segue operante e ativo, recrutando-os para a violência.

Não bastasse, foram combatidas severamente temáticas referentes a sexualidade, em especial a diversidade sexual e de gênero, que para os extremistas e defensores da moral e bons costumes, a escola não é o ambiente adequado para o referido debate. Entretanto, enfrentar esta onda de atentados e ameaças às escolas é complicado e exige a construção de ações amplas e conjuntas, igual as apresentadas Políticas Integradas de Proteção do Ambiente Escolar, anunciadas pelo atual presidente em 2023 Luiz Inácio Lula da Silva (PT), governo comprometido com pautas emancipatórias e transformadora de aviltantes realidades sociais.

Portanto, é preciso considerar: a prevenção passa pela segurança pública, é claro, mas não pode ser garantida apenas por ela, por mais importante que esse instrumento seja. Não negligenciar a infraestrutura, a valorização de professores, e demais componentes constituintes da administração escolar, a defesa e a construção de uma educação política e cidadã que não esqueça os mais pobres, pelo contrário, oportunize-os em igualdade de participação é essencial.

Também está atento quanto a importância da participação da família e das instituições políticas nessa empreitada que é de todos, pois o processo de construção e fortalecimento da nossa democracia precisa ser trabalhado diariamente, uma vez sendo a mesma atacada constantemente pela ação da extrema direita, que através de práticas mirabolantes e constantes, continua proliferando ódio e variadas formas de violência através das redes sociais e demais meios de comunicação.

Nessa arguta observação, segundo Cerri (2011), o professor de história é, sim, um intelectual capaz de identificar os quadros de consciência histórica subjacentes aos sujeitos do

processo educativo, inclusive o seu próprio, e de assessorar a comunidade na compreensão crítica do tempo, da identidade e da ação na história (Cerri, 2011, p.18), pois a disciplina história bem trabalhada pode abrir passagem para leituras críticas da realidade vivida pelos agentes sociais. Assim sendo, para Miceli (2021, p. 39) ensinar História significa comprometer-se com uma estética de mundo, onde guerras, massacres e outras formas de violência precisam ser tratados de modo crítico.

Assim, as escolas brasileiras não podem redimir-se de suas práticas progressistas sob a alegação de desamparo de leis, pois existe um aparato de instrumentos como a Constituição Federal de 1988, LDB (1996), ECA (1990), PCN (1997), BNCC (2018), etc., assegurador de práticas educativas que condiz a nossa realidade, claro, não é perfeito, precisa aperfeiçoá-lo, negá-lo por inteiro seria exagero da nossa parte, compete, portanto, aos educadores reintegrar-se dessa realidade.

Diante disso, torna-se essencial porque são instrumentos norteadores de estudos que tratam dessa temática objetivando exaltar o princípio isonômico de que “todos são iguais perante a lei”, inclusive as crianças que são também sujeitos de direitos. Portanto, esse diálogo entre o citado conjunto de leis torna legal o predito debate para um grupo que especificamente compõem essa faixa etária que está no ambiente escolar compartilhando sentimentos e dialogando entre si.

Inserem-se nesse contexto, as/os professoras/es de História, pois os documentos oficiais citados anteriormente é prova disso, existe avanços significativos, contraditórios também, porém a escola não está tão descoberta quanto se imagina, portanto, essas leis precisam ser postas em prática pela escola e seus agentes que ainda não foram entendidos, sequer foram debatidos e questionados no âmbito da sua organização, ou seja, não podemos afirmar que os sujeitos da escola estejam participando dessas discussões; infelizmente, a relação do assunto com a prática é incipiente.

Logo, as mudanças que a sociedade exige da escola do novo tempo são necessárias e urgentes. Acontece, porém, que o despreparo por parte considerável dos profissionais que compõem essa instituição é grande, portanto, a partir dessas constatações, podemos concluir que a formação histórica dos alunos depende em parte da escola, bem como outros campos de construção do saber como a família, a Igreja, os sindicatos, clubes de esportes e lazer etc. precisam ser convocados a assumirem sua parte.

Acontece que a escola sempre foi sensível a mudanças, não está apta a aceitá-las, pelo contrário, trata-se de incômodo, em outras palavras, significa mexer na zona de conforto, e parte considerável dos professores não aceitam, preferem ignorar e continuar no obscurantismo

camuflando uma realidade dura e desencantadora. Tal postura não convêm ao ser professor, pois para Paulo Freire é função social do educador ser crítico, incomodar.

Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais (Freire, 1996, pp. 102-103).

Baseado nessa informação, refletir é uma construção intelectual, humana, formativa, transformativa etc. O mundo vai mudando para nós a partir da geração, ou seja, a cada idade nova, é percebido de formas diversas, sendo as imagens no mundo constituída pelo olhar a partir da educação escolar.

Embora não cheguemos à escola com nível de aprendizagem formal, trazemos conhecimentos muitos que circundam na família e nos demais espaços sociais, pelos quais participamos desde cedo, aí a escola interfere na organização desses saberes, pelo qual não pode deixar de ser considerados.

Envolta desse pensamento nos últimos anos, as políticas públicas e as regulamentações governamentais sugerem práticas pedagógicas inovadoras que atendam a urgência de discutir sexualidade e gênero na escola.

Nessa dimensão, os documentos oficiais, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Interno da Escola (RIE) da escola não estão imunes ao olhar crítico e emancipatório, tampouco acomodado. Assim buscaremos preservar o que neles estejam contidos, pois representa uma época, um povo, histórias diversas, sendo passível de mudanças no momento presente através de processos participativos de órgãos colegiados e/ou determinações judiciais para que surtam seus reais efeitos.

Ao trazer essas questões, o Plano Municipal de Educação (PME) em Jurupiranga foi instituído pela portaria nº 084/2014, de 7 de outubro de 2014, com vigência para os próximos dez anos. Resumidamente, os principais aspectos norteadores abordados são: elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e a permanência na educação pública; e a possível democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais (PME, 2014, p. 7).

Com referência ao Ensino Fundamental, o mesmo pontua que terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (PME, 2014, pp. 20-21).

Conforme o exposto acima, verificamos a ausência de trabalhos voltados para combater o preconceito referente aos estudos sobre diversidade, gênero e sexualidade, bem como a negligência dos documentos norteadores da educação brasileira (PNE-2014), PEE/PB (2015), PME/Juripiranga-PB (2015) e BNCC (2017) quanto ao debate dos temas gênero e sexualidade.

A princípio cabe considerar que, ao confrontar o PEE e o PME, verificamos haver em ambos os documentos e diferentes esferas de poder certa congruência, uma vez, existir a supressão da temática sobre gênero e sexualidade a partir da diversidade sexual e suas nuances, ou seja, a problemática não é tratada a nível de Ensino Fundamental com a devida vênua.

Dessa forma, fica evidente que o município optou em acompanhar a posição tomada pela esfera estadual quando não levou adiante respectiva discussão por entender tratar-se de problemática desmerecedora de atenção, com isso não apresentando a título municipal novidade discursiva com relação a população sexualmente dissidente.

Portanto, informar/formar os sujeitos que atuam nesse espaço é uma das formas que poderá ajudar a compreender esse processo, pelo qual a escola faz parte, uma vez que a omissão comprovada seja fruto do despreparo profissional para discussão da temática e devido a pressões oriundas de grupos conservadores, que tentam fazer valer sua agenda nas escolas através da “força social”.

Dessa forma, as(os) docentes ficam preocupados em trabalhar esses temas, reflexo de um momento político ainda complexo; também sentem-se despreparados para o trabalho com tamanha complexidade; não recebem apoio das famílias, e da própria instituição de ensino que por vezes desconsidera a problemática; ainda parte da sociedade acredita não ser da escola essa responsabilidade.

Diante desse impasse, essas ações podem impactar na aprendizagem dos educandos e não ajudar inseri-los neste universo atravessado pela diferença e pluralidade, exigente de formação crítica para lidar com o excesso de informações nem sempre favorável no contexto da formação dos indivíduos, uma vez a diferença também evidencia que é fonte de aprendizado.

A pista inicial é precisa: ler a Constituição é mergulhar em um oceano de ambiguidades, pois a mesma prega não ao preconceito e respeito aos Direitos Humanos, embora na prática cotidiana a realidade seja outra, tornando o processo de saída desse labirinto longo e complexo, uma vez, trata-se de um tema polêmico reportando a diferentes concepções.

Assim, o que se busca é propiciar uma perspectiva crítica diante das temáticas discutidas, possibilitando na medida do possível mudanças nas práticas educativas.

Ainda, o legislador ao inserir no inciso IV, do artigo 3º, “O bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” da Constituição Federal de 1988 elenca no rol dos princípios fundamentais, a preocupação em reduzir as desigualdades, considerando a diversidade sexual. Nessa perspectiva, se a escola e a família trabalhassem o respeito às diferenças, as leis seriam repensadas e obedecidas por adquirirem um maior significado. Esforços não deixaram de existir, por exemplo o Programa Brasil sem Homofobia do Governo Federal (2004) foi um referencial importante na luta contra a discriminação e o preconceito.

O capítulo V sobre o direito à Educação descreve: promovendo valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual. Acontece, porém que o material foi impedido de circulação nas escolas em virtude de intervenção dos grupos religiosos sob alegação de tratar-se afronta à família, moral e bons costumes, conforme a previsão do Brasil em condição de Estado laico. Tal medida não deveria ter sido acolhida sob a alegação de afrontar nossa Magna Carta, apesar dos instrumentos jurídicos nos protegerem, assim precisam ser melhor conhecidos e trabalhados para que possam surtir seus reais efeitos.

Portanto, é preciso cuidado e atenção com esses discursos mal-intencionados, para não se deixar influenciar por valores negativos, padronizados da religião, procurar valorizar tudo o que acreditamos ser o melhor para viver bem em comunhão com nossos pares, independentemente de sua condição sexual, pois a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia (Freire, 1996, p. 36).

Nesta dimensão, cabe frisar que o novo princípio constitucional fez surgir um cidadão de direitos civis e políticos, crítico e participativo. Através dessa lógica, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram pensados para atender as necessidades de aprendizagens sobre realidades da vida atual, despertando interesses dos alunos em discutir problemas referentes as suas realidades quase sempre abandonadas e esquecidas pelos órgãos públicos de poder.

Senão vejamos:

Nosso objetivo é auxiliá-lo na execução de seu trabalho, compartilhando seu esforço diário de fazer com que as crianças dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel em nossa sociedade. Sabemos que isto só será alcançado se oferecermos à criança brasileira pleno acesso aos recursos culturais relevantes para a conquista de sua cidadania. Tais recursos incluem tanto os domínios do saber tradicionalmente presentes no trabalho escolar quanto as preocupações contemporâneas com o meio ambiente, com a saúde, com a sexualidade e com as questões éticas relativas à igualdade de direitos, à dignidade do ser humano e à solidariedade (PCNs, 1997, p. 5).

Sob esse prisma é essencial que os conhecimentos sejam fundamentados na discussão de amplos temas, tais como pluralidade cultural, ética, orientação sexual etc., transversalmente aos conteúdos programados das disciplinas curriculares, ou nos trabalhos da escola, objetivando manifestar interesse dos discentes ao problematizar assuntos presentes no dia a dia de cada um, podendo colocá-los no centro das preocupações propositivas de leitura crítica do mundo.

Assim, segundo Cerri (2011), o que funda nosso campo disciplinar é a da *historicidade* do mundo em todas as suas facetas, sejam elas concretas ou imaginárias (Cerri, 2011, p. 57). Pode-se aqui refletir apesar do assunto sexualidade ser um tema transversal, parte considerável dos professores não estão preparados para predita abordagem em sala de aula, limitando-se apenas em relação as doenças sexualmente transmissíveis, aborto e temas importantes como identidade de gênero e orientação sexual são esquecidos. Portanto, faz toda a diferença o professor (a) conhecer, mesmo que superficialmente, a história das coisas que nos cercam e com as quais interagimos socialmente.

Por isso, acreditamos não ser possível garantir a dignidade humana sem libertar o ambiente escolar de toda e qualquer discriminação racista, religiosa etc., contra a diversidade sexual e de gênero com ênfase ao combate do preconceito sexual e desrespeito com as diferenças, pois neste cenário, a repetência e a exclusão dos considerados aos diferentes acarretam problemas sérios para a escola conforme os PCNs (1997) do Ensino Fundamental.

A permanência dos alunos na Escola é hoje um dos grandes problemas a serem enfrentados por todos na educação brasileira: órgãos governamentais, comunidades e equipes escolares. Embora as causas da permanência sejam múltiplas, cabe enfatizar entre elas a falta de acolhimento dos alunos pela escola, uma vez que, de certo modo, esse fator condiciona os demais. A falta de acolhimento é originada muitas vezes pelo fato, da escola não reconhecer a diversidade da população a ser atendida, com a consequente diferenciação na demanda (PCN, 1997, p. 42)

É difícil superar o preconceito com relação à condição sexual, uma vez que essa prática atormenta a vida de crianças, jovens e adolescentes desde cedo, iniciando por vezes no seio

familiar e na convivência com as pessoas mais próximas e íntimas. Na escola esse tratamento preconceituoso tende agravar-se, assim, segundo Corrêa essas memórias narram a dura realidade escolar vivida por estas juventudes, desde suas infâncias escolarizadas (Corrêa, 2021, p. 15).

Dessa forma, os traumas provocados pela dificuldade de relacionamento nesse espaço público de convivência são enfrentados pelos educandos, por vezes, sem a ajuda da escola e dos agentes de formação. Criando-se assim um sujeito desrespeitado e desprotegido chegando a levá-los ao fracasso escolar.

Assim trata os PCN do Fundamental (1997, p. 42):

O não reconhecimento da diversidade faz com que toda e qualquer situação que não esteja dentro de um padrão previsto seja tratada como problema do aluno e não como desafio para a equipe escolar. Reconhecer a diversidade e buscar formas de acolhimento requer, por parte da equidade escolar, disponibilidade, informações, discussões, reflexões e algumas vezes ajudas extremas. A falta de disponibilidade ou de condições para considerar a diversidade dos alunos acarreta o chamado fracasso escolar, com efeitos no plano moral, afetivo e social que geralmente acompanharão esses indivíduos durante toda sua vida, podendo redundar em exclusão social.

Pelo exposto, podemos concluir que as propostas apresentadas pelos PCNs nos parecem não comungar com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pesquisada, uma vez que na seção dos objetivos gerais estão relacionados, por exemplo, organizar e desenvolver situações de ensino, reconhecendo e respeitando diferenças relacionadas a fatores tais como nível socioeconômico, cultura, etnia, gênero e outros. Quanto aos objetivos específicos, a escola apresenta-se preocupada em formar a identidade do educando; incentivar e premiar o alunado a buscar e conseguir sempre mais saberes científicos e morais (PPP, 2019, pp. 13-14), ou seja, a problemática das sexualidades dissidentes e do combate ao preconceito parece-nos não ser levado em consideração.

Com base nesse prognóstico, esses temas passam despercebidos no documento, com toda ênfase voltada para o combate contra o preconceito ao racismo. Quanto as outras situações conflitantes acredita ser responsabilidade da sociedade como um todo, não devendo, portanto, ser compreendida enquanto tarefa exclusiva da escola (PPP, 2019, p. 23). Nesse contexto, o PPP além da BNCC não contempla esse debate, configurando um retrocesso em relação aos PCNs:

Ao voltarmos o olhar para nossos objetivos, constatamos que a BNCC limita a sexualidade unicamente em sua dimensão biológica, associando-a à

prevenção de IST e gravidez na adolescência, aproximando-se, assim, de concepções médico-higienistas sobre a temática. Por esta lógica, a BNCC apresenta retrocessos quando comparada aos PCN, sobremaneira o documento Tema Transversal Orientação Sexual, visto que o documento do final da década de 1990 apregoava que questões referentes à sexualidade deveriam ser trabalhadas pelos docentes das diferentes áreas do conhecimento. No que concerne à diversidade de gênero, embora a literatura aponte para problemáticas na sua abordagem pelos PCN. Juntamente a tal ausência, verificamos ainda que o documento oficial analisado trata os conceitos direitos humanos e preconceito de maneira genérica, fato que poderá intensificar os silenciamentos destacados (Silva, 2019, p. 1552).

Sendo assim, percebemos existir omissão dessa instituição política com relação a sexualidade dos jovens e adolescentes, inclusive, conforme o PPP e o Regimento Interno da Escola, é vedado aos alunos namorar naquele ambiente escolar, local constituído por considerável número de alunos/alunas que brincam, se tocam através de contatos e aproximações permanentes despertadores de desejos nessa fase de transição para a vida adulta, ainda sem preparação para entender o que estranhamente acontece com seus sentimentos e emoções também, percebido e vivido de forma conflituosa e ambígua, de tal forma que esses modos de vivê-lo envolve questões de disciplinamento, subordinação, saúde, libertação, gozo e prazer.

Contudo, omissão, silenciamento e dissimulação podem ser caracterizados como resultados chocantes de uma educação fundamentada na falta de respeito sem fim, ou seja, omissão absoluta de sensibilidade para com o diferente, incapacidade da escola em não estudar essa temática para combater a discriminação e evitar piadas, comentários maldosos, apelidos, etc., que prejudica o outro, considerado diferente. Para esses jovens, o “outro” passa a ser as mulheres e os gays; ao mesmo tempo, eles deveriam expulsar de si mesmos a feminilidade e a homossexualidade (Louro, 2014, p. 86).

Com relação as alegações quanto ao combate do preconceito, claro que a responsabilidade é de toda a sociedade, porém, entendemos que a escola não pode se limitar a essa crença, tampouco reforçar esse discurso, pois a sociedade por si só não resolverá o problema sem a família e sua efetiva participação. Significativamente a tendência é ficar pior.

Portanto, educar para a diversidade é ver-se no outro, lugar difícil de estar, principalmente quando esse outro é considerado sexualmente “diferente”, por apresentar comportamento sexual fora do padrão da heterossexualidade considerada “natural”.

Nesse contexto, quantos educandos desistem de estudar por sentirem-se despercebidos no ambiente escolar em virtude de sua condição sexual diferenciada. Essa realidade faz parte dos quadros estatísticos oficiais, de várias escolas Brasil afora sob a perspectiva de evasão, quando

seria viável a escola comprometer-se com a realidade e ajudar na mudança desse caótico resultado, pois o educando não se evadiu, ele desistiu por sentir-se desprestigiado, devido seu comportamento sexual não atender aos ditames da sexualidade falocêntrica, heterossexual e patriarcal padrão.

Na verdade, ele foi violentamente expulso da instituição por falta de acolhimento e tratamento humano adequado. Eles saem por sentirem-se sem voz e vez num espaço público de convivência que deveria ser acolhedor, esse fato é corriqueiro não só na escola Salvino João Pereira, mas nas instituições de ensino público no Brasil como um todo.

A escola torna-se dessa maneira um ambiente de tortura, sacrifício e rejeição não propício e capacitado para combater o preconceito, o ódio latente e circulante nesse espaço de convivência múltiplas. Então, qual seria a função da escola? Função de direcionar a ressocialização entre os educandos, principalmente, procurar entender a cultura juvenil, conforme Prado (2014), marcada por trajetórias de inquietudes, ou seja, não se apegam aos costumes e conceitos fixos, quer sempre o novo, o diferente.

Nesse sentido, segundo Schaffer (1996, p.161), a noção de *cultura juvenil* como parte de uma sociedade foi desenvolvendo-se à medida que a juventude passou a ser vista como uma categoria social e geracional específica, ou seja, adquiriu autonomia e estilo próprio.

Nessa seara, Barbosa e Compbel (2006) classificam a cultura juvenil como uma combinação perfeita para o atual mundo contemporâneo marcado por instabilidades e incertezas. Assim, justifica-se conforme Reguilho Cruz (2000), as culturas juvenis atuam com expressão que codifica através de símbolos, linguagens diversas e por que não dizer a esperança e o medo.

Nessa relação de conceitos e história, no dizer de Prado (2014, p. 40) é preciso ficar atento para cada época, as manifestações juvenis são diferentes; também conhecer a diversidade cultural no mundo juvenil é fundamental para desenvolver qualquer relação, pois negando o preconceito, aceita-o ao invés de lutar contra ele.

Dessa forma, quanto ao pensamento filosófico adotado pela escola Salvino conforme o PPP, tem por base, permear todo o trabalho escolar sob o prisma do respeito por vivermos em uma sociedade onde as minorias sociais padecem por conta da existência do preconceito (PPP, 2018, p. 15).

Porém, o respectivo enunciado deixa a desejar, pois a referida escola não apresenta estratégias pedagógicas de combate, tampouco elenca essas minorias para que melhor sejam analisadas e trabalhadas novas medidas em prol de seu benefício, simplesmente a escola não pontua em seu documento de PPP a preocupação em combater o preconceito enquanto

modalidade da diversidade sexual e de gênero, fingindo não ver o problema presente nesse ambiente coletivo de circulação de pessoas diversas.

Apesar da respectiva escola receber assistência pedagógica da Secretaria Municipal de Educação quanto à problemática, parece existir um descompasso com relação ao estabelecido nos documentos oficiais, pois a mesma continua tratando com indiferença a temática pela falta de interesse e/ou não está preparada, conforme tudo indica para enfrentá-lo. Ainda, mantém uma “cultura do silêncio”, ou seja, distanciando-se com relação às vivências, experiências e expectativas dos educandos, dos grupos nas quais se inserem.

Assim, acreditamos ser necessário romper com essa “cultura do silêncio, procurando ouvir atentamente as diversas vozes que no seu ambiente circulam e com elas procurar dialogar e aprender, é uma das contribuições fundamentais que a escola da contemporaneidade pode oferecer a nossa sociedade. A essa necessidade de saber a real situação da juventude, no exercício intenso de aproximação e integração no mundo juvenil, segundo Ferreira (2014, p. 63) desafia-nos a emitir uma linguagem sinalizadora de empatias, ou seja, de estar com o outro sem ser o outro.

Retomando a discussão sobre o PPP da escola, quanto as diretrizes curriculares desta diz: baseia-se pela Lei de Diretrizes e Base (LDB) e na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) conforme o estabelecido no (PPP, 2019, p. 15/16), tendo, portanto, o respeito, solidariedade, coletividade, responsabilidade e compromisso como o caminho a seguir, a mesma não perpassa a título de observação essa imagem em seu cotidiano; a título de Trabalho Pedagógico, trabalhará valores necessários a formação do homem como cultura, valores morais e físico, nesse sentido, é função do currículo contribuir para a construção de uma sociedade justa e democrática com base no respeito e na liberdade, onde todos sintam-se sujeitos participativos do processo histórico que pensa a tolerância com relação ao outro a partir da reciprocidade, ou seja, todos participem e sejam responsáveis pela construção do seu tempo.

Esse conjunto de referenciais constantes da proposta curricular tem como base os direitos sociais, civis e políticos contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) oriundo da nossa Carta Magna. Conforme verificamos quando das visitas *in loco*, tudo nos parece apenas um compromisso contido no papel, embora a realidade seja outra, principalmente, depois de conversas informais com alguns educandos, professores e funcionários que pediram para não serem identificados.

Ainda, conforme o PME (p. 23), no município não existe currículo próprio destinado ao Ensino Fundamental, sendo usado por sua vez, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Há uma grande necessidade da criação de um currículo próprio que possa desenvolver e oferecer mais recursos pedagógicos voltados para dinâmica sobre diversidade sexual.

Para tanto, é notório que não há sintonia entre a Constituição Federal do Brasil de 1988 e a nova lei de Diretrizes e Base da Educação (1996), comprometidas com práticas voltadas para ética e tolerância, base de sustentação indispensável para propositura de uma formação ética, que seja capaz de atingir todos os cidadãos do país. Alguns especialistas apontam, inclusive, a necessidade de reconhecer que essa experiência ajudará o participante a entender que

A ética se revela quando permitimos que o diferente fale sobre nós mesmos e questione nossas posições; a postura ética se revela sobretudo na abertura do diferente, permitindo a palavra e a vida do outro, o que pode ser definido como alteridade (Torres, 2010, p. 52).

O Brasil é um país constituído pela diversidade, precisa de uma educação tolerante e respeitosa, para que nossas crianças, jovens e adolescentes possam viver e crescer em ambientes saudáveis, pois ser diferente não significa ser inimigo, afinal, somos seres humanos e ocupamos espaços comuns no mundo, embora não sejamos donos, apenas seres em circulação volátil.

Assim, percebemos que a LDB entende que a educação deve ter como base a construção da cidadania através de estudos que dê relevância a alteridade do outro como alguém que pode ser diferente, e que também é portador de direitos assegurados constitucionalmente, para tanto, precisa ser respeitado.

Outrossim, trabalhar o respeito às diferenças, a partir dos documentos oficiais e referenciais do Ministério da Educação (MEC), a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a e Lei de Diretrizes e Base da Educação, torna-se essencial porque são instrumentos norteadores de estudos que tratam dessa temática, objetivando exaltar o princípio isonômico de que “todos são iguais perante a lei”, inclusive, as crianças que são também sujeitos de direitos.

Portanto, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, crianças e adolescentes passaram a possuir direitos próprios no Brasil. Isso porque, antes do Estatuto, os direitos dessa parcela da sociedade não estavam explícitos. O que acontecia na prática era que a Constituição Federal resolvia as questões dos menores. Foi preciso uma legislação específica para prescrever regras, direitos e deveres, que tratasse a respeito de princípios básicos às crianças e adolescentes brasileiros.

Assim, a personalidade jurídica desse estatuto prevê merecidamente a esse grupo os direitos humanos fundamentais, como à educação, ao lazer, à dignidade, à saúde, à convivência

familiar e comunitária, aos objetos pessoais, ou seja, antes as crianças e adolescentes não eram considerados sujeitos de direitos tampouco vistos como pessoas.

Agora a realidade é outra, os ambientes escolares, onde o alunado é composto, na sua grande maioria, por crianças e adolescentes, temos o respaldo desse importante instrumento jurídico que dialoga com o parágrafo 5º da Constituição Federal, ampliando o posicionamento sobre indivíduos que se encontram em situação escolar sob a perspectiva de determinada faixa etária.

Senão vejamos, os artigos 15 e 16 do ECA determinam que somente num espaço livre de discriminação é possível existirem direitos básicos como direitos a liberdade, respeito e dignidade como pessoas humanas, sendo assim:

Art. 15- A Criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16- O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I- Ir, vir, e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvadas as restrições legais;
- II- Opinião e expressão;
- III- Crença e culto religioso;
- IV- Brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V- Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI- Participar da vida política, na forma da lei;
- VII- Buscar refúgio, auxílio e orientação. (Tavares, 1992, pp. 21-22).

Conforme o expresso no ECA, muitos educandos estão em condição de alienação de suas cidadanias, pois ao estarem matriculados em unidades escolares onde esses direitos não lhes são assegurados, e sofrem discriminação diariamente no lugar, que ao contrário desse evento, deveria ser ambiente de apoio e acolhimento, não importando com qual condição de sexualidade identifique-se ou revele seu afeto, pois o educando que tem interesse pela pessoa do mesmo sexo, não deve ser tratada como portadora de desvio de comportamento sexual, mas algo aceitável nos dias atuais.

A priori, as diretrizes legais que especificam nossos direitos civis, oriundos de leis que asseguram o conjunto de direitos e deveres direcionadas as crianças e adolescentes nacionalmente, também chegam, mesmo que de forma implícita, ao respeito e tolerância por indivíduos dissidentes e é de competência da escola, local em que formalmente aprendemos na prática os primeiros passos no que diz respeito as lições de cidadania, garantindo, portanto, que esses direitos sejam cumpridos.

Ainda o Art. 17 prescreve:

Art. 17- O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (Tavares, 1992, p. 23).

Dessa forma, passamos a observar que existe uma repetição dos direitos fundamentais garantidos a todos os cidadãos, sem distinção de idade, na Constituição Federal, ou seja, art. 5º *caput*, e incisos III e X não deixam dúvidas.

Sendo assim, a pessoa humana deve ser respeitada em sua integridade, em sua vida íntima e espiritual, na projeção na opinião pública, na liberdade individual, logo à criança e o adolescente não pode ser exposta ao ridículo, cabendo a escola informá-la desse direito por mero ato de justiça.

Na mesma seara, o Art. 18 explicita:

Art. 18- É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (Tavares, 1992, p. 24).

Assim, está explicitado que é dever, em primeiro lugar, das autoridades públicas, de qualquer cidadão, salvar a criança ou jovem dos malefícios que atentam contra os seus direitos básicos, especificamente, ofensas à pessoa humana. A omissão poderá configurar conivência, a ser tratada segundo lei penal.

Portanto, esse diálogo entre o citado conjunto de leis, torna legal o debate para um grupo que especificamente compõem essa faixa etária que está no ambiente escolar, compartilhando sentimentos e dialogando entre si.

Não há como negar, omitir no PPP um ou mais institutos jurídicos desses, significa uma rachadura quanto ao modelo de escola democrática que se defende e busca, fato verificado nessa instituição, momento em que o ensino e o professor de história podem ajudar nesse complicado processo de construção de novas mentalidades.

Assim, conforme Cerri (2011, p. 106), espera-se que o ensino de história contribua de modo decisivo para a formação do cidadão em nossas sociedades, cimentando-o ao espírito público, ao amor pelo país, aos interesses coletivos, por meio da vinculação de todos a um passado comum.

À vista disso, trabalhar essas leis na escola a partir do processo de formação e capacitação continuada de professoras(es), pode ajudar na reflexão, discussão e historização de gênero e sexualidade a partir da diversidade sexual, principalmente explicando que existem leis protetivas a todos os cidadãos e cidadãs, contudo nem todos fazem parte de grupos socialmente vulneráveis, tipo a população LGBTQIA+ e as mulheres que sofrem violências planejadas e específicas todos os dias neste país.

Ao considerar tal situação, devemos procurar trabalhar sob a seguinte perspectiva: ao ampliar o foco para adiante das narrativas já cravadas, podemos contar histórias sob outros olhares, histórias esquecidas que há muito são narradas, mas que terminam sendo silenciadas pelas histórias tidas únicas, universais e irreversíveis, conforme as estruturas de poder que privilegiam umas histórias em relação à outras.

Assim, os estudos que trabalham com grupos vulneráveis igual LGBTQIA+, propõem alcançar através de novas perspectivas mudar o olhar historiográfico, pensar construir nova história não mais universal, tampouco essencialista. Mas que dê destaque as relações humanas, a partir das construções sociais e históricas que foram e são tantas vezes produzidas pelas pessoas que vivem as diversas formas de sexualidade e de gênero. Porém, para Costa,

Há muitos desafios a enfrentar. Um deles é ter que lidar com um tipo de história que já nasce pronta, moldando um dado imaginário sobre essas relações, esquemas, interpretação, quase em formatos definitivos, que pouco têm incorporado da revisão de paradigmas. Não se pode deixar de avaliar o quanto repetir antigos modos de pensar a história nos torna participantes de preconceitos, base de discriminações de vários feitos (Costa, 2002, p. 4).

Outrossim, percebemos que no campo da História, a identidade masculina é predominante, ficando os participantes do grupo LGBTQIA+ num segundo plano, apesar dos estudos terem avançados na área. Por sua vez, a escola e os demais espaços sociais, estão impregnadas de preconceitos e de violências das mais diversas formas.

Diante desse panorama, constituído de contradições e incertezas, a escola pode ajudar a partir da discussão da realidade social e de temas que levem a pensar e desenvolver um raciocínio crítico que contribua para a aprendizagem de si e do outro, pois a falta de uma educação sexual voltada para a diversidade colocada não mais em padrões fixos, mas focada no respeito e nas formas como as pessoas vivem seu desejo afetivo sexual, acaba produzindo crianças e jovens infelizes, tomados de culpas por serem diferentes.

Nesse sentido, apesar da diversidade sexual ser um dos temas em voga na sociedade brasileira nos últimos tempos, é pouco discutido no ambiente escolar, apesar da trajetória de preconceitos e discriminação em relação às sexualidades dissidentes, ou seja, a produção de consciência nesse ambiente tem que ser o norte da proposta pedagógica, que não deve ser limitada através de único campo de apoio, pois o sentido desta deixa de ser dado de antemão para ser, ao contrário, construído pelos atores e sujeitos, por suas experiências individuais e coletivas. Em outras palavras, a escola trabalha atores e sujeitos diferentes.

4 A DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SALVINO JOÃO PEREIRA

Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída.

(Freire, 1992, p. 10).

Caso fôssemos indagados acerca do porquê pesquisar essa temática no ambiente escolar, responderíamos que essa problemática sempre foi encarada pela educação como motivo de silêncio e desconsideração, portanto, sem visibilidade e espaço para discussão. Ou seja, o “diferente” sexualmente no ambiente escolar ainda é visto como culpado quanto aos seus problemas e, conseqüentemente por suas escolhas. Embora saibamos não ser bem assim, pois trata-se de tema polêmico e não ser visto por muitos com bons olhos, principalmente, por grupos conservadores de extrema direita, pois defendem que a escola não é o local propício para respectiva discussão.

Apesar de tudo, a sexualidade é individual e intrínseca ao ser humano, obedece a uma historicidade cultural de convivências diversas, legítimas, também frágeis e fronteiriças, e não possui estabilidade definitiva nesse mundo líquido e fugaz, considerando os termos de Bauman (2007). Dessa forma, pouco nos importa haver repercussões favoráveis ou contrárias, não podemos é permanecer isentos ou neutros frente a determinadas demandas, pois somos frutos de experiências que constituíram o que somos hoje ou o que gostaríamos de ter sido. É um estudo melindroso, difícil de trabalharmos, mas não pode continuar despercebido e/ou tratado com indiferença sem a visibilidade merecida.

Nessa seara, o mundo em que vivemos é o da informação, da tecnologia, logo, da velocidade. Assim, nossa cultura, impulsionada pelo discurso capitalista, procura responder, rotular, etiquetar, fechar, e tudo isso rápido demais, sem nos oferecer tempo o suficiente para refletirmos sobre situações complexas. Antes que terminemos de escrever uma pergunta no Google ele já completa e responde. Dessa forma, temos respostas para perguntas muitas das quais não elaboramos.

Vale considerar nesse sentido que, a tecnologia envolve a comunicação através de diversas linguagens que avançam a cada dia à passos longos difícil de acompanhar, colocando na berlinda práticas pedagógicas aplicadas em sala de aula nem sempre condizente com a realidade. Nesse sentido, precisamos observar melhor o ambiente escolar, analisar

particularmente cada situação, evitando na medida do possível conclusões precipitadas e/ou constrangedoras expondo o educando em condições ridículas.

Para isso, ainda estamos construindo o mundo do conhecimento. Conhecer é codificar a informação para refletir sobre ela e, se possível, transformá-la em um bem universal, onde todos possam se locupletar da mesma e usufruir dos seus benefícios, que são inúmeros, pois, na comunidade da sala de aula, nossa capacidade de gerar entusiasmo é profundamente afetada pelo nosso interesse.

Logo, precisamos ouvir a voz uns dos outros, visto que, parte considerável dos alunos ainda enxergam na escola um espaço de oportunidades que pode mudar suas vidas e ajudar construir uma nova história, pois em seu ambiente circulam um mundo de diversidades, sendo a sexualidade uma delas, precisando ser acolhida, nunca tratada com indiferença e desrespeito.

Sendo assim, a escola é uma arena de conflitos, mas também o espaço adequado para construção do saber crítico e emancipatório, que deve ser construído cotidianamente através de muita luta, disposição e sem temeridade, pois os problemas do mundo passam no seu dia a dia, uma vez, ser nesse ambiente que as diversidades sexuais se cruzam, em busca de solução para seus problemas e construção da felicidade, podendo as práticas pedagógicas democráticas ajudar nesse trabalho é o que se espera, pois falar sobre sexualidade é geralmente um processo que envolve medos e dúvidas.

Nesse caso, conforme Fanfani (2010, p. 2), a pesquisa educativa sim pode e deve

[...] Reconstruir a lógica das lutas pela definição desse fenômeno social, pois os objetivos sociais são polissêmicos, ou seja, podem receber distintas denominações e, portanto, terminam sendo coisas diferentes. Essas diferentes construções têm uma história, encarnam-se em atores com interesses e recursos específicos.

Por isso, acreditamos ser interessante analisar a partir de uma perspectiva histórica e relacional, o conjunto de personagens, interesses, relações de força e estratégias que se desdobram nessa luta e que não deve ser apenas da escola, mas também da sociedade e de forma permanente, pois o reconhecimento da pluralidade e da diversidade presente nesse ambiente pertence a toda sociedade, logo, devemos compreender a necessidade de trabalharmos em conjunto e de forma relacional, firmarmos acordos, buscarmos consensos, estabelecendo contratos sociais para trabalhar o complicado processo de organização da educação para adquirirmos qualidade social.

Educação de qualidade, sem sombra de dúvidas é uma expressão hegemônica, conforme encontra-se em todo e qualquer documento voltada para políticas públicas de educação brasileira, portanto, o seu significado é igual em todo e qualquer documento? Também não é sem razão afirmá-lo através de pesquisas rasas em que a resposta seja obviamente não.

Nesse sentido, a expressão qualidade vem essencialmente acompanhada no mínimo de questões que não se manifestam claramente: *qualidade para quem? E qualidade para quê?* Assim, torna-se impossível fixarmos um único sentido. Nesse caso, essa qualidade é voltada para crianças, jovens e adolescentes em estado de vulnerabilidade? Ainda, tem compromisso em emancipar e oferecer amplas possibilidades de participação a esse público quase sempre vistos igual subalternos?

Desse modo, o trabalho de articulação política necessita ser capaz de tornar claro e objetivo o vernáculo “qualidade” para quem e para que, evitando que torne-se apenas uma dada expressão, mas determinando sua importância e significado ainda em seu nascedouro, ou seja, no parlamento, local exclusivo para discussão dessa envergadura, embora saibamos, ser repleto de opiniões contraditórias, conservadoras e comprometido com políticas de exclusão, tal preocupação explica-se por que toda expressão sempre exige destinação e esses movimentos impedem por vezes a fixação de únicos significados.

Assim, nos possibilitando nova problemática: caso seja impossível fixar dado sentido de hegemonia quanto a qualidade da educação, por que continuam trabalhando na possibilidade de fixar sentidos? Quem sabe, a solução para respectivo impasse esteja no interior dessa expressão: hegemonizar, ou seja, fazer sentido a expressão de educação de qualidade para todos com oportunidades múltiplas para todos.

Caso contrário, essa expressão pode ser atrelada à tentativa de dominação de determinado grupo, classe, partido político ou pensamento sobre outro, no caso, a educação a seu serviço como espécie de reprodução. Assim,

[...] encarada desse ponto de vista, a organização pedagógica nos surge como mais hostil à mudança, mais conservadora e tradicional talvez do que a própria Igreja porque ela tem por função transmitir às gerações novas uma cultura que mergulha suas raízes num passado afastado (Bourdieu, Passeron, 2014, p. 231).

Isso acontecendo, nosso trabalho pedagógico deve ter por finalidade produzir indivíduos transformados para enfrentar padrões de durabilidade, não mais condizente a realidade da contemporaneidade baseada na fluidez e rapidez das coisas.

Por esse motivo, destacamos que no espaço escolar, a motivação por parte do (a) professor (a) precisa ser racional e relacional, e deve ter como caminho uma intencionalidade entre os sujeitos do processo educativo, pois sem essa dinâmica, dificilmente podemos esperar que a educação atinja os objetivos planejados, pois no ambiente da escola a democracia, o respeito à pluralidade, à diversidade, não é prática simples de ser efetivada, principalmente numa sociedade complexa igual a nossa.

Por outro lado, o sucesso de um ambiente democrático exige diálogo e respeito mútuo. Paulo Freire (2001, p. 21) afirma o direito de criticar, mas também indica o dever de não mentir ao criticar; instigando um diálogo aberto, curioso, indagador capaz de recriar uma prática pedagógica articuladora da autonomia alinhavada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, em experiências respeitosas da liberdade.

Nesse caso, uma questão ainda a ser considerada, a BNCC no contexto da educação infantojuvenil não apresenta uma iniciativa fundamental para promover o reconhecimento e a valorização das identidades das crianças e adolescentes desde os primeiros anos de vida escolar, contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

Dessa forma, o reconhecimento da própria identidade passa a ser um dos pilares do desenvolvimento infantojuvenil, ressaltando a importância de práticas educativas que respeitem e promovam a diversidade cultural, social, de gênero, entre outras, possibilitando as crianças e adolescentes desenvolverem o senso crítico de pertencimento e autoestima desde cedo.

Desde então, o respectivo documento orienta a educação infantojuvenil sob cinco campos de experiência, considerados essenciais para o desenvolvimento integral da comunidade infantojuvenil: “O eu, o outro e o nós”, “Corpos, gestos e movimentos”, “Traços, sons, cores e formas”, “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”.

Nessa seara, daremos ênfase ao campo “O eu, o outro e o nós”, ou seja, a escola compete, portanto, estimular a criança e adolescente a conhecer a si mesmo e ao outro, respeitando as diferenças e valorizando a diversidade, mostrando que ser diferente não é problema, por esse motivo, o outro “diferente” não deve ser tratado pejorativamente e/ou discriminado por causa dessa diferença, configurando assim nova maneira de ser sujeito, novas maneiras de produzir a si mesmo, de subjetivar, de praticar o si mesmo, etc.

Para tanto, a escola precisa criar um ambiente educacional que favoreça a exploração e o reconhecimento das suas múltiplas identidades. Motivo, pelo qual é de fundamental importância o papel dos educadores nesse tipo de empreitada, pois estes devem ser facilitadores do autoconhecimento e do reconhecimento da diversidade, criando um ambiente seguro e

acolhedor onde o público infantojuvenil sintam-se representados, valorizados e acolhidos, para que dessa forma, possam considerar-se agentes (re)construtores do próprio mundo que os circunda numa época em estágio de dismantelamento.

No entanto, essa prática deve envolver não apenas a seleção de atividades e materiais didáticos, mas também uma postura atenta com suas próprias práticas pedagógicas, oportunizando sempre à inclusão e ao respeito às diferenças.

Em termos simples, talvez pudéssemos perguntar de que modo essa situação nos atinge. Assim como nos atinge a democracia. O que está em jogo é o desencontro de nossa educação, implicada na desconexão da cidadania ainda não acontecida em pleno século XXI, mesmo depois da promulgação da denominada Constituição Cidadã.

4.1 Escola, práticas e vivências

Com base no exposto anteriormente, acreditamos que a escola suscita muitas memórias à maioria de nós, porém, algumas agradáveis, outras nem tanto, porque não deixaram de marcar nossas vidas de uma forma ou de outra. Para muitos dos estudantes do antigo Ensino Primário, Primeiro e Segundo Grau, por exemplo, foi marcado pela falta de diálogo, da construção de significados e pela castração de valores emancipatórios, mas conseguimos acompanhar todas essas mudanças possíveis e chegarmos até aqui no século XXI.

Nessa época 1970/1980, a escola não era para todos, tornava-se privilégio de poucos se colocarem em lugar da construção do saber. Para tanto, no mundo público do ensino institucional, o corpo não podia ser visto, ou melhor, não era concebível ser percebido, pois este estava proibido de chamar a atenção, tampouco ser tratado pelos educadores brancos, masculinos e heterossexuais, que geralmente estavam nos níveis mais altos de ensino, enquanto, para as mulheres, cabiam as aulas infantis, não por acaso equiparando-as ao papel materno – e, não coincidentemente, muitas professoras até os dias atuais são chamadas de *tias*. Nesse sentido, a educação acontecia através da linguagem, dos códigos oficiais da família, da escola, da Igreja e do direito (Machado, 2021, p. 238),

Acontece, porém, esse modelo de escola não se encaixa mais nos novos tempos reivindicatório de mudanças velozes, novos padrões de valores e de perspectivas múltiplas. As crianças, os jovens e adolescentes desse novo tempo carregam sobre si muitas necessidades, as quais cobram da escola solução para suas inquietações imediatas e urgentes medidas de recuperação do vácuo deixado pela família, que ainda não consegue definir a dinâmica

processual da contemporaneidade, parecendo se encontrar atordoada sem resposta e solução para dificuldades, complexas e diversas.

Nesse contexto, a escola escolhida para realização desta pesquisa não está excluída dessa possibilidade. A mesma foi fundada em 1973 sob a nomenclatura Escola Reunida Municipal de Juripiranga, pioneira, portanto, no contexto do ensino público desse município de Juripiranga, Estado da Paraíba. Durante ano de 1974 sofreu alteração para Grupo Escolar Municipal Salvino João Pereira, por iniciativa da então prefeita do município naquela época Severina Gomes Pereira em homenagem póstuma ao seu pai.

Figura 2 - Vista frontal da Escola Municipal de Ensino Fundamental Salvino João Pereira, Juripiranga – PB.



Fonte: acervo pessoal

Convém ressaltar a respectiva denominação perdurou até o ano de 2003, quando passou a denominar-se Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Salvino João Pereira, sendo identificada no MEC sob o Código nº 2507903; INEP nº 25088912.

Acontece, porém, com a criação de outras escolas na rede municipal, a mesma em 2015 deixou de atender na modalidade da Educação Infantil, incorporando, por conseguinte, o Ensino Fundamental I e II maior. A partir de 2016 desvinculou-se do Ensino Fundamental I, passando a oferecer exclusivamente o Ensino Fundamental II (6º ao 9º) ano, nos turnos da manhã/tarde e, no período noturno a terceira e quarta fase da EJA (Escola de Jovens e Adultos), até os dias atuais.

Geograficamente possui uma posição privilegiada no âmbito do município, pois se encontra encravada no centro da cidade, vizinha da Igreja Católica e em frente com a Lotérica da Caixa Econômica Federal, portanto, não havendo empecilho que dificulte a chegada e saída dos alunos, professores e funcionários.

É constituída por 32 (trinta e dois) funcionários, 40 (quarenta) professores, todos com formação em Licenciatura e/ou Pedagogia. O quadro discente, conforme o Censo Escolar INEP primeira etapa 2023, registra matrícula inicial de 935 (novecentos e trinta e cinco) alunos; sendo 470 (quatrocentos e setenta) do sexo masculino e, 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) do sexo feminino.

O atendimento aos alunos estando dividido em três turnos: manhã, tarde e noite com turmas da EJA. Parte dos educandos residem na zona urbana, outra na zonal rural do município atendidos por ônibus escolar para deslocamento, ou seja, ida e volta. Atende, também alunos oriundos da Vila Ibiranga, distrito do município de Itambé/PE, uma vez, serem limítrofes e contígua se entrelaçam, como nas suas próprias denominações (Juripiranga = Ibiranga), Paraíba/Pernambuco.

Administrativamente, entre 2015 a 2023, a escola passou pelo processo de mudanças de direção por cinco vezes consecutivas, ocasionadas pela força e interesses do poder político local, motivo pelo qual, acreditamos acarretar prejuízos para a escola e consequentemente na aprendizagem dos alunos, pois a cada nova direção é implantada formas administrativas diferentes, com propostas, objetivos e métodos diferenciados de trabalhos.

Dessa forma, é importante frisar que em pleno século XXI a força do poder político local ainda é muito forte, e faz-se presente no interior brasileiro de forma eficaz e contundente. Ainda, nesse interim a direção esteve sob as mãos de pessoas sem nenhum vínculo com a educação.

Atualmente, a instituição encontra-se sob a direção dos professores do quadro efetivo do magistério da própria escola, ambos com formação superior em licenciatura e especialização na área de educação. A supervisão acontece através da colaboração de um profissional com doutorado em educação, título adquirido pela Universidade Federal da Paraíba. A maioria dos docentes obedecem ao regime de contrato administrativo temporário com formação superior, e carga horária de quarenta horas semanais.

A respectiva escola, durante muito tempo, amargou triste histórico de violência, o que lhes rendeu o título de violenta, caótica, não sendo bem-vista por parte considerável das famílias do município, pois existia naquele ambiente determinado grupo de educandos envolvidos com o uso de drogas, ocasionando sérios transtornos. Então, era preciso mudar essa realidade e transformá-la para melhor.

Com esse propósito, foram realizados investimentos no respectivo ambiente escolar que modificaram essa realidade, ultimamente faz transparecer ser prazeroso estar nesse local e participar das atividades escolares oferecidas: festa das mães e dos pais, festividades juninas, comemoração ao dia do estudante com brincadeiras e distribuição de prendas, feira folclórica,

desfile cívico de 7 de setembro, feira de ciências, envolvimento na fanfarra, semana cultural, gincanas, jogos escolares etc., sempre com apoio do poder público municipal, também da comunidade, porém, ainda com tímida participação das famílias.

Porém, não foi fácil desmistificar essa imagem negativa da escola, o fato não se deu no vazio, senão em espaço estruturado. Duas “novidades” caracterizam o contexto em que se desenvolveram as práticas dos docentes e que refletiram na mudança do comportamento dos educandos. Uma está relacionada com a implantação do reforço escolar. Alunos com dificuldades em determinadas disciplinas passaram a ser assistidos com aulas específicas de reforço em horário alternativo ao qual estavam matriculados.

A outra transformação relaciona-se a criação do laboratório de ciências e matemática, além da parceria com o Instituto Federal da Paraíba - IFPB, *campus* de Pedras de Fogo/PB, que oferta módulos tecnológicos-robótica e informática com acompanhamento e orientação para alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e por fim, investimentos no processo de reforma e ampliação do espaço físico.

Também, não podemos deixar de ressaltar o incentivo dado pela Secretaria Municipal de Educação, distribuindo gratuitamente fardamento e material escolar durante todo o ano letivo, além de viagens culturais a museus, cinemas, shopping, engenhos da região, áreas de lazer, etc., para educadores e educandos.

Lembrando ainda, sobre a existência do Projeto nº 21.069, assinado entre Banco do Brasil – Associação Atlética Banco do Brasil - AABB – Comunidade: educação para o futuro, e Prefeitura Municipal de Juripiranga-PB - PMJ, oportunidade em que são oferecidos aos educandos as seguintes modalidades esportivas: natação, futebol de salão, mini campo, voleibol, handebol e futebol de mesa, além de reforço escolar, acompanhamento médico, odontológico, oftalmológico e psicológico, sendo extensível aos seus familiares. Importante destacar, a distribuição gratuita de Kits contendo todo o material básico para participação nas respectivas modalidades; alimentação subdividida da seguinte forma: lanche/manhã, almoço e lanche/tarde. As atividades são realizadas na AABB na cidade de Timbaúba-PE.

Essas ações têm refletido no comportamento participativo dos educandos e no desempenho do nível de aprendizagem conforme ficou demonstrado nos índices do Escola Brasil, caracterizados nas notas do IDEB: 2015 - 3.5, 2017 - 4.1, 2019 - 4.6, 2021 - 4.6, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), portanto, ficando abaixo da média nacional.

Sua população estudantil é formada por alunos oriundos na sua grande maioria de famílias em estado de vulnerabilidade social, pais cortadores de cana, mães domésticas e/ou de

aposentados, também de participantes de programas assistenciais do governo federal, como o Bolsa Família.

Assim, é constituído o quadro humano do município, além de não possuírem o estudo básico completo, são considerados semianalfabetos. Dessa forma, o ambiente escolar é marcado pela diversidade cultural.

A essa população, a escola pública parece não ter muito ao que oferecer, fazendo com que crianças, jovens e adolescentes logo cedo percebam que a escola não foi pensada para eles, causando desinteresse, desestímulo e desesperança, portanto renovada postura administrativa por parte da escola, com assistência do poder público local a imagem começou mudar, motivo ser merecedor de respeito, admiração e importante repercussão na comunidade estudantil local.

Daí perguntarmos: como educar para a esperança em tempo de desencanto? Segundo Paulo Freire, se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar (Freire, 1996, p. 144), pois a esperança de verdade é partir para a construção da vida, embora haja dificuldades a enfrentar.

Partindo dessa premissa, tivemos a oportunidade de observar durante 26 de julho de 2022 a 13 de dezembro de 2023 quando das visitas, situações inusitadas como a satisfação dos alunos quando da chegada, no horário matutino. O aspecto de alegria pairava no ar, porém, a saída no final do turno não pareceu ser um ambiente prazeroso quanto imaginávamos, mas sensação de alívio.

Nesse contexto, segundo Foucault (2010), a escola funciona nos moldes de uma prisão, com o propósito de modelar e corrigir corpos, mas também de vigiar, de hierarquizar. No caso específico, a saída significa momento de êxtase, libertação.

Arquiteticamente, a referida instituição não é bem planejada, as salas de aula não são arejadas. No período do verão, há ainda mais complicações, principalmente, quando o ar-condicionado apresenta problema e/ou falta energia. Também é perceptível que a escola possui dois corredores que contribuem para encontros desagradáveis e indesejados, ou seja, empurrões, brincadeiras de mal gosto igual tapas nas costas, na cabeça, veiculação de apelidos etc.

Ademais, quanto aos espaços de lazer é bem assistida, possui quadra poliesportiva, os banheiros com os indicativos masculino e feminino, espaços para mobilidade dos portadores de condições especiais, sala de professores, diretoria, secretaria, sala de atendimento educacional especializado (AEE), laboratório de informática, sala de leitura sob a coordenação de professor com formação Licenciatura em Letras, especialidade literatura, e sala de laboratório de ciências e matemática.

Todas as subdivisões estão em bom estado de conservação e limpeza, ou seja, apresenta-se iguais a muitas escolas que conhecemos Brasil a fora, enfrenta dificuldades estruturais, problemas que podem ser superados a curto, médio e longo prazo através do trabalho coletivo, participativo, democrático e vontade política.

É de estranhar, mas aconteceu, quando das visitas ao local da pesquisa 9 de agosto de 2022, percebemos certa dificuldade no que diz respeito à relação aluno-direção-professor. Pareceu-nos existir naquele ambiente, certo desconforto da direção em se posicionar perante alguns educadores e alunos.

Em algumas visitas *in loco* para realização dos trabalhos da pesquisa 18 de outubro de 2022, em rápido momento de descontração com a direção, fomos surpreendidos por um aluno que ao bater à porta da diretoria e ao apresentar-se, imediatamente, foi solicitando uma conversa com o funcionário investido no cargo de direção naquele momento.

Cordialmente, o diretor pediu ao aluno que aguardasse um pouco, pois estava com visita, portanto, impossibilitado de atendê-lo naquele instante. O aluno entendeu e retirou-se sem resmungar. Na saída do aluno, alguém do lato externo da sala em que estávamos, portanto sem nossa visualização, usou da seguinte expressão: “Precisa paciência para lidar com essas bichinhas”; antes de propor uma explicação sobre o que constitui a força dessa expressão, é preciso, portanto, trazer à memória o contexto no qual ela surgiu e da qual traz inevitavelmente a marca.

Num período marcado pelo conservadorismo exacerbado do passado recente da nossa história política, incentivado pelo governo proporcionador do discurso de ódio contra os grupos vulneráveis que compõe a população LGBTQIA+; em outro momento 18 de novembro de 2022, presenciamos um aluno discutindo com um colega, pelo motivo deste ter lhes chamado de mulherzinha e ter passado a mão em suas partes íntimas sem a devida permissão, por sua vez, o atingido ameaçou comunicar a direção, o provocador do incidente, retrucou dizendo: “vai veado, dizer a ele”, fatos esses ocorridos no turno da manhã.

Com isso, fica claro, segundo Fernando Seffner, que:

[...] na escola, o perigo é ser chamado de mulher ou de veado, é permitir que lhe passem a mão na bunda e vir a gostar disso. Um homem não pode experimentar nenhuma possibilidade erótica que lhe pareça feminina – tal como se deixar acariciar na bunda, permitir-se rebolar as ancas, tocar outro homem, pois essa atitude pode ser a primeira de uma série que ao final lhe compromete irremediavelmente a masculinidade (Seffner, 2016, p. 189).

Assim, entendemos ser a escola um espaço proporcionador para veiculação de práticas preconceituosas diversas, inclusive, contra a comunidade sexualmente dissidente e em estado de vulnerabilidade, por ser um emaranhado híbrido e vozes que se permeiam, misturam-se e multiplicam-se.

Ainda sobre as visitas, quando realizada no horário da tarde 16 de março de 2023, aconteceu três alunas discutirem entre si, aparentemente por motivos de ciúmes, uma vez, duas delas estarem se beijando no banheiro feminino quando foram flagradas por uma terceira, logo, formou-se a confusão, nesse interim as duas que se beijavam receberam a alcunha de “sapatão”, ou seja, nas respectivas passagens, ficou claro não existir naquele ambiente relação de cordialidade e respeito entre os chamados “normais” e os denominados “diferentes” sexualmente.

Com relação a discussão ocorrida entre os dois alunos e as três alunas, quando colocada à problemática do preconceito sexual informalmente no grupo dos professores 17 de agosto de 2023, de forma unânime e imediata, mencionou não existir na escola problemas quanto à questão levantada, as presentes narrativas foram entendidas apenas como brincadeiras de intervalo, portanto, educadores e educandos já estão acostumados com possíveis acontecimentos. Quanto a expressão usada contra o aluno na saída da diretoria, achamos por bem omitir aos professores, pois não ia alterar muita coisa.

Cabe frisar, que os fatos narrados anteriormente, não podem ser analisados do ponto de vista exclusivo da escola Salvino, mas entendido como uma realidade da escola brasileira, que ainda se encontra distante de viver pacificamente e livre de preconceito contra os grupos dissidentes sexualmente.

Dessa forma, a escola, tida como um espaço fundamental no processo de socialização e de construções de vínculos, revela seu lado mais perverso (Bento, 2008, p. 174), oferece um portal para um outro mundo, seja para a compreensão de certos casos que serão contados, seja para a contribuição que dá a nós mesmos, da nossa percepção enquanto sujeitos (Maior, 2023, p. 358).

Estas passagens são típicas de escolas conservadoras, ou seja, ignora ou desconsidera a questão da sexualidade que circula em suas entranhas, não se posicionando para tentar resolver o problema e ajudar os esquecidos do mundo, ou seja, a sexualidade é um dispositivo histórico constituído de acordo com os valores de cada época e de cada civilização (Foucault, 1988, p. 100), mas infelizmente, as escolas silenciam essa temática através de vários dispositivos administrativos perversos de controle, por que não dizer, também preconceituosos.

Sendo assim, as práticas relacionais e educacionais adotadas pela instituição não podem ser consideradas democráticas, pois não dialogam com as diferenças. Apesar de serem atravessada por estas, a escola continua fingindo não ter visto ou não quer se responsabilizar usando, como instrumento o silêncio tácito.

Desta forma, pareceu-nos que os professores não estão preparados para lidar com o problema do preconceito contra a diversidade sexual e questões de gênero, tampouco os alunos estão sendo preparados para deixar de ser preconceituosos, conforme ficou constatado quando do eventual encontro realizado entre o professor autor dessa pesquisa e grupo de alunos das séries finais do Ensino Fundamental da escola.

Figura 3 - Roda de conversas entre pesquisador e grupo de alunos (as) do 8º e 9º anos da escola.



Fonte: acervo pessoal.

No geral, embora a escola em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento Interno da Escola (RIE), apresentem proposta pedagógica bem definida, os professores parecem possuir autonomia para ensinar o que quiser, porém deixam transparecer certo comodismo, falta de compromisso e preocupação em melhorar o trabalho pedagógico para que possa refletir na melhoria do ensino e aprendizagem dos alunos, apesar do bom material pedagógico disponível, e oferecido pela Secretaria Municipal de Educação.

Contudo, nos respectivos documentos anteriormente citados, as questões sobre diversidade sexual e de gênero, também, combate ao preconceito contra os grupos LGBTQIA+ no ambiente dessa escola não são enfaticamente destacados, mas feitos apenas superficialmente, sem repercussão na comunidade escolar como um todo.

Para tanto, é preciso que professores e alunos se ocupem deste espaço enquanto encontro de sujeitos sociais, para nele vislumbrarmos algumas respostas a inquietações que nos colocam a sala de aula nem sempre tardia, tampouco presente, mas sugestões de alterações constantes no processo de ensino aprendizagem.

Nesse contexto, professores e alunos fazem parte de uma manobra em que se tornam aprendizes em espaço de evolução diferentes. Espaço esse, em que os estudos sobre diversidade sexual não podem deixar de se fazer presente, pois estes circundam a sociedade como um todo e, nesse processo, o papel da escola deve ser preponderante por tratar-se de interesse da sociedade.

Assim, durante o andamento da pesquisa, percebemos que estamos numa encruzilhada no nosso modelo de pensar o mundo e nele habitar, pois a pandemia da COVID-19 deixou marcas profundas em nossa forma de viver. Seria absolutamente tolo imaginar que no entrecruzamento das crises, a escola não estaria implicada.

Sendo assim, uma proposta inovadora não ocorrerá só pela redefinição das formas de relação entre professores/as, educandos, e o conhecimento. E como nossa forma de ler o mundo, as gentes e suas relações são constitutivas daquilo que somos e queremos ser, essa problemática será consequentemente atingida, pois terá profundas relações com as novas formas dos conhecimentos e aprendizagem.

Uma coisa é certa, na crise, gesta-se o novo. Como pensar o novo para problemas antigos? O aluno é o agente principal da educação, logo, tem de ser visto de acordo com suas particularidades individuais, e a interação com eles tem de acompanhar suas necessidades básicas, do contrário, não haveria necessidade de escola.

Para que o improvável aconteça, qualquer pedagogia radical precisa insistir em que a presença de todos seja reconhecida. E, não basta simplesmente, afirmar essa insistência. É preciso demonstrá-la por meio de práticas pedagógicas.

Afinal de contas, sem ancorar em generalização, acreditamos não é de agora, mas a educação brasileira está atravessando uma grave crise. Em geral, número considerável dos alunos apresentam-se desinteressados e parte dos professores estão desmotivados em virtude da falta de reconhecimento financeiro, social e medo da violência.

Acontece, porém, o pesquisador por si só não resolverá os problemas observáveis no ambiente dessa escola. Pode ajudar através de sugestões e práticas educativas inovadoras, uma vez, naquele ambiente de pesquisa, ser necessário o mesmo se despir das paixões e de tudo o quanto lhes apegam ao local e temática. Ele é um observador que se alimenta de minúcias para detectar o problema do preconceito contra a diversidade sexual e, se possível apresentar soluções.

Para tanto, tratando ainda sobre as visitas, em determinado dia, ou seja, 18 de abril de 2023 após o intervalo observamos quando a campainha tocou, parecia que nem educandos

tampouco professores escutaram o toque, pois o ambiente continuou o mesmo - corre-corre de alunos, gritos, empurrões, xingamentos preconceituosos, etc.

Somente quando os professores decidiram retornar às respectivas salas de aula alguns minutos depois, foi possível verificarmos o retorno da normalidade na escola, ou seja, nesse aspecto, respectivos profissionais poderiam ajudar consideravelmente na questão da disciplina naquele ambiente, pois profissionais atentos evitam predito desconforto, principalmente quando da presença de visitas.

Nesse sentido, essa desatenção por parte dos professores revelou não existir, naquele ambiente, sentimento colaborativo tampouco comprometido com a organização da escola, conforme previsto no PPP e RIE, recaindo dessa forma, a responsabilidade da disciplina sob a direção que se sente sobrecarregada de tarefas.

A partir de então, em conversas avulsas e informais com dois professores de áreas de conhecimentos diferentes e fora do ambiente escolar 15 de maio de 2023, indagados sobre a temática desta pesquisa, eles afirmaram não existir trabalhos pedagógicos naquele ambiente com o propósito de debater e trabalhar sobre diversidade sexual e de gênero, inclusive, ficaram surpresos com nossa proposta incentivando a pesquisa, porém fizeram um ar de riso demonstrando tratar-se de tema desconhecido que não desperta o interesse deles, ou seja, daquilo que não se pode falar deve-se calar.

Portanto, torna-se constrangedora a situação. Primeiramente, a escola precisa de disciplina, também de convivência sadia e propícia à aprendizagem, que é sua essência. Disciplina, contudo, tem que ser aquela consentida e compreendida, ao passo que a aprendizagem tem que ser livre e prazerosa, que provoque felicidade advinda de uma boa relação professor-aluno. Conquanto, tema dessa envergadura não deve jamais ficar de fora da preocupação escolar como entidade pública e democrática responsável pela formação de pessoas.

Por esse motivo, procurando nos aproximar ainda mais da realidade escolar em 16 de maio de 2023, achamos por bem, averiguar planejamentos e cadernos das disciplinas de história e ciências biológicas dos educandos matriculados nas séries finais 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, séries exclusivas com qual estamos trabalhando.

Com referência à disciplina de História, quando do turno da manhã, observamos latente conservadorismo com relação a questão da diversidade sexual e de gênero, pois não existe registro no material de planejamento anual tampouco nos cadernos dos educandos, com relação à temática proposta nesta pesquisa.

Ainda, os exercícios registrados nos cadernos não tratam sobre a questão, e também não trabalham a possibilidade crítica que ofereça aos estudantes, questionamentos provocadores de mudanças necessárias e significativas para o enfrentamento das múltiplas problemáticas sobre sexualidade e gênero na contemporaneidade.

Por exemplo, sobre a questão da homossexualidade, respectiva temática passa despercebida pela disciplina, que deveria trabalhar conceitos específicos, através de abordagens provocativas para a construção e formação da consciência crítica dos jovens e adolescentes, conviventes em meios atravessados pela diferença.

Quanto a disciplina de ciências biológicas, na visita do dia 17 de agosto de 2023, verificamos que os registros no material de planejamento e cadernos dos educandos mostram tratar-se de abordagens não mais condizentes a faixa etária, tampouco ao nível de escolaridade dos educandos, pois as questões sobre sexualidade humana estão inseridas num contexto de temas específico sobre o conhecimento do corpo, ou seja, anatomia, diferenças entre os órgãos sexuais masculino e feminino, higiene, uso de camisinha, cuidados com a gravidez fora da hora e com a proliferação das infecções sexualmente transmissíveis (IST's), e os métodos contraceptivos, mas a homossexualidade é esquecida.

Sendo assim, faz bem frisar, não existe prática sem teoria e vice-versa. Sendo fundamental que os planejamentos possuam bom referencial teórico, e que sejam didáticos e metodologicamente bem planejados, pois é esse nível de conhecimento por parte dos mediadores que garante o envolvimento dos educandos e da comunidade escolar.

Com relação ao turno da tarde, observamos mudanças significativas, apesar das respectivas disciplinas serem ministradas por outras professoras nas mesmas séries 8º e 9º ano.

Num primeiro momento, 13 de setembro de 2023, procuramos observar o material de planejamento, e os registros da disciplina de História realizados nos cadernos dos educandos, para podermos nos embasar sobre quais tipos de abordagens são levadas em consideração pela professora com relação a temática da diversidade sexual e de gênero, e quanto ao combate do preconceito.

Imediatamente, percebemos existir mudanças quanto a postura pedagógica, ou seja, os conceitos são bem apresentados e discutidos, as questões sobre as comunidades LGBTQIA+ estão elencadas de forma aberta oferecendo espaços para crítica, levantamento de questões e participação, pareceu-nos ser aquele tipo de aula participativa e engajada, quando existe espaço para discussão coletiva e criação do saber crítico emancipatório.

Por exemplo, tivemos a oportunidade de participar da aula de história em 11 de abril de 2023, quando o tema abordado foi a importância sobre a comemoração do dia 21 de abril. Em

todo o momento da explanação a professora se referiu aos povos originários de forma contundente e crítica, oferecendo espaços para múltiplas, interessantes e proveitosas discussões, conforme nosso entendimento.

Cabe-nos ressaltar, respectiva professora é mestra em História, mestrado profissional pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, campus Campina Grande – PB.

Com relação a disciplina de ciências biológicas, também apresentou significativas mudanças quanto ao planejamento e registros nos cadernos de exercícios dos educandos, observado quando da visita do dia 14 de setembro de 2023, pois as questões envolta das sexualidades pareceu-nos ser abordadas de forma mais crítica e objetiva, não havendo aquela preocupação em omitir-se da discussão com relação a temática da sexualidade, diversidade e combate ao preconceito.

Embora acontecendo de forma preliminar, a problemática da diversidade sexual faz-se presente, principalmente a homossexualidade, motivo pelo qual, reforça nossa colocação, quando abordamos em páginas anteriores a questão sobre os professores estarem “livres” para ensinar o que quiserem. Todavia, cabe-nos frisar, em ambas as disciplinas, estão presentes questões em volta das sexualidades dissidentes.

Com relação ao que foi discutido anteriormente, é importante frisar, portanto a professora de História do turno matutino faz parte da religião Testemunhas de Jeová, enquanto a do turno da tarde alega não se identificar com nenhuma religião, mas acredita em Deus.

Posta as devidas alegações, não nos cabe aqui levantarmos discussão religiosa, porém acreditamos que referidas características, possam interferir na maneira diversificada de ensinar e posicionar-se como profissional da área de educação.

Por sua vez, as professoras de ciências biológicas dos respectivos horários possuem Licenciatura em Biologia, acontece, porém a professora do horário da tarde pareceu-nos mais atenta quanto aos problemas sexuais dessa época, procurando sempre estar em processo de aperfeiçoamento profissional, inclusive preparando-se para submeter-se a seleção de mestrado profissional nessa área na Universidade de Pernambuco - UPE, *campus* de Nazaré da Mata - PE.

Assim, compactuamos com a ideia, na qual, o ensino escolarizado das ciências biológicas e de história, não devem acomodar-se ao desenvolvimento de práticas voltadas para fazer exercícios e responder questionários fechados sem espaço para críticas sobre determinados conteúdos, mas também envolver-se na construção de uma cultura participativa e emancipadora, contribuindo para que o educando adquira noções básicas e sólidas sobre o que respectivas disciplinas podem produzir, quais seus objetivos de estudo, como elas

desenvolvem-se historicamente, e como relacionam-se com o mundo moderno na órbita das esferas social, econômica e política, pois o princípio da história única é um perigo.

Acontece, porém essa forma ampliada nos objetivos do ensino dessas disciplinas pode contribuir para uma formação reflexiva e cidadã, conforme estabelece os documentos oficiais, sendo a BNCC um deles, ou seja, o documento não deixa claro a proposta de progressão da aprendizagem, com as habilidades sendo desenvolvidas ano a ano, com grau crescente de complexidade e o letramento científico desenvolvido em todo o Ensino Fundamental.

Quanto ao ensino de História, o documento anteriormente citado, não estimula ações nas quais educadores e educandos sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

Não propondo assim, o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, coisas, saberes, etc., pois a narrativa da história só faz sentido quando incide concreta e decisivamente no presente.

Entretanto, com referência a educação escolar, o centro da disciplina não pode ser simplesmente o de “passar” conteúdos, pois estes categoricamente não podem ser passados. Assim, é preciso supor a necessária interpretação, uma vez, frente a qualquer objeto simbólico somos levados a interpretar o que este objeto significa para podermos tomar posições claras e objetivas.

Portanto, ao trazer essas questões, do ponto de vista metodológico no trabalho com textos, por exemplo, o docente pode ajudar quanto as condições de produção da leitura do educando, por sua vez, proporcionando-lhe a construção de sua história e leituras, significados e interpretações, instaurando, quando e se necessário, relações intertextuais.

Ainda, quando analisar documentos históricos procurar discussões acerca dos contextos culturais de produção dos mesmos, destacando perspectivas intelectuais, relações políticas, inserções sociais, práticas e métodos científicos, também outros mecanismos relacionados a disciplina.

Enfim, análises e discussões que facilitem uma educação conceitual, reflexível, transformadora e se possível construtora de novos paradigmas e realidades, pois os acontecimentos e os processos históricos estão sempre carregados de ambiguidades e virtualidades incontroláveis.

Obstantes a este contexto, quando das visitas ao palco dessa pesquisa, não presenciamos em seu ambiente qualquer discussão envolta da BNCC, tampouco sua efetivação no contexto da prática, pareceu passar despercebido pelos profissionais que compõem aquele espaço do saber.

Não causa estranheza, mas o respectivo documento trata também sobre questões relativas ao currículo, portanto é importante destacar que ao se falar de currículo estamos tratando de *artefato* social e cultural, logo está envolto em complexas relações de poder, conforme nos ensinam os pesquisadores dessa área no Brasil Tomaz Tadeu da Silva e Antônio Flávio Moreira.

Assim, trabalhar currículo é enveredar sobre um território em disputa. Nesse sentido, para entender a BNCC faz-se necessário compreender a partir de qual perspectiva estamos olhando para essa política curricular, pois currículo abarca contestações, paixões, divisões, mudança e/ou manutenção nas disciplinas escolares e seus assuntos demonstram isso.

Nessa perspectiva, e procurando resumir as várias possibilidades possíveis, de forma didática, é possível afirmar que a BNCC é um documento que disputa narrativas no contexto político e educacional brasileiro. Portanto, existindo grupos favoráveis e contrários à sua aprovação e implementação até hoje.

No entanto, compreender essas posições é mais complexo do que pode parecer, pois os motivos apresentados para a defesa do documento, por alguns, são os mesmos que causam a discordância de outros. Ainda, entre aqueles que são favoráveis, os argumentos de defesa são totalmente diferentes. O mesmo acontecendo entre os contrários.

Diante desse embate, é importante destacar a narrativa de que a BNCC permite um currículo único para todas as escolas brasileiras, ganhou força por indicar a garantia na qual, todos teriam acesso a um currículo mínimo que abarcaria o acesso aos conhecimentos para todos. No entanto, no campo teórico, as ideias de currículo mínimo e de currículo único são problematizadas desde meados dos anos 1990.

Sendo assim, paralelo à nova realidade, as análises indicam que, na prática a efetivação sobre políticas dessa natureza, em vez de contribuir com a justiça curricular de acesso aos conhecimentos, terminam reforçando um modelo dual de educação para o país, ou seja, um modelo de escola para os filhos da elite e outro modelo para os filhos da classe trabalhadora, consequentemente sempre mais prejudicada.

Contudo, este artefato, não pretende levantar qualquer discussão sobre currículo, mas mostrar a ausência nessa escola sobre a problemática envolta da BNCC, instrumento político que pode ajudar no trabalho discursivo para melhoria do ensino, apesar das contradições.

Voltando a questão sobre a análise dos documentos por parte dos educandos, a partir dessa nova visibilidade, percebemos a necessidade de incentivar e investir no processo de formação continuada para professores, pois a mesma pode ajudar com novas perspectivas e preparação para o enfrentamento das diversas problemáticas que chegam a escolada da

contemporaneidade sem pedir licença, inclusive, o combate ao preconceito contra as diversas formas de sexualidades.

Assim, a universidade instituição política e propulsora de mudanças, convêm preparar-se para atender a demanda que a sociedade espera e exige quanto ao processo de formação de professores, que deve pautar-se numa prática reflexiva para inovação, cooperação e crítica.

Nessa perspectiva, o professor que esteja envolto dessa nova modalidade de ensino, não pode deixar de acreditar na educação escolar como sendo caminho propício para a construção de uma sociedade aberta e apta ao diálogo, combata o preconceito contra a diversidade sexual.

No entanto, essa transformação pela qual esperamos passa pelo professor que nessa época de mudanças estruturais precisa melhor se preparar para enfrentar os desafios e contradições vislumbradas. Porém, vale lembrar, a crença no poder que esse profissional possui como transformador através da educação acaba por alimentar e fortalecer as ideologias que justificam e dissimulam as próprias condições de vida que pretendem transformar. Essa atitude leva-os a reforçar paradoxalmente, aquilo que desejam enfraquecer.

Assim, para entendermos melhor respectivo processo de formação, mais do que doutrinação, trata-se de análise, de compreensão do que está em jogo. A maioria dos professores são possuidores de conhecimentos preliminares, sobre a história do sistema educativo e/ou não tem nenhuma visão crítica das desigualdades sociais e dos métodos que as perpetuam.

Por isso, deve-se considerar na formação permanente dos professores, o momento oportuno para trabalhar a reflexão crítica sobre a prática, pois é pensando a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática (Freire, 1996, p. 39), caso contrário, o objetivo dessa formação perde o sentido, pois o processo de educar, devido à múltiplas razões (como a rapidez na produção de conhecimento, a provisoriade das verdades construídas no saber científico e, principalmente, da facilidade de acesso a grande variedade de informação) deixou de ser baseado na simples transmissão de conhecimento, pois aquela educação baseada na suposição do método bancário tão questionado por Paulo Freire já não atende as necessidades e perspectivas desse novo tempo.

Deste modo, essa política de formação, deve consistir numa postura reflexiva, de construção de novos valores e quebra de paradigmas, mudanças de estruturas que até determinado tempo pareciam intocáveis, unificadas e imutáveis, ou seja, a formação de professores reflexivos compreende um projeto humano emancipatório (Pimenta, 1999, p. 31), o que significa essa postura implica em posições político-educacionais comprometida com a prática social libertadora.

A importância para isso, segundo Pimenta (1999), é educá-los como intelectuais críticos capazes de ratificar e praticar o discurso da liberdade e da democracia. Pois, vivemos uma época interessante e desafiadora em que tabus e preconceitos vão sendo substituídos pela necessidade do respeito e solidariedade. Assim, novos valores firmam-se sob a perspectiva de oferecer tempos melhores para nossos jovens independentemente de sua condição sexual.

Dessa forma, é preciso tratar as questões referentes às diferenças e desigualdades de gênero, e preconceito contra os grupos LGBTQIA+ com a importância devida, pois essa temática deve perpassar o planejamento escolar, adentrar reuniões pedagógicas e pautar materiais que sirvam de orientação para os professores e demais educadores, do contrário, o problema permanecerá.

Envolto dessa problemática e, conforme o Projeto Político Pedagógico da escola, em 2022 foi realizada I Feira de Práticas Interdisciplinares – FEPRAIN, ocasião em que foram discutidos temas diversos, inclusive, questões sobre sexualidade.

Em virtude dos bons resultados alcançados e a repercussão na mudança de comportamento dos educandos no ambiente da escola, durante o ano letivo de 2023 foi realizado o segundo evento no mês de novembro.

Ainda obedecendo a Instrução Normativa nº 0001/2023, da Secretaria Municipal de Educação o calendário e planejamento de atividades da escola para 2023 foram realizados estudos e discussões sobre o racismo dentro e fora dos campos de futebol: um estudo de gênero a partir de notícias e artigo de opinião; palestra sobre o dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes ministrada pela psicóloga da escola e médico dos quadros profissional do município; seminário em comemoração ao dia Internacional da Mulher – tema: a importância da mulher na sociedade capitalista, história de luta pela efetivação dos seus direitos sob responsabilidade da professora de história das séries finais do Ensino Fundamental; ciclo de palestras: o corpo humano em evidência: cuidados básicos e preventivos sobre doenças sexualmente transmissíveis, realização professora de ciências e psicóloga da escola, médico e enfermeira dos quadros profissionais do município.

Contudo, a discussão sobre diversidade sexual e de gênero e as problemáticas da população LGBTQIA+ não foram tratados segundo informações de alguns professores, tampouco estão inseridos nos documentos PPP e RIE, para serem trabalhados por essa comunidade escolar, conforme já observado quando das análises dos mesmos.

Apesar da realização das respectivas atividades, não existe nos arquivos da escola prova documental, ou seja, ata ou lista de presença registrando a participação de professores, alunos e comunidade em geral, também minuta de projeto específico para cada atividade realizada.

Tudo acontece de forma aleatória e as devidas comprovações só foram possíveis através dos grupos de *WhatsApp*, *Facebook*, *Messenger*, *Instagram* e informações adquiridas através de conversas informais com professores e alguns alunos da escola.

Apesar da inexistência de arquivo físico e digital com dados da administração anterior, conforme alegado pela atual administração escolar, a ausência de documentos que embasem a pesquisa, a partir dessas atividades realizadas, percebe-se que os estudos de gênero no Brasil não têm operado em um horizonte que valoriza a defesa da diversidade, dos direitos fundamentais, devidamente consagrados pela *Constituição Federal de 1988*, em especial a dignidade da pessoa humana, a cidadania, o respeito e a paz entre os diferentes e desiguais, não sendo justo, portanto, a escola se redimir do debate, excluir de sua agenda.

Além disto, o respeito ao outro, constitui uma modalidade como ponto de partida desta nova visão da vida em sociedade, pois enquanto a religião exige que amemos uns aos outros, a compreensão dos direitos humanos impõe que cada um respeite os demais.

A partir do enunciado acima, observamos que amar o outro não é estabelecer obrigação, pois respectivo sentimento não nasce da imposição e sim da aproximação e do respeito. Respeitar o outro, sim, constitui-se como dever do cidadão, seja entre qualquer comunidade humana.

Portanto, queremos e acreditamos numa escola viva e participativa, onde todos que ali se encontram possam discutir e construir soluções para tudo aquilo que lhes incomoda e inquieta, possam sonhar, realizar sonhos e se possível construir um amanhã melhor, impedindo que se estabeleça a prática do discurso único de base heterossexual, patriarcal e contraditório.

Dessa forma, o que se pretende é uma implementação do conhecimento livre aos moldes de Paulo Freire: “A educação como prática da liberdade”. Da construção de um mundo melhor e possível, onde conhecer é ter acesso à informação para refleti-la e, se possível, transformá-la em um bem universal, na qual todos possam de forma livre, gratuita e desembaraçada, usufruir dos seus benefícios, que são imensuráveis.

Daí, a necessidade de trabalharmos, a partir do próximo subitem, os sujeitos descentrados que na escola circulam sob a perspectiva do olhar diverso e plural na contemporaneidade recheada de contradições.

4.2 Um mundo de sujeitos descentrados

É doloroso, mas é necessário reconhecermos que o mundo mudou, atravessa tempos confusos e perturbadores, sem respostas concretas e satisfatória para tantas indagações. Sendo

assim, na modernidade líquida, a educação deve preparar os indivíduos para enfrentar essas mudanças, oferecendo ferramentas que possam possibilitar aos diversos sujeitos navegarem em um mundo de incertezas e transformações rápidas, fluidez, falta de confiança, efemeridade das relações sociais, etc.

Assim, os professores da escola Salvino João Pereira, precisam conhecer sobre o termo descentramento, uma vez, o mesmo provoca a deixarem de ser apenas especialistas de disciplinas escolares para tornarem-se intelectuais privados e públicos, compreendendo a autorreflexão, a intelectualidade, a interdisciplinaridade como saberes variados, inseparáveis e necessários, pois em educação a criatividade é tão importante quanto competência para os testes avaliativos.

Dessa forma, é fundamental que essa escola possa oferecer-se a serviço dos legítimos interesses dos direitos humanos fundamentais, ao efetivo serviço da não discriminação, da tolerância, da liberdade como não interferência arbitrária e da igualdade material, como princípios básicos que possam assegurar a grandeza do respeito incondicional da decência da pessoa humana, pois nesse ambiente constituído por pessoas descentradas, diferentes, existe segmentos de mundos possíveis que ainda não conhecemos, sendo a respectiva escola, umas dessas possibilidades.

Portanto, sendo fundamental perceber que não vivemos num espaço homogêneo e vazio, mas, num espaço heterogêneo em que determinado conjunto de relações definidora dessas disponibilidades não podem reduzir umas em relação às outras, portanto não submetidos de sobreposição.

Ao mesmo tempo, o sujeito/identidade(s) de hoje, que podemos denominar de sujeito contemporâneo, é um sujeito com olhar plural e diverso, diferente do sujeito existente na modernidade, daí a necessidade de olharmos para esta realidade de maneira mais ampla num período conhecido por características de *deslocamentos e descentramentos*.

E por que isto acontece? Em virtude do ser humano receber pressão de diversas forças que o aproxima de discussão e de conceitos de múltiplas espécies e sequer percebemos, por estarmos comprometidos com uma forma de entendimento vinda do passado quando não dialogávamos com a realidade presente de forma plural e múltipla.

Assim, o termo “descentramento” foi utilizado por Stuart Hall em seu livro *Identidade Cultural na pós-modernidade*. Com ele, o autor refere-se ao modo como o sujeito vem sendo conceitualizado no pensamento contemporâneo.

Meu objetivo é traçar os estágios através dos quais uma versão particular do “sujeito humano” – com certas capacidades humanas fixas e um sentimento estável de sua própria identidade e lugar na ordem das coisas – emergiu pela primeira vez na idade moderna; como ele se tornou “centrado”, nos discursos e práticas que moldaram as sociedades modernas; como adquiriu uma definição mais sociológica ou interativa; e como ele está sendo “descentrado” na modernidade tardia. (Hall, 2011, p. 23)

Como resultado, “Descentramento” é termo do qual nos valem como perspectiva para demonstrar um sentido diferenciado daquele apontado por Hall. Diferente, pois nossa preocupação é elaborar um trabalho que indique a possibilidade de estudos que não iniciem pelo centro histórico hegemônico (as “grandes cidades”, os “conhecidos” catedráticos, os textos didáticos “clássicos”), mas sua periferia e seus atores anônimos, ou seja, os invisíveis.

Periferia e centro participando dessa engrenagem em processo de interação. A intenção, portanto, não é negar a importância desses centros, mas possibilitar visibilidade aos esquecidos do mundo que têm sido negligenciados quase sempre pelos estudos históricos e, especificamente, sobre temáticas que versam sobre diversidade sexual e de gênero, conforme ficou demonstrado na prática educativa dos professores de história e ciências da escola Salvino João Pereira.

Semelhante ao que pensa Hall, propomos assumir o sujeito essencialmente fragmentado, nos negando a ver professor/a, aluno/a, periferia e centro a partir de formas intocáveis e/ou definitivamente sólidas. Ora, cada indivíduo é constituído de várias identidades, colocando-se dessa maneira no mundo igual: “um que é vários”. Acontecendo, assim, a fragmentação, que lhe é peculiar.

Sendo assim, verificando que as potencialidades dos sujeitos se efetivam e são formadas a partir de vários olhares que a percebem, tornando-se multifocal e dinamicamente aceita em perspectiva. Por isso, hoje é muito discutido a questão da identidade no ambiente escolar, porém ainda não temos definitivamente a configuração deste sujeito/identidade(s).

Segundo Hall (2011), tratar sobre o conceito de identidade ainda é complexo, pois as identidades contemporâneas estão sendo descentradas, deslocadas ou fragmentadas, dando ênfase a três concepções de identidades: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo é dotado de razão, unificado e centrado; o sujeito sociológico se coloca no mundo moderno e se organiza na interação com a sociedade; e o sujeito pós-moderno não tem identidade fixa ou permanente.

A partir de tal entendimento, Hall (2011), fala de certos descentramentos: o primeiro se refere às tradições do pensamento marxista que deslocara qualquer visão de essência individual.

Althusser (1974) retoma o pensamento de Marx colocando noções de relações sociais para o modo de produção, destituindo a noção abstrata de homem central de seu sistema teórico, diga-se de passagem, colocando dessa maneira, duas posições vitais: essência universal de homem; essência característica do indivíduo singular, o qual é seu sujeito real.

O segundo descentramento tem a ver com a descoberta do inconsciente por Freud. Segundo Hall (2011), essa descoberta vai acabar com o conceito de sujeito cognoscente e racional, movido de uma identidade fixa e unificada. Não sendo possível, portanto, falar de identidade como algo pronto, definido e acabado. Ele nasce pela falta de integridade que vai ser preenchida por formas que imaginamos outros possam ver.

Considerando tal direcionamento Hall (2011) destaca que o terceiro descentramento se refere ao pensamento de Saussure, pois o mesmo expõe que nos posicionamos apenas no interior das regras da língua e dos sistemas de significado de nossa cultura, uma vez, que a língua é um sistema social, logo, preexistindo a nós.

O quarto descentramento, segundo Hall (2011), relaciona-se ao francês Michel Foucault, quando mexe com o instituído, com aquilo que se tinha por fixo, certo e historicamente construído por quem sempre possui o poder. Sendo assim, ele pensa o poder através de uma realização efetiva, sem necessidade de se preocupar com oposição, embora, acabe criando uma crítica teórica. Assim, Foucault destrói o conceito de identidades abertas e acabadas.

O quinto descentramento, conforme Hall (2011, p. 44), porta-se ao “feminismo, tanto como crítica quanto como movimento social”. Com destaque para alguns movimentos sociais que surgem nos anos 1960. Movimentos esses contrários a toda forma de política instalada tanto pelo regime capitalista quanto comunista, pois recorriam para a identidade social de seus sustentadores, portanto, o feminismo às mulheres, as lutas raciais aos negros, e assim por diante.

Desse modo, constituiu-se o nascimento de uma política de identidade, isto é, uma identidade para cada movimento. Assim, as teorias pós-estruturalista declaram que a finalidade das ciências humanas não se restringe na compreensão ou na construção do ser humano, mas na sua dissolução. Afirmam ainda, que a realidade humana é uma construção social e a própria consciência é descentralizada.

Dessa forma, não fazer parte de um determinado grupo e/ou, não pertencer a ele na atual estrutura social, transforma-se em constrangimento e dificuldades relacionais no ambiente escolar, pois, alunos e professores que não fazem parte das regras estabelecidas por esse novo conglomerado, provavelmente, vão enfrentar situações hostis igual desrespeito e falta de direito quando da exposição de suas opiniões nesse espaço.

Dessa tensão resulta a sensação da falta de lugar, a sensação de um eterno descentramento. *Des-centrados*, a ocupar um espaço que não era seu, e que não pode também ser seu enquanto não *re-situar* o sentido da sua presença e do encontro que ela acontece do contato com o outro, em determinado espaço ainda não familiarizado.

Estes descentramentos, juntos com outras teorias desenvolvidas ao longo de todo esse percurso histórico ajudaram para compreensão das mudanças conceituais sobre o sujeito, visto anteriormente como identidade fixa e estável. Este mesmo sujeito que, após isso, apresenta-se de forma descentrada.

Assim, tais entrelaçamentos no contexto escolar, ocorre a partir da mudança de identidade, logo para que haja uma aceitação daquele sujeito que outrora apresentava determinado comportamento num determinado lugar, ao deparar-se com nova situação precisa adequar-se ao novo ambiente, pois os indivíduos nele existente agem de forma diferente. Essa dinâmica acontece com os alunos recém-chegados a escola Salvino João Pereira, principalmente, aqueles oriundos da Vila Ibiranga, distrito de Itambé- PE, e demais circunscrição do município de Juripiranga – PB, bairros afastados do centro e vindos da zona rural, pois os traços culturais não desapega-se dos indivíduos mesmo em tempo e espaços diferentes, uma vez, diferenças culturais significativas nunca são objetivamente dadas nem podem ser objetivamente apagadas e/ou estabilizadas.

Observamos assim, que Hall propõe o estabelecimento de identidades, porém sempre referindo-se a sujeitos, sugerindo que este constitui-se a procura e/ou a partir de uma identidade anteriormente dada, restando a pergunta: quem estabelece essas identidades?

Para tanto, respectiva resposta à título inicial encontra amparo no poder disciplinar, proposto por Foucault, que, na visão de Hall, preocupa-se com regulação e vigilância através de níveis diferentes: inicialmente, com o governo da espécie humana e/ou de aglomerados humanos inteiros, depois, com o governo do indivíduo e do corpo.

Diante de tal situação, aspecto que merece ser lembrado, a Escola Salvino João Pereira é um ambiente formado por vários tipos de pessoas, portanto variadas identidades. Sendo necessário que, os seus frequentadores (professores, alunos e funcionários), se reconheçam neste novo espaço e assumam um modelo de identidade que seja condizente ao estabelecido pelo grupo, sob a perspectiva de ser aceito, do contrário, estabelece-se um ambiente escolar conflitante.

Dessa forma, a identidade é formada por um conjunto de regras de disciplinamento seja da sociedade, seja do indivíduo, seja do corpo. Porém quem disciplina? A resposta possível pode estar vinculada, *as relações de poder*. Portanto, parece-nos que Hall entende essas

relações de poder vindas de estrutura social própria, ou seja, com destaque na descontinuidade, fragmentação, ruptura e deslocamento. Diz ainda: “A identidade cultural particular com a qual estou preocupado é identidade nacional” (Hall, 2011, p. 47).

Nesse sentido, para Hall o descentramento do sujeito acontece no interior do agrupamento social e não no indivíduo, ou seja, acompanhar esse raciocínio abre espaço para contradição com o que propomos, uma vez, acompanhando Bauman (2005), os “agrupamentos sociais” se tornam cada vez mais liquefeitos, voláteis e virtuais, estruturas ficcionais.

Assim, os sujeitos do não-lugar (professores, alunos e funcionários) da escola Salvino João Pereira, caracterizam-se mais com um ambiente ao invés de uma localidade espacialmente delimitada. Ambiente ao mesmo tempo que pressupõe abrigo, movimento interno, saída e chegada.

Dessa forma, as dificuldades da escola Salvino João Pereira, consiste em não saber, tampouco estar preparada para dialogar com esses novos agentes que pelo seu espaço circulam, constituídos de identidades diversas caracterizados por sujeitos descentrados, ou seja, esse sujeito que não possui identidade fixa em lugar nenhum, pelo motivo constitutivo da cultura multiforme, necessitando por sua vez, adaptação para convivência com a diferença, o plural, e, porque não dizer, com outras vozes sociais que sofrem constantes transformações por serem constituídas de diferentes realidades.

Isso nos leva a pensar, que a postura do professor da escola Salvino João Pereira, com relação ao aluno deve comportar aceitação livre de preconceito, pois sabemos que o impacto do contato entre aluno-professor, professor-aluno, aluno-aluno produz alterações em sua identidade. É visível, porém que para ambos e para as outras pessoas seu modo de relacionar-se, dialogar e suportar, era um e agora passa ser outro, ou seja, houve influência na relação de ambos os lados. Não que seja ruim a determinação deste novo modo de vida, mas dependerá do tipo de identidade que os protagonistas do contexto escolar assumirão.

Através dessas colocações, é possível entender que os sujeitos sociais sofrem constantes mudanças comportamentais, portanto, fragilizando sua identidade. Embora os processos educativos sejam formadores de identidades e não simplesmente mediadores, uma vez, a pedagogia visa além de formar indivíduos, lida diretamente com identidades e representações.

Perante essa realidade, alguns alunos matriculados nas séries finais do Ensino Fundamental da escola pesquisada, sentem-se não pertencentes ao contexto escolar que frequentam, por não conseguirem adaptar-se as ditas regras estabelecidas por professores, e demais grupos de alunos, chegando até mesmo a desistirem de estudar, por não se sentirem integrantes da sala de aula. Mas, nem sempre os professores estão aptos a perceberem que estas

atitudes não contribuem com a permanência destes estudantes na escola, seja ela de nível fundamental, médio ou universitário.

Assim convém ressaltar, tratar-se de um descentramento que antes permanecia encoberto, sob a luz do conhecimento. O que já existia guardado começa aparecer, o romper processual, que vai colocando-o no mundo, tornando-o capaz de se firmar perante outros eus, isso se chama sujeito contemporâneo, portanto, descentrado, muito estudado, mas ainda não compreendido na sua integralidade, sendo e tornando-se cada vez mais disperso e vulnerável não só no ambiente da nossa pesquisa, mas em diversos espaços sociais.

Dessa forma, devemos observar que esse sujeito faz parte do ambiente escolar atravessado pela diferença, podendo ser modificado de acordo com o tempo histórico. Assim é o sujeito contemporâneo, fruto de complexo jogo identitário determinado pela interpelação de lugares, portanto, imprescindível o seu estudo por fazer parte da escola ambiente que lida diretamente com seres humanos.

Conforme o exposto, é importante salientar, o agrupamento humano da escola Salvino João Pereira, concentra as definições que ancoram os sujeitos num sistema simbólico, que trabalha produzindo as diferenciações entre os mesmos, ou seja, essa forma de *des-localização* da cultura produz colocações com formas diferentes de saber, pensar, viver e acreditar.

Assim, esses sujeitos só podem ser entendidos a partir de um sistema de relação provisória e inconstante, pois este é fruto de tensões, disputas e interesses próprio da cultura, e tem sua existência marcada por essas modalidades de significados em lugares diversificados, sendo a escola um deles.

Estas ações dos indivíduos, ao serem questionados pelas representações, fazem com que o indivíduo assuma uma posição de sujeito, podendo ser entendido sua identidade, constituída pela existência da ambiguidade, da provisoriedade e da contradição, segundo Hall (2013, p.112) “apego temporário às posições de sujeitos”, ou seja, aquilo que podemos considerar, a cada momento, ocupa posição diversificada de sujeito particular, o pai de família, o motorista, o eletricista, o encanador, o estudante, etc. Dessa forma, a apropriação que cada sujeito faz dessas condições para si, passa ou ser assumida da identificação de sua identidade como prática envolvente do sujeito descentrado.

De maneira geral, para os teóricos pertencentes ao grupo dos pós-moderno chamados de pós-estruturalistas seus principais protagonistas (Michel Foucault, Jacques Derrida, para nomear apenas dois) o conceito de descentramento tem sido trabalhado de forma equivocada, ou seja, igual sinônimo de fragmentação, inclusive Stuart Hall sendo defensor.

A rigor, seria a condição universal da constituição subjetiva, enquanto a fragmentação, essa sim, uma característica do fenômeno pós-moderno. Sendo assim, entendemos como pares antiéticos e inversamente proporcionais, o descentramento perde força, desestabiliza-se quando a fragmentação predomina.

Reporta-nos, portanto, serem essas características sintomas da ausência de descentramento com a predominância do imaginário sobre o simbólico, do indivíduo sobre o sujeito, assim dos significantes adquirindo condição de realidade sobre a pluralidade de significados. Assim, os termos de descentramento e fragmentação são entendidos, por vezes, constituído de sentidos que tem os mesmos atributos, quando são sinônimos.

Sem dúvidas, a questão está formada, porém sendo importante frisar, se a fragmentação é para alguns sintomas da pós-modernidade, o descentramento seria próprio da modernidade, constituindo-se universal, condição intrínseca da constituição subjetiva.

Sendo assim, quando as sociedades deixam de ser percebidas como portadoras de princípios articuladores e/ou algo que multiplica-se progressivamente no percurso do tempo, o indivíduo passa a ser impedido de alcançar visualização no processo de desenvolvimento da personalidade individual.

Dessa forma, são as relações sociais que determinam, em última instância, as referências tempo-espaciais dos indivíduos, ou seja, se a fragmentação é um dos efeitos da primazia do espaço sobre o tempo, o descentramento subjetivo, que é sempre relacional, subordina o espaço à temporalidade.

Assim, as relações sociais alteram, de diferentes maneiras, a percepção do tempo e do espaço, com os indivíduos deslocando-se espacialmente por força das modernas tecnologias.

Destarte, vê-se que os jovens estudantes frequentadores do ambiente escolar do século XXI, em particular os educandos da escola Salvino João Pereira, podem fisicamente fazer-se presente na escola e ao mesmo tempo em ambientes diversos por força dos mecanismos tecnológicos que oferecem essa possibilidade de deslocamento, ou seja, uma pessoa fazendo-se presente em vários ambientes ao mesmo tempo com identidade e objetivos diferentes, porém nesses ambientes a identidade não apresenta-se por inteiro, mas descentrada por pertencer e/ou não temporariamente a lugar nenhum.

Contudo, parece-nos que são os sentimentos, afetos e problemas, o ponto de partida do descentramento subjetivo: a passagem das representações sensíveis do imaginário à subjetivação simbólica, através do tempo, que não é o cronológico, mas aquele referido à experiência e à reflexão.

Pois, uma era como a nossa convém declarar seu significado o fato nela poderem ser comparadas e vivenciadas, uma ao lado da outra, justapostas, as diversas visões sobre o mundo, os costumes, as culturas; algo que antes, com o domínio sempre localizado e fixo pertencente a cada cultura, não era possível, mesmo com a concordância apresentada pelas maneiras de estilo ao lugar e ao tempo.

A discussão não finda aqui, mas aqueles que pretendem e/ou buscam lutar pelos valores do Iluminismo nesse contexto em transformação, mobilidade frenética, revolução tecnológica, agitação emocional, quebra de valores, devem trabalhar com seus critérios. Tudo mais é ilusão e/ou invenção sem significado científico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A impressão de acabamento e de fim, o sentimento surdo que sustenta, anima nosso pensamento, acalenta-o talvez assim como a facilidade de suas promessas, e que nos faz crer que alguma coisa de novo está em via de começar, de que apenas se suspeita um leve traço de luz na orla do horizonte - este sentimento e esta impressão talvez não sejam infundadas.

(Foucault, 1988, p. 100).

O discurso pedagógico, no decorrer da história vem sendo observado com características de autoritária preocupada com a construção dos sujeitos. Um dos autores que apresenta argumentação nesse sentido é Foucault ao nos apresentar a escola enquanto instituição de ordem e de disciplina, previsão garantida através da vigilância e punição. Daí, uma das suas grandes contribuições para a educação, foi sem dúvida, mostrar que a vigilância e a punição são poderes destinados a educar o indivíduo para que ele cumpra normas e leis, conforme os pressupostos de quem está no poder.

Segundo ele, trata-se de um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. A partir dessas observações a sua intenção é unir uma teoria a prática científica com a preocupação de obter validade e objetividade científica. Dessa forma, ele celebra a importância da pesquisa científica, cabendo a disciplina uma anatomia política do detalhe, pois através dela para o senso comum fica complicado sobrepor-se aos ditames dos resultados científicos que só a ciência compete provar.

Nessa dissertação nossa proposta educacional e teórica caminhou com o posicionamento da educação crítica, que superasse o senso comum de muitas análises desconexas da realidade. Esta pesquisa aconteceu num panorama escolar, em que seus sujeitos e problemas existem para além de documentos fixados no tempo e das condições de análise que o historiador examina, por ser representados por vidas em movimentos e interação, e a partir de pessoas de diferentes gerações e referenciais, oriundas de relacionamentos com conhecimentos específicos num contexto institucionalizado em mudança permanente, por vezes perceptível, às vezes não.

Para isso, é necessário retornar, em perspectiva própria, aos princípios da explicação educacional de realidades histórico-concretas, as que compõem questões cuja solução e superação requerem mudar a sociedade, reformá-la ou transformá-la a partir das possibilidades que suas contradições apresentam.

Dessa forma, faz-se necessário através da educação ajudar no processo de produção do conhecimento histórico, elaborar novas estratégias de luta contra os constantes ataques

desencadeados em desfavor do ensino de História, também aos professores e variados tipos de violência direcionados aos grupos LGBTQIA+.

Ainda, finalizando o primeiro capítulo, trabalhamos o panorama da História LGBTQIA+ no Brasil e sua importância a partir da década de 1980, quando da consolidação do movimento com o aparecimento de vários grupos e a realização de diversos encontros nacionais, e consequentemente, início de uma ação mais institucional.

Embora de forma variada, os temas trabalhados nesta dissertação fazem parte do cotidiano da escola Salvino João Pereira, mesmo que ausentes da prática pedagógica dos educadores, pois não estão presentes no currículo da disciplina de História, tampouco listados nas séries finais do Ensino Fundamental da escola. Assim acreditamos que o trabalho docente seria mais rentável caso houvesse a inclusão dessas temáticas em todas as séries correspondentes a esta modalidade de ensino.

Podemos afirmar que os documentos oficiais orientadores da rede municipal de ensino são omissos quanto aos temas, pois não contemplam questões que envolvam gênero e sexualidade, apenas propõe-se ao tema da “diversidade”, mas desinteressadamente, demonstrando falta de comprometimento pelo debate referente as múltiplas formas de sexualidades.

Assim, observamos no andamento da pesquisa, existir naquele ambiente escolar certa insegurança quando tratamos sobre a importância em trabalhar gênero e sexualidades, devido a interferência política, religiosa e das famílias. Da mesma forma, percebemos que as atitudes por parte das famílias, torna o debate sobre essa temática inexistente e/ou então não permitido ser discutido de forma mais profunda, somando ao fato de que os documentos oficiais da escola pouco (ou nada) sobre gênero e sexualidades, não representando, portanto, uma situação isolada, pois o mesmo fenômeno acontece nas esferas nacional e estadual, quando passaram despercebidos durante as análises documentais.

No percurso deste trabalho, foi possível examinarmos através das conversas informais com a direção, professores, educandos, funcionários, a explícita sensação de medo e insegurança quanto a identificação com os educandos que vivem a condição LGBTQIA+ e frequentam a escola.

A partir dessas constatações, as posturas constituem-se em condição essencial para a formação das identidades que são construídas, segundo Hall, ao longo do tempo, e na relação com pessoas importantes, pois a “identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade” (Hall, 2011, p. 11).

Nesse contexto, cabe assinalar a visão de Bauman apontando a modernidade “líquida” como caracterizada pela fragilidade dos laços afetivos. Porém, durante as conversações, os envolvidos manifestaram a importância do espaço escolar para a interação das diversas sexualidades e combate ao preconceito.

Outrossim, os documentos norteadores da Educação no país, igual PNE e BNCC, apesar de receberem amplo apoio para a construção de seu texto, ao chegarem na instância legislativa do Congresso Nacional, a participação democrática foi silenciada pela vontade de poucos deputados, que promoveram as alterações convenientes e necessárias para a aprovação dos respectivos documentos. Dessa forma, o que os colaboradores desses textos previam aconteceu, pois tudo o quanto as Casas Legislativas consideraram contra os valores morais da “família tradicional” foi suprimido.

Sendo assim, levamos em consideração o fato da política do apagamento das discussões sobre diversidade, gênero e sexualidade nos documentos oficiais, pois tal atitude faz parte da estratégia de mobilização de grupos políticos constituídos de extremistas conservadores e religiosos, que se articulam nacional e internacionalmente, buscando implantar pautas conservadoras através da retirada de temas orientadores da Educação Básica do país com relação aos estudos emancipatórios de direitos.

Considera-se nesse aspecto, a influência desses movimentos políticos que fez surgir aqui no Brasil o movimento Escola sem Partido (ESP), buscando implantar métodos de atuação docente, especificando as práticas educativas dos educadores em sala de aula. Ainda, confundindo as famílias através da propagação da “Ideologia de gênero” que procurava induzir no público infantojuvenil, conforme suas concepções a ideologia da imoralidade, que busca destruir os valores morais e bons costumes.

Sendo assim, instalou-se entre as escolas e os docentes do país certo clima de medo e insegurança, pois as temáticas sobre gênero, sexualidade, feminismos, homossexualidade, etc., não poderiam veicular nesses ambientes educacionais, tornando assim, professores e escolas alvos de críticas e perseguições mesmo quando e onde não ocorriam respectivas abordagens, conforme a escola alvo dessa pesquisa.

Cabe ainda destacar, esse curso de Mestrado teve início no período da pandemia da COVID-19, março de 2022, portanto com aulas híbridas. Num primeiro momento pensamos trabalhar a temática sob a perspectiva da História Oral, porém os entraves no Conselho de Ética impossibilitaram tal feito, quando optamos pela metodologia qualitativa etnográfica sob a modalidade da observação com finco na análise dos documentos oficiais, ou seja, PNE, PEE,

BNCC, PPP, RIE, embora tenha acontecido eventuais encontros com a direção, professores, educandos e funcionários no ambiente da escola.

Aspecto que não podemos deixar de registrar, foi a dificuldade de acesso a determinadas informações referentes à escola em virtude os arquivos terem sido extraviados, conforme os próprios funcionários. Dessa forma, parte considerável dos dados são oriundos da Secretaria Municipal de Educação e dos órgãos Federais, Estaduais e/ou das redes sociais WhatsApp, Instagram, Facebook e Messenger.

Por fim, compete-nos afirmar que a inclusão das temáticas sobre gênero e diversidade sexual nos processos educativos, ajudará bastante na defesa e proposição da laicidade da educação, pautada na cientificidade, na justiça social e nos Direitos Humanos, e que respectivo debate na escola Salvino João Pereira deve fazer-se presente nas demais disciplinas, não só nas aulas de História, visando romper com o patriarcalismo, machismo, sexismos e tantas outras práticas de violência que nos avilta e incomoda.

Dessa forma, respectivo trabalho não tem a intenção de acabar com o preconceito, mas combatê-lo sob as formas educacionais, com fulcro na boa informação para contribuir na formação das futuras gerações e na construção de um país mais justo, democrático e plural.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **De fogo Morto: mudança social e crise dos padrões tradicionais da masculinidade no nordeste do começo do século XX**. História Revista, 10 (1): pp. 153-182, jan./jun. 2005.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. **In: Gênero e Práticas Culturais: Desafios históricos e saberes interdisciplinares**. MACHADO, Charliton José dos Santos. SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. NUNES, Maria Lúcia da Silva (Organizadores). Campina Grande: EDUEPB, 2010.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz. “Masculino/Masculinidade. **In: Coling. A. M; Tedeschi, L. A. Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Editora UFGD, 2019.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelho ideológico de Estado**. Lisboa: Presença, 1974.
- ALVES, Rubens. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1984.
- BARBOSA, L., e COMPELL, (org.). **Cultura, Consumo e Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1967.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Coleção Primeiros Passos: 328.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Tradução de João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 4ª ed. 1999.
- BORTOLOZZI, Remon Matheus. Por entre melindrosas, almofadinhas e transformistas do triângulo: novos gêneros e sexualidade na Belle Époque paulistana do início do século XX. **In: Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. Organizado por Paulo Souto Maior e Renan Quinalha – São Paulo: Elefante, 2023.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 30 de mar.2022.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar**. Sinopse 2022. Brasília: MEC/INEP, 2023.

BRITZMAN, D. “O que é essa coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo”. *Educação e Realidade*. Vol. 21 (1), jan./jul. 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 15 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. 7ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BRUNO NETO, Francisco. **Constituição Federal: academicamente explicada**. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CADERNO BRASIL SEM HOMOFOBIA, disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso: 26 de agosto de 2023.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 1998.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução Enid Abreu Dobránsaky. 4. ed. Campinas – SP: Papyrus, 2005.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

COHEN, Stanley, **Folk Delils and Moral Panics: Theereation of Mods and Rockers**. London: Macgibbon & Kee. 1972.

CORRÊA, Lícínia Maria. **Rompendo silêncios: escritivências sobre as trajetórias escolares das juventudes negras e LGBTQI+**. Cirlene Souza (Organizadora), Marcos Silva (Organizador), Denise Prado (Organizadora), et al. – Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021.

COSTA, Suely G. **Conceito de gênero e o ensino da história**. In: Encontro Regional de História – ANPUH, 10., 2002, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

COWAN, B. **Securing sex: Morality and Repression in the Making of cold war Brazil**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Construções imaginárias sobre a categoria “gênero” no contexto do conservadorismo político religioso no Brasil dos anos 2010**. Perspectiva Teologia. Belo Horizonte, n. 2, v.49, p. 253-276, mai./ago. 2017.

DELPHY, Cristiane. Patriarcado (Teoria do). In: **HIRATA, Helena et al. (org.). Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DIETER, C. T. **As raízes Históricas da Homossexualidade, os avanços no campo jurídico e o prisma constitucional**. 2012. Disponível em: http://w.w.w.ibdfam.org.br/_img/artigos/As%20ra%C3%ADzes%20hist%C3%B3ricas%2012.pdf. Acessado em: 01 de novembro de 2023.

ELIAS, Nobert. **Introdução à sociologia**. Tradução de Maria Luisa Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1970.

ENDJSO, Dag Oistein. **Sexo e Religião: do baile de virgens ao sexo sagrado homossexual**. Tradução Leonardo Pinto. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FANFANI, Emílio Tenti. Condição docente. In: **OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L.M.F. Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

FERNANDES, Estevão Rafael, ARISI, Barbara. Estudo mostra diversidade sexuais entre indígenas no Brasil pré-colonial. Revista Cult. Junho – 2017. <https://revistacult.uol.com.br> Acessado em: 8 de agosto de 2022.

FERREIRA, Valdecir. Cultura vocacional: desafios e perspectivas. In: **Cultura juvenil: perspectivas e desafios para novos tempos**. Alexsander Cordeiro Lopes [et al.]; Antonio Ramos do Prado (organizador). São Paulo, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade do saber**. Tradução: Albuquerque, Maria Thereza; Albuquerque, J. A. Guillon. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal Ltda., 1988.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 24. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOMEZ, Gregorio Rodriguez. Metodologia de la investigación cualitativa. Malaga, Aljibe, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? **In: Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 13. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Editor Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. Educação democrática. **In. Educação contra barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. Organização Fernando Cássio. São Paulo: Boitempo, 2019.

IANNI, Ink. **O ensino das ciências sociais no 1º e 2º Graus**. [S.I.: s.n.], 1985.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. **In: Educação contra a barbárie: por escolhas democráticas e pela liberdade de ensinar**. Alessandro Mariano... [et al.]; (org.) Fernando Cássio. 1. ed. – São Paulo: Boi Tempo, 2019.

JURUPIRANGA. **Projeto Político Pedagógico**. Escola M. de Ens. Fund. Salvino João Pereira, 2019.

JURUPIRANGA. **Regimento Interno** Escola M. de Ens. Fund. Salvino João Pereira, 2022.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEITE, José Rivaldo Machado. **Identidade e Diferença: movimento homofóbico no ambiente escolar**. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) – UEPB. Campina Grande, 2014.

LOPES, Moisés Alessandro de Souza, SILVA, Marcos Aurélio da Silva. Da Sociabilidade à militância: histórias das movimentações e dos movimentos JGBT em Cuiabá e no Mato Grosso. **In: Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. Organizado por Paulo Souto Maior e Renan Quinalha – São Paulo: Elefante, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia da Sexualidade. **In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado** – Pedagogia da Sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUDKE, Menga, MARLI E. D. A. André. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. [2. Ed.]. – [Reimpr.]. –Rio de Janeiro: E.P.U., 2017.

MACHADO, José Wellington de Oliveira. Os quadros de Márcia Mendonça, Orhan Pamuk e outros: ensaios de uma corpografia trans. **In: Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+**. Org. Rita de Cássia Colaço Rodrigues. Elias Ferreira Veras, Benito Bisso Schmidt. – São Paulo, SP: Letras e Voz, 2021.

MACRAE, Edward, **A construção da igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990. Coleção Momento.

MAIA, Antônio Carlos de Souza Cavalcanti. **Analítica do poder**. **In: Foucault um pensamento desconcertante**. Tempo Social; Ver. Social. USP, S. Paulo, 7 (1-2): 83103, outubro de 1995.

MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto Souto. **Assumir ou não assumir: O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978 – 1981)**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

MAIOR, Paulo Souto. **Quem somos? De onde viemos? A que mundo visamos? O Movimento LGBTI+ em xeque**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 15, n. 29, Jul/Dez/2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria>. Acessado em: 1 de nov. 2023.

MAIOR, Paulo Souto, Renan Quinalha. **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. São Paulo: Elefante, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, edições científicas, 2001.

MARROU, Henri Irénée. **História da educação na Antiguidade**. Tradução do Prof. Mário Leônidas Casanova. São Paulo, E.P.U., Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

MATOS, Thais Adriane Vieira de. **Gênero e sexualidade na escola: o paradoxo da in/exclusão**. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2021.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Outras histórias: As mulheres e estudos de gênero – percursos e possibilidades. **In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Raquel; MATOS, Maria Izilda Santos de. Gênero em debate; Trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 84-114.

MICELI, Paulo. **Uma pedagogia da História? In: O ensino de História e a criação do fato**. Jaime Pinsky (autor e organizador). 14 ed. – São Paulo: Contexto, 2021.

MINAYO, Souza Cecília Maria de. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 1994.

MOREIRA, F. C., MADRID, D. M. **A Homossexualidade e a sua História**. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1646/1569>. 2008. Acesso: 1 de novembro de 2023.

NOGUEIRA, Leonardo, PEREIRA, Maysa, TOITÍO, Rafael. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11^a. ed., Campinas, São Paulo, Pontes Editores, 2013.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. Cortez Editora. São Paulo, 2008.

PRADO, Antonio Ramos do. Cultura Juvenil e Tribos Urbanas. **In: Cultura juvenil: perspectivas e desafios para novos tempos**. Alessander Cordeiro Lopes [et al.]; Antonio Ramos do Prado (organizador). São Paulo, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Edunicamp, 1988.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de Professores: identidade e saberes da docência. **In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). Saberes pedagógicos e atividades docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999, p. 15-34.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). São Paulo: USP, 2017.

REGO, José Lins do. **Cangaceiros**. 16^a. ed. São Paulo. Globo Editora, 2022.

REGUILHO CRUZ, R. *Emergencia de culturas juveniles, estratégias de desencanto*. Buenos Aires: Ed. Norma, p. 3, 2000.

RELATÓRIO MORTES VIOLENTAS DE LGBTs, GGB 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/04/relatc3b3rio-ggb-mortes-violentas-delgbt-2019.doc>. Acesso em: 22. Mar. 2023.

RUKEYSER, Muriel. **Mito**. Fragmentos, n. 38, vol. 2. Laboratório corpus: UFSM, jul./set., 2013.

SANCHEZ, Marcelo Hailer. Políticas Sociais: Estado, movimentos sociais LGBT e os partidos políticos no Brasil. **In: O rosa, o azul, e as mil cores do arco-íris: Gêneros, corpos e sexualidades na formação docente**. Org. Carla Cristina Garcia. 1. ed. São Paulo, Anablume, 2017.

SANTOS, Agilcelia Carvalho dos, FELIPE, Emmanuele Magdala Carvalho. **Sexualidade na escola: a voz do silêncio**. Curitiba: Appris, 2018.

SANTOS, Camila do Nascimento. Pensar a educação para o respeito às diferenças: intervenção pedagógica sobre gênero, sexualidade na educação básica. In: RIOS, Pedro Paulo Souza (organizador): **Gênero e sexualidade na educação: reflexões acerca do fazer pedagógico**. Curitiba: CRV, 2021.

SCHAFFER, B. **Die Band. Stil und asthetische Praxis im fugendalter**. Opladen + Budrich., 1996 [<https://www.unibw.de/paed/ebwb/Mitarbeiter/schaef>, 08.11.2011].

SCHMIDT, Benito Bisso. História LGBTQIA+ no Brasil: Atravessamentos entre militância e produção acadêmica. In: **Clio sai do Armário: Historiografia LGBTQIA+**. (Orgs.) RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço, VERAS, Elias Ferreira. SCHMIDT, Benito Bisso. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2021.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da Masculinidade: Representação, Identidade e Diferença no Âmbito da Masculinidade Bissexual**. Jundiaí, Paco Editorial, 2016.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: Novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes, 4. Reim. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acessado em: 21 mar. 2023.

SILVA, Caio Samuel Franciscati; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues. **Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v.14, n. esp. 2, p 1538-1555, jul. 2019.

SILVA, Fred Lima da. **Se meando cidadania sexual: formação de professores e superação LGBTFÓBICA no Centro Educacional Novis Filho, Tanquinho – Bahia**. In: Gênero e sexualidade na educação: reflexões acerca do fazer pedagógico. Rios, Pedro Paulo Souza. (Organizador) – Curitiba: CRV, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SILVA, Zenildo Santos. **História e Gênero: uma reflexão sobre a prática docente e a heteronormatividade no ensino fundamental, anos finais**. Revista Ibero Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v, 8 n. 01. jan. 2022.

SOUZA, S. D. **Não a ideologia de gênero! A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira**. Estudos de Religião, v. 28, n. 2, p. 188-204, jul./dez., 2014.

SOUZA, Walquiria Alencar de. **Por uma educação não sexista**. João Pessoa. Editora Universitária, 2009 – UFPB.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TAVARES, José de Farias. **Comentários ao Estatuto da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

TORRES, Marco Antônio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ans Maria; TEDESCHI, Losandro (orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 1. ed. Dourados – MS: Editora da UFGD, 2015, p. 304-307.

VERAS, Pedro, J. M. **“Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil”**. Tempo & Argumento, v. 6, n. 13, p. 90-109, 2014.

WATSON, L., WATSON, F. **Interpreting life histories: na Thropological inquiry**. New Brun swick, Rutgeres University Press, 1985.

WEBER, Max, **Sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Moraes, 1991.

WEEKS. J. **What is sexual history?** Cambridge: Polity Press, 2016.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZAVALA, Ana, Carmem Zeli de Vargas Gil, Marisa Massone. **Dossiê, práticas de ensino de História em contextos: indagar, analisar e teorizar sobre aulas de História**. ANPUH, v. 12, n. 26 – jul./dez. de 2023. Disponível em: <https://anpuh.org/RHHJ/issue/view/27>. Acessado em: 21 de outubro de 2023.